



Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezasseis horas e cinquenta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 1.

### Ordem de Trabalhos

- A) **Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. **Informações à Câmara (eventual apresentação)**
  - 2. **Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) **Período da Ordem do Dia**
  - 1. **Projeto da Ata n.º 17/2022 - Reunião ordinária de 17 de agosto de 2022**
  - 2. **Deliberação n.º 92/2023 – Proposta n.º 03/2023 – GAP – Empreitada – CP 09/2019 – “Terminal Interface Setúbal” – Ratificação do Despacho do Presidente da Câmara de 09/01/2023 sobre o pedido de revisão extraordinária de preços**
  - 3. **Deliberação n.º 93/2023 – Proposta n.º 04/2023 – GAP – Ratificação do Despacho n.º 09/2023/DRH, de 11 de janeiro de 2023 - Designação de Ricardo Miguel Medeiros dos Santos, para exercer o cargo de dirigente superior de 1.º grau, correspondente à Direção Municipal de Apoio à Gestão de Projetos Estratégicos (DMAGPE)**
  - 4. **Deliberação n.º 94/2023 – Proposta n.º 05/2023 – GAP – Transferência de Competências no Domínio da Ação Social – Prorrogação do Prazo**
  - 5. **Deliberação n.º 95/2023 – Proposta n.º 06/2023 – GAP – Empreitada – CPREV 25/2019 – “Estrutura de contenção localizada entre a Rua Óscar Paxeco e a Rua Palhavã” - Ratificação do despacho do Presidente da Câmara de 19/01/2023 sobre o pedido de revisão extraordinária de preços**
  - 6. **Deliberação n.º 96/2023 – Proposta n.º 07/2023 – GAP – Empreitada – CPREV 36/2020 – Unidade de Saúde Familiar de Azeitão - Ratificação do despacho do Presidente da Câmara de 19/01/2023 sobre o pedido de revisão extraordinária de preços**
  - 7. **Deliberação n.º 97/2023 – Proposta n.º 78/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente ao fornecimento contínuo de fardamento de trabalho e equipamentos de proteção individual (EPI'S), pelo período de 36 meses – Concurso Público n.º 15/2018/DAF/DICOMP/SECOMP**

8. **Deliberação n.º 98/2023 – Proposta n.º 80/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Aníbal José, n.º 5 – 3.º Esq., em Setúbal**
9. **Deliberação n.º 99/2023 – Proposta n.º 81/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Joaquina Guerreira, n.º 1 – 1.º Dto., em Setúbal**
10. **Deliberação n.º 100/2023 – Proposta n.º 82/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida das Descobertas, n.º 4 – 4.º Esq., em Setúbal**
11. **Deliberação n.º 101/2023 – Proposta n.º 83/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Galeotas, Rua da Ferradura, em Azeitão**
12. **Deliberação n.º 102/2023 – Proposta n.º 84/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Capela, n.º 88, em Setúbal**
13. **Deliberação n.º 103/2023 – Proposta n.º 85/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Guarda do Pinheiro, Rua Manuel de Castro Guimarães, n.º 2, em Azeitão**
14. **Deliberação n.º 104/2023 – Proposta n.º 86/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Alves Redol, n.º 7, em Setúbal**
15. **Deliberação n.º 105/2023 – Proposta n.º 87/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António José Batista, n.º 41 – 3.º C, Bloco Norte, em Setúbal**
16. **Deliberação n.º 106/2023 – Proposta n.º 88/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gregório Lopes, n.º 31 - R/C Esq., em Setúbal**
17. **Deliberação n.º 107/2023 – Proposta n.º 89/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de São Jorge, n.º 14, com traseiras para a Rua dos Vídais, n.ºs 7 e 9 - C/V D, em Setúbal**
18. **Deliberação n.º 108/2023 – Proposta n.º 90/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Joaquim Santos e Silva, n.ºs 5 e 7 – 3.º B, em Setúbal**
19. **Deliberação n.º 109/2023 – Proposta n.º 91/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 4, 5 e 6 e Rua Jorge Claro, n.ºs 8, 10, 12 e 14 – 4.º E, em Setúbal**
20. **Deliberação n.º 110/2023 – Proposta n.º 92/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Azinheiras, Lote 243, em Setúbal**
21. **Deliberação n.º 111/2023 – Proposta n.º 93/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Cidade da Beira, n.º 18 – 5.º Frt., em Setúbal**
22. **Deliberação n.º 112/2023 – Proposta n.º 94/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernão Mendes Pinto, n.ºs 2 e 2A, tornejando para a Praceta Pêro Vaz de Caminha – 2.º B, em Setúbal**
23. **Deliberação n.º 113/2023 – Proposta n.º 95/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Montijo, n.º 11 - Moradia A, em Setúbal**
24. **Deliberação n.º 114/2023 – Proposta n.º 96/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –**

- Praceta Painei das Almas, n.º 5, Aldeia Rica (Quinta da Cerca, n.º 15), em Azeitão*
25. *Deliberação n.º 115/2023 – Proposta n.º 97/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Poeta Bocage, n.ºs 10 e 12 - R/C Dto., em Azeitão*
  26. *Deliberação n.º 116/2023 – Proposta n.º 98/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos de Clérigos, Brejos de Azeitão, Rua dos Eucaliptos, em Azeitão*
  27. *Deliberação n.º 117/2023 – Proposta n.º 99/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Fernando Lopes Graça, n.º 1 - R/C Dto. Duplex, em Setúbal*
  28. *Deliberação n.º 118/2023 – Proposta n.º 100/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta de São Francisco, n.º 2 – 5.º Esq., em Setúbal*
  29. *Deliberação n.º 119/2023 – Proposta n.º 101/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 147 – 2.º Dto., em Setúbal*
  30. *Deliberação n.º 120/2023 – Proposta n.º 102/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Manteigadas, n.ºs 41, 41A, 41B, 43, 43A e 45 - Bloco A, 2.º Dto. tardoz, em Setúbal*
  31. *Deliberação n.º 121/2023 – Proposta n.º 103/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Fernando Pessoa, n.º 11 – 5.º Esq., em Setúbal*
  32. *Deliberação n.º 122/2023 – Proposta n.º 104/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 22 de Dezembro, n.ºs 21, 21A a 21D – 1.º Esq., em Setúbal*
  33. *Deliberação n.º 123/2023 – Proposta n.º 105/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 59 – 5.º Esq., em Setúbal*
  34. *Deliberação n.º 124/2023 – Proposta n.º 106/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Professora Virgínia Rau, Lote 7 – 2.º D, em Setúbal*
  35. *Deliberação n.º 125/2023 – Proposta n.º 107/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 5 de Outubro, n.º 146 a 148 e Rua Joaquim Brandão, n.º 2 - C/V lugar n.º 8, em Setúbal*
  36. *Deliberação n.º 126/2023 – Proposta n.º 108/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua General Daniel de Sousa, n.ºs 27 e 29 - R/C, em Setúbal*
  37. *Deliberação n.º 127/2023 – Proposta n.º 109/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Vale de Cerejeiras, n.º 10 - R/C Dto., em Setúbal*
  38. *Deliberação n.º 128/2023 – Proposta n.º 110/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Avelar Brotero, n.º 3 – 4.º Esq., em Setúbal*
  39. *Deliberação n.º 129/2023 – Proposta n.º 111/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Santo Amaro, Lote 103 - Moradia J, em Azeitão*
  40. *Deliberação n.º 130/2023 – Proposta n.º 112/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Monte Belo, n.º 16 - R/C Dto., em Setúbal*
  41. *Deliberação n.º 131/2023 – Proposta n.º 113/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –*

- Praceta Sertório Pereira, n.º 2, tornejando para a Rua Aristides de Sousa Mendes, n.ºs 6 e 6A e Rua Melwin Jones, n.º 9 - Garagem, n.º 9, em Setúbal*
42. *Deliberação n.º 132/2023 – Proposta n.º 114/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Nuno Álvares, n.º 21-B - R/C Dto., em Setúbal*
  43. *Deliberação n.º 133/2023 – Proposta n.º 115/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos de Clérigos, Brejos de Azeitão, Rua das Laranjeiras, n.ºs 9 e 9A, em Azeitão*
  44. *Deliberação n.º 134/2023 – Proposta n.º 116/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.º 8 – 3.º Dto., em Setúbal*
  45. *Deliberação n.º 135/2023 – Proposta n.º 117/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Mouzinho de Albuquerque, n.ºs 2 e 2A a 2H – 6.º Esq., em Setúbal*
  46. *Deliberação n.º 136/2023 – Proposta n.º 118/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos de Canes, Lote 2, em Setúbal*
  47. *Deliberação n.º 137/2023 – Proposta n.º 119/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Major Perestrelo da Conceição, n.º 23 – 1.º C, em Setúbal*
  48. *Deliberação n.º 138/2023 – Proposta n.º 120/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Santiago, n.º 2 – 2.º Andar, em Setúbal*
  49. *Deliberação n.º 139/2023 – Proposta n.º 121/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Batalha do Viso, n.º 160, em Setúbal*
  50. *Deliberação n.º 140/2023 – Proposta n.º 122/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.ºs 24, 26 e 28 – 4.º Dto., em Setúbal*
  51. *Deliberação n.º 141/2023 – Proposta n.º 123/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale do Cobro ou Alto da Cascalheira (antigo Lote 42), Rua Engenheiro Mamede Fialho, n.º 4 - R/C Dto., em Setúbal*
  52. *Deliberação n.º 142/2023 – Proposta n.º 124/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Libânio Braga, n.º 11 - Bloco C, 2.º Esq., em Setúbal*
  53. *Deliberação n.º 143/2023 – Proposta n.º 125/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Rei Lavrador, n.º 7B, em Azeitão*
  54. *Deliberação n.º 144/2023 – Proposta n.º 126/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Várzeas, Lote 85, em Azeitão*
  55. *Deliberação n.º 145/2023 – Proposta n.º 127/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olavo Bilac, n.º 19 – 6.º Esq., em Setúbal*
  56. *Deliberação n.º 146/2023 – Proposta n.º 128/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Campos Rodrigues, n.º 3, em Setúbal*
  57. *Deliberação n.º 147/2023 – Proposta n.º 129/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Padre Américo, n.ºs 1 a 5 – 4.º Frt., em Setúbal*

58. **Deliberação n.º 148/2023 – Proposta n.º 130/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lúcia Encarnação Maracoto, Lote 58 – 1.º Esq., em Setúbal**
59. **Deliberação n.º 149/2023 – Proposta n.º 131/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Luísa Todi, n.ºs 291 a 297, tornejando para a Rua do Gaz, n.ºs 1 a 9 e Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.ºs 2 a 10 - R/C Frt., em Setúbal**
60. **Deliberação n.º 150/2023 – Proposta n.º 132/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António Maria Eusébio, n.º 98 e Rua Fran Pacheco, n.ºs 97 a 101, em Setúbal**
61. **Deliberação n.º 151/2023 – Proposta n.º 133/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Deputado Henrique Cardoso, n.ºs 36, 38 e 40 – 1.º Esq., em Setúbal**
62. **Deliberação n.º 152/2023 – Proposta n.º 134/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Pêro da Covilhã, n.º 8 – 6.º Esq., em Setúbal**
63. **Deliberação n.º 153/2023 – Proposta n.º 135/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Alecrim, n.ºs 13 e 13-A, em Azeitão**
64. **Deliberação n.º 154/2023 – Proposta n.º 136/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Pinheirinhos, n.º 6 – 3.º Esq., em Setúbal**
65. **Deliberação n.º 155/2023 – Proposta n.º 137/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Luísa Todi, n.ºs 277 a 281, Rua Trabalhadores do Mar, n.ºs 65 e 67, Travessa dos Trabalhadores do Mar, n.º 65-A e Largo José Afonso, n.ºs 1-A e 1-B – 12.º A, em Setúbal**
66. **Deliberação n.º 156/2023 – Proposta n.º 138/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Braz Martins, n.ºs 11 e 13, com traseiras para a Rua da Alegria, n.º 4, em Setúbal**
67. **Deliberação n.º 157/2023 – Proposta n.º 139/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Braz Martins, n.º 15, com entrada pela Rua da Alegria, n.º 4, em Setúbal**
68. **Deliberação n.º 158/2023 – Proposta n.º 140/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.º 25 – 2.º Esq., em Setúbal**
69. **Deliberação n.º 159/2023 – Proposta n.º 141/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 5 de Outubro, n.º 86, em Setúbal**
70. **Deliberação n.º 160/2023 – Proposta n.º 142/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 32 - C/V Dta., em Setúbal**
71. **Deliberação n.º 161/2023 – Proposta n.º 143/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jorge Claro, n.º 4 – 4.º D, em Setúbal**
72. **Deliberação n.º 162/2023 – Proposta n.º 144/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Henrique Chancerelle Machete, n.º 8 – 1.º Dto., em Setúbal**
73. **Deliberação n.º 163/2023 – Proposta n.º 145/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Bairro do Peixe Frito, Lote 33, em Setúbal**

74. **Deliberação n.º 164/2023 – Proposta n.º 146/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Sítio da Quinta do Meio, Rua Gomes Leal, n.º 124, em Setúbal**
75. **Deliberação n.º 165/2023 – Proposta n.º 147/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Sá da Bandeira, n.º 6 – 3.º Dto., em Setúbal**
76. **Deliberação n.º 166/2023 – Proposta n.º 148/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Fé, n.º 18 – 5.º Esq., em Setúbal**
77. **Deliberação n.º 167/2023 – Proposta n.º 149/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei António das Chagas, n.ºs 26, 26A, 26B, 26C e 26D – 3.º Dto., em Setúbal**
78. **Deliberação n.º 168/2023 – Proposta n.º 150/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 58 – 4.º Andar, em Setúbal**
79. **Deliberação n.º 169/2023 – Proposta n.º 151/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Bairro da Torre, Rua António Maria Carvalho, Lote 28, em Azeitão**
80. **Deliberação n.º 170/2023 – Proposta n.º 152/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Padre Américo, n.º 69, em Setúbal**
81. **Deliberação n.º 171/2023 – Proposta n.º 153/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento Jesus Caraça, n.º 11 – 3.º A, em Setúbal**
82. **Deliberação n.º 172/2023 – Proposta n.º 154/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo da Cidade de Magdeburgo, n.º 7 – 2.º Frt., em Setúbal**
83. **Deliberação n.º 173/2023 – Proposta n.º 155/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Quinta da Amizade, n.ºs 48 e 48-A (antigo Lote 242) – 1.º Esq., em Setúbal**
84. **Deliberação n.º 174/2023 – Proposta n.º 156/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Cevedeira, Praceta Fernando Lopes Graça, n.º 5 (antigo Lote 3.6) - R/C Esq. e 3.º Andar, em Setúbal**
85. **Deliberação n.º 175/2023 – Proposta n.º 157/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Ligeiro, n.º 9 – 1.º Andar, em Setúbal**
86. **Deliberação n.º 176/2023 – Proposta n.º 158/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. João II, n.ºs 6, 6A e 6B – 4.º Dto., em Setúbal**
87. **Deliberação n.º 177/2023 – Proposta n.º 159/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olavo Bilac, n.º 24 – 4.º B, em Setúbal**
88. **Deliberação n.º 178/2023 – Proposta n.º 160/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Independência das Colónias, n.º 30 (Lote B-1) – 8.º A, em Setúbal**
89. **Deliberação n.º 179/2023 – Proposta n.º 161/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gil Eanes, n.º 14 - R/C Esq., em Setúbal**
90. **Deliberação n.º 180/2023 – Proposta n.º 162/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Miguel Homem Sampaio e Melo, n.º 14 - R/C Esq., em Setúbal**

91. *Deliberação n.º 181/2023 – Proposta n.º 163/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Luís Gonzaga do Nascimento, n.º 7 – 3.º Frt., em Setúbal*
92. *Deliberação n.º 182/2023 – Proposta n.º 164/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Maria Lamas, n.º 3 – 7.º Dto., em Setúbal*
93. *Deliberação n.º 183/2023 – Proposta n.º 165/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta dos Marmelinhos, n.º 3 - R/C Esq., em Setúbal*
94. *Deliberação n.º 184/2023 – Proposta n.º 166/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei Agostinho da Cruz, n.ºs 42, 44 e 46 – 3.º Andar, em Setúbal*
95. *Deliberação n.º 185/2023 – Proposta n.º 167/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Casal das Figueiras, n.º 65, em Setúbal*
96. *Deliberação n.º 186/2023 – Proposta n.º 168/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Aljubarrota, n. 1 – 2.º A, em Setúbal*
97. *Deliberação n.º 187/2023 – Proposta n.º 169/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa da Geminação, n.ºs 3 (acesso à garagem) e 19 – 2.º C, em Setúbal*
98. *Deliberação n.º 188/2023 – Proposta n.º 170/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale do Cobro, Lote 31 – 1.º Andar Loja n.º 1, em Setúbal*
99. *Deliberação n.º 189/2023 – Proposta n.º 171/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua D. Pedro Fernandes Sardinha, n.ºs 13 e 15 – 3.º Esq., em Setúbal*
100. *Deliberação n.º 190/2023 – Proposta n.º 172/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Núcleo Poente Casas de Azeitão II, Rua das Tortinhas, n.º 47, em Azeitão*
101. *Deliberação n.º 191/2023 – Proposta n.º 173/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro, n.º 42 - R/C Esq., em Setúbal*
102. *Deliberação n.º 192/2023 – Proposta n.º 174/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua São João de Deus, Lote 137 – 5.º Dto. recuado, em Setúbal*
103. *Deliberação n.º 193/2023 – Proposta n.º 175/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Vale de Cerejeiras, n.º 77 - R/C D, em Setúbal*
104. *Deliberação n.º 194/2023 – Proposta n.º 176/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Dr. José Romão dos Santos Ferro, n.º 28 - R/C B, em Setúbal*
105. *Deliberação n.º 195/2023 – Proposta n.º 177/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua General Gomes Freire, n.º 63 - C/V G11, em Setúbal*
106. *Deliberação n.º 196/2023 – Proposta n.º 178/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei Agostinho da Cruz, n.º 57, em Azeitão*
107. *Deliberação n.º 197/2023 – Proposta n.º 179/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Infante D. Henrique, n.º 10 – 1.º Dto., em Setúbal*
108. *Deliberação n.º 198/2023 – Proposta n.º 180/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Agostinho Silva Santos, n.ºs 4 e 4A, em Azeitão*

109. *Deliberação n.º 199/2023 – Proposta n.º 181/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernão Mendes Pinto, n.º 1 – 7.º D, em Setúbal*
110. *Deliberação n.º 200/2023 – Proposta n.º 182/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Abel Viana, n.ºs 12 e 14, em Setúbal*
111. *Deliberação n.º 201/2023 – Proposta n.º 183/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Belo Horizonte, n.ºs 76 e 76A a 80E, Rua Dr. José Barros e Vasconcelos, n.ºs 1 a 5 e Praça Grupo Desportivo Amarelos, n.º 78A – 1.º Esq., em Setúbal*
112. *Deliberação n.º 202/2023 – Proposta n.º 184/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 96 – 4.º D, em Setúbal*
113. *Deliberação n.º 203/2023 – Proposta n.º 185/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Henrique Costa Neves, n.ºs 7 e 11 – 4.º G, em Setúbal*
114. *Deliberação n.º 204/2023 – Proposta n.º 186/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua 9 de Abril, n.º 16, em Azeitão*
115. *Deliberação n.º 205/2023 – Proposta n.º 187/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 75 – 6.º E, em Setúbal*
116. *Deliberação n.º 206/2023 – Proposta n.º 188/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Carolina Beatriz Ângelo (antigo Lote 49), n.º 15, em Azeitão*
117. *Deliberação n.º 207/2023 – Proposta n.º 189/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Ferreiros, n.ºs 4 e 4A, em Azeitão*
118. *Deliberação n.º 208/2023 – Proposta n.º 190/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Porto das Laranjeiras, Aldeia Grande, em Azeitão*
119. *Deliberação n.º 209/2023 – Proposta n.º 191/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Sociedade Arqueológica Lusitana, lote 9 – 1.º B, em Setúbal*
120. *Deliberação n.º 210/2023 – Proposta n.º 192/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Augusto da Costa e Rua Morgado de Setúbal, n.º 36 – 1.º C, em Setúbal*
121. *Deliberação n.º 211/2023 – Proposta n.º 193/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fran Pacheco, n.º 123, em Setúbal*
122. *Deliberação n.º 212/2023 – Proposta n.º 194/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Morgada, n.º 123, em Setúbal*
123. *Deliberação n.º 213/2023 – Proposta n.º 195/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua General Daniel de Sousa, n.º 4 – 1.º Dto., em Setúbal*
124. *Deliberação n.º 214/2023 – Proposta n.º 196/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Praceta Afonso Paiva, n.º 2 – 6.º Esq., em Setúbal*
125. *Deliberação n.º 215/2023 – Proposta n.º 197/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Senhor Jesus dos Aflitos, n.º 6 – 2.º Dto., em Setúbal*

126. **Deliberação n.º 216/2023 – Proposta n.º 198/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João Eloy do Amaral, n.ºs 41 e 43, tornejando para o Largo de Santiago, n.º 4 – 1.º Esq., em Setúbal**
127. **Deliberação n.º 217/2023 – Proposta n.º 199/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Vale do Cobro, n.º 45, em Setúbal**
128. **Deliberação n.º 218/2023 – Proposta n.º 200/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Bombeiros de Setúbal, n.º 45 – 3.º Dto., em Setúbal**
129. **Deliberação n.º 219/2023 – Proposta n.º 201/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Major Perestrelo da Conceição, n.º 8, tornejando para a Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.º 4 – 3.º Esq., em Setúbal**
130. **Deliberação n.º 220/2023 – Proposta n.º 202/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 91 – 4.º Dto., em Setúbal**
131. **Deliberação n.º 221/2023 – Proposta n.º 203/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de São Joaquim, n.º 33 – 3.º Dto., em Setúbal**
132. **Deliberação n.º 222/2023 – Proposta n.º 204/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Pinheiros, n.ºs 13, 13A e 13B – 2A, em Setúbal**
133. **Deliberação n.º 223/2023 – Proposta n.º 205/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Contrato de comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima**
134. **Deliberação n.º 224/2023 – Proposta n.º 206/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Contrato de Comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a Abraço – Associação de Apoio a Pessoas com VIH/S.I.D.A.**
135. **Deliberação n.º 225/2023 – Proposta n.º 207/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Aquisição do lote 40 do loteamento titulado pelo alvará de loteamento 11/97, em Quinta do Paraíso, Setúbal**
136. **Deliberação n.º 226/2023 – Proposta n.º 01/2023 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído – DASU/GAGIP**
137. **Deliberação n.º 227/2023 – Proposta n.º 73/2023 – DASU/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 15/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para aluguer operacional de 4 viaturas pesadas de 16 m<sup>3</sup> e 20 m<sup>3</sup> para recolha de resíduos sólidos urbanos por período de 24 meses - Adjudicação**
138. **Deliberação n.º 228/2023 – Proposta n.º 79/2023 – DASU/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 17/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes e floreiras da Avenida Luísa Todi, zonas envolventes e Parque Urbano de Albarquel, pelo período de 12 meses – Adjudicação**
139. **Deliberação n.º 229/2023 – Proposta n.º 04/2023 – DEB/DIAPE – Ação social escolar 2022/2023 – Livros de Atividades - Aditamento**
140. **Deliberação n.º 230/2023 – Proposta n.º 72/2023 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 31/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de limpeza em estabelecimentos de ensino do Município de Setúbal, para o ano de 2023 – Adjudicação**

141. **Deliberação n.º 231/2023 – Proposta n.º 01/2023 – DOM/DIHAB – Aceitação de doação no âmbito do desenvolvimento do projeto Férias no Bairro, abrangido pelo programa Nosso Bairro, Nossa Cidade**
142. **Deliberação n.º 232/2023 – Proposta n.º 02/2023 – DOM/DIHAB – Suspensão da aplicação da revisão e atualização da renda de Inquilinos Municipais**
143. **Deliberação n.º 233/2023 – Proposta n.º 03/2023 – DOM – Empreitada AD 27/2014 - “Reabilitação de edifício multifamiliar – Casa das 4 cabeças – Bairro do Troino” - Libertação de garantia**
144. **Deliberação n.º 234/2023 – Proposta n.º 74/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 13/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para fornecimento contínuo de aquisição de peças auto para manutenção e reparação de viaturas pesadas por 24 meses – Adjudicação**
145. **Deliberação n.º 235/2023 – Proposta n.º 76/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Ajuste direto n.º 298/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para o fornecimento contínuo de gasóleo, para abastecimento das viaturas da Frota Municipal e da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, para o ano de 2022/2023, ao abrigo do Lote 5 do Acordo Quadro AQ-CR-2019, da ESPAP – PAQ n.º 2322/2022/DITEM – Adjudicação**
146. **Deliberação n.º 236/2023 – Proposta n.º 77/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 28/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para locação operacional de dois veículos elétricos ao abrigo da 3.ª fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública 2.ª parte do Fundo Ambiental - Adjudicação**
147. **Deliberação n.º 237/2023 – Proposta n.º 01/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio Financeiro Grupo Desportivo e Recreativo “O Sindicado”**
148. **Deliberação n.º 238/2023 – Proposta n.º 02/2023 – DCDJ/DISOC – Início do procedimento e participação procedimental da regulamentação municipal no âmbito da transferência de competências no domínio da Ação Social**
149. **Deliberação n.º 239/2023 – Proposta n.º 03/2023 – DCDJ/DICUL – Renovação de protocolo entre o Município de Setúbal e a Associação Festróia - Programação Cinema Charlot 2023**
150. **Deliberação n.º 240/2023 – Proposta n.º 04/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolos de colaboração entre o Município de Setúbal e a GATEM – Grupo de Animação e Teatro Espelho Mágico, Cooperativa Cultural**
151. **Deliberação n.º 241/2023 – Proposta n.º 05/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o TAS – Teatro Animação de Setúbal**
152. **Deliberação n.º 242/2023 – Proposta n.º 06/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o TEF – Teatro Estúdio Fontenova**
153. **Deliberação n.º 243/2023 – Proposta n.º 07/2023 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 4.º trimestre de 2022**
154. **Deliberação n.º 244/2023 – Proposta n.º 75/2023 – DURB/DAF/DICOMP/SECOMP – Anulação do ato administrativo de aprovação das peças do procedimento e de início do procedimento: Concurso Público n.º 1/2020 – Prestação de serviços de inspeção periódica, reinspeção e selagem de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes**
155. **Deliberação n.º 245/2023 – Proposta n.º 15/2023 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de constituição de compropriedade ao abrigo do**

- disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada por a Lei n.º 70/2015, de 16 de julho - Processo n.º 1056/22*
156. *Deliberação n.º 246/2023 – Proposta n.º 16/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de alterações em moradia e muro de vedação - Processo n.º 149/19*
  157. *Deliberação n.º 247/2023 – Proposta n.º 17/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de alterações executadas em obra, a moradia unifamiliar - Processo n.º 310/19*
  158. *Deliberação n.º 248/2023 – Proposta n.º 18/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura: legalização de obras de edificação - Processo n.º 55/20*
  159. *Deliberação n.º 249/2023 – Proposta n.º 19/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura em área não abrangida por operação de loteamento - Processo n.º 139/22*
  160. *Deliberação n.º 250/2023 – Proposta n.º 20/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para construção de edifício de habitação unifamiliar, garagem e anexo - Processo n.º 140/22*
  161. *Deliberação n.º 251/2023 – Proposta n.º 21/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença de construção de moradia unifamiliar, com 2 pisos, abrigo automóvel e muro de vedação - Processo n.º 237/22*
  162. *Deliberação n.º 252/2023 – Proposta n.º 22/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para construção de moradia unifamiliar, piscina e muro de vedação - Processo n.º 305/22*
  163. *Deliberação n.º 253/2023 – Proposta n.º 23/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para construção de moradia bifamiliar - Processo n.º 321/22*
  164. *Deliberação n.º 254/2023 – Proposta n.º 24/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 338/22*
  165. *Deliberação n.º 255/2023 – Proposta n.º 25/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 340/22*
  166. *Deliberação n.º 256/2023 – Proposta n.º 26/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de alteração de moradia e de muro de vedação - Processo n.º 385/22*
  167. *Deliberação n.º 257/2023 – Proposta n.º 27/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem e muro de vedação - Processo n.º 418/22*
  168. *Deliberação n.º 258/2023 – Proposta n.º 28/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção para moradia unifamiliar, com 2 pisos, estacionamento e muro de vedação - Processo n.º 765/18*
  169. *Deliberação n.º 259/2023 – Proposta n.º 29/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia, garagem e muro de vedação - Processo n.º 438/21*
  170. *Deliberação n.º 260/2023 – Proposta n.º 30/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia, abrigo automóvel e muro de vedação - Processo n.º 535/21*
  171. *Deliberação n.º 261/2023 – Proposta n.º 31/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia bifamiliar térrea, 2 garagens, 2 piscinas e muro de vedação - Processo n.º 3/22*
  172. *Deliberação n.º 262/2023 – Proposta n.º 32/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar, com 1 piso, garagem e muro de vedação - Processo n.º 290/22*

173. *Deliberação n.º 263/2023 – Proposta n.º 33/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição e emissão do respetivo alvará de demolição - Processo n.º 375/22*
174. *Deliberação n.º 264/2023 – Proposta n.º 34/2023 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Processo n.º 288/19*
175. *Deliberação n.º 265/2023 – Proposta n.º 35/2023 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 260/20*
176. *Deliberação n.º 266/2023 – Proposta n.º 36/2023 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 432/20*
177. *Deliberação n.º 267/2023 – Proposta n.º 37/2023 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 27/21*
178. *Deliberação n.º 268/2023 – Proposta n.º 38/2023 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 444/21*
179. *Deliberação n.º 269/2023 – Proposta n.º 39/2023 – DURB/DIGU – Aprovação das alterações à planta de síntese do alvará de loteamento n.º 01/2017 - Processo n.º 952/99*
180. *Deliberação n.º 270/2023 – Proposta n.º 40/2023 – DURB/DIGU – Aprovação às alterações ao alvará de loteamento n.º 2/84 - Processo n.º 37/72*
181. *Deliberação n.º 271/2023 – Proposta n.º 41/2023 – DURB/DIGU – Informação prévia favorável relativa à instalação de central fotovoltaica - Processo n.º 14/22*
182. *Deliberação n.º 272/2023 – Proposta n.º 42/2023 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 63/22*
183. *Deliberação n.º 273/2023 – Proposta n.º 43/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação do projeto de arquitetura - Processo n.º 121/22*
184. *Deliberação n.º 274/2023 – Proposta n.º 44/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura - Processo n.º 415/22*
185. *Deliberação n.º 275/2023 – Proposta n.º 45/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – obras de alteração e ampliação de edifício - Processo n.º 513/21*
186. *Deliberação n.º 276/2023 – Proposta n.º 46/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura de alterações introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 136/16*
187. *Deliberação n.º 277/2023 – Proposta n.º 47/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração de edifício habitacional - Processo n.º 531/21*
188. *Deliberação n.º 278/2023 – Proposta n.º 48/2023 – DURB/GAPRU – Pedido de informação prévia sobre viabilidade de alteração de uso - Processo n.º 42/22*
189. *Deliberação n.º 279/2023 – Proposta n.º 49/2023 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 181/22*
190. *Deliberação n.º 280/2023 – Proposta n.º 50/2023 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 200/22*
191. *Deliberação n.º 281/2023 – Proposta n.º 51/2023 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 201/22*
192. *Deliberação n.º 282/2023 – Proposta n.º 52/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 12m2 - Processo n.º 675/16*
193. *Deliberação n.º 283/2023 – Proposta n.º 53/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 45m2 – Monoposte - Processo n.º 676/16*

194. *Deliberação n.º 284/2023 – Proposta n.º 54/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário rotativo c/ 24m2 - Processo n.º 111/21*
  195. *Deliberação n.º 285/2023 – Proposta n.º 55/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário rotativo c/ 24m2 - Processo n.º 112/21*
  196. *Deliberação n.º 286/2023 – Proposta n.º 56/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário rotativo c/ 24m2 - Processo n.º 113/21*
  197. *Deliberação n.º 287/2023 – Proposta n.º 57/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário rotativo c/ 24m2 - Processo n.º 114/21*
  198. *Deliberação n.º 288/2023 – Proposta n.º 58/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 115/21*
  199. *Deliberação n.º 289/2023 – Proposta n.º 59/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 116/21*
  200. *Deliberação n.º 290/2023 – Proposta n.º 60/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 117/21*
  201. *Deliberação n.º 291/2023 – Proposta n.º 61/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 118/21*
  202. *Deliberação n.º 292/2023 – Proposta n.º 62/2023 – DURB/GARIU – 3 Painéis publicitários c/ 24m2 cada - Processo n.º 119/21*
  203. *Deliberação n.º 293/2023 – Proposta n.º 63/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 120/21*
  204. *Deliberação n.º 294/2023 – Proposta n.º 64/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 121/21*
  205. *Deliberação n.º 295/2023 – Proposta n.º 65/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 11/22*
  206. *Deliberação n.º 296/2023 – Proposta n.º 66/2023 – DURB/GARIU – Campanha publicitária com 2 promotoras para ação da marca “betano” para o dia 06/02/2023 - Processo n.º 1/23*
  207. *Deliberação n.º 297/2023 – Proposta n.º 67/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 3/23*
  208. *Deliberação n.º 298/2023 – Proposta n.º 68/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 4/23*
  209. *Deliberação n.º 299/2023 – Proposta n.º 69/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública para exposição de 6 viaturas - de 27 a 29 de janeiro de 2023 - Av. José Mourinho (entre o “Rockalot” e “Martróia”) - Processo n.º 6/23*
  210. *Deliberação n.º 300/2023 – Proposta n.º 01/2023 – GAVPS – Moção Setúbal solidária com os profissionais de educação*
- C) *Período destinado à intervenção do público*

## A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### 1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP) e do Departamento de Administração Geral e Finanças (DAF), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 2 e 3.
- b) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito dos departamentos de Recursos Humanos (DRH) e de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 4 e 5.



## 2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

**Sr. Presidente** – Disse que tinha um conjunto de informações à Câmara que gostaria de colocar, sem ter uma ordem. Uma primeira questão tinha a ver com um assunto que, naturalmente, era uma preocupação que os tinha ocupado muito tempo ao longo de muitos meses, tinha a ver com os transportes públicos em Setúbal.

Tinham tido uma reunião naquela semana com a Empresa de Transportes Metropolitanos de Lisboa, a empresa operadora no Lote 4, que também englobava o Município de Setúbal, e a Comissão Executiva da Área Metropolitana de Lisboa. Como já tinha referido várias vezes, existiam reuniões técnicas que ocorriam em todas as semanas, no sentido de fazer avaliações e acertos, relativamente ao andamento desse processo e no sentido do cumprimento do contrato que estava estabelecido entre o operador e a Empresa de Transportes Metropolitanos de Lisboa. Essa reunião tinha um outro objetivo, que era de fazerem o acompanhamento e a avaliação regular da evolução da prestação do serviço público que representa essa empresa que tinha a marca Carris Metropolitana.

Havia duas questões que achava que eram importantes salientar nessa avaliação. A primeira era a de que se verificava a uma evolução da prestação do serviço público, no sentido da estabilidade no serviço público. Não estavam ainda aí, mas havia uma evolução nesse sentido. Portanto, isso era uma nota positiva, que acreditava que era, genericamente, reconhecida pela população, no município.

Naturalmente que a preocupação deles e a exigência era a de saber quando é que atingiriam esse nível de estabilidade e, a propósito disso, era também importante dizer que os acertos, numa prestação de serviços dessa natureza, eram permanentes, mas, naturalmente, que essa permanência, essa evolução permanente, era feita dentro de um quadro de regularidade e, portanto, de acertos que tivessem a ver com exigências que decorriam da prestação do serviço, como eram a alteração de uma localização de uma paragem, um horário que se acertasse, para servir melhor um determinado segmento da população que tivesse que cumprir horários, etc.

Esses acertos, como era considerado, eram acertos em permanência que ocorreriam sempre, ao longo do período da concessão, mas numa situação que consideravam de estabilidade da prestação do serviço.

Depois, uma outra nota, que era uma preocupação que já tinha referido várias vezes a esse propósito, era o problema da informação. A informação, em termos dos sites que estavam disponíveis naquele momento era uma informação com fiabilidade, apesar de acertos que se iam fazendo, mas, em 24 horas, era possível os sites fazerem o acerto da informação relativamente às alterações. Portanto, essa informação estava a acontecer com regularidade e com fiabilidade, mas havia um problema que ainda não tinham conseguido ultrapassar, que era o problema da informação da circulação dos autocarros nas paragens.

Tinha sido colocada, em setembro-outubro, informação em todas as paragens, sobre os horários da circulação e, portanto, da passagem dos autocarros, mas, com essas alterações todas, com essas dificuldades todas de estabilidade do sistema, essa informação tinha ficado, em grande parte, desatualizada.

A informação que lhe parecia importante trazer à câmara era a do compromisso da empresa de que, até ao final de fevereiro, seria instalada em todas as paragens da área do território do Município, informação num quadro de estabilidade, ou seja, informação com garantia de fiabilidade, em todas as paragens. Portanto, parecia-lhe que isso ia no sentido de poderem dizer, àqueles que necessitavam do transporte público para fazer as suas deslocações necessárias e, até, obrigatórias, que havia uma evolução que podiam dizer que era demasiado lenta para aquilo que eram as necessidades e as obrigações, mas ficava esse registo do reconhecimento de que o serviço ainda não tinha atingido um patamar de estabilidade, mas havia uma evolução positiva e havia esse compromisso, que lhes parecia muito importante e significativo, para quem precisava de ter nas paragens dos autocarros uma informação credível sobre o horário em que o autocarro passava naquela paragem. Sobre essa questão do transporte público era isso que gostava de informar.

Uma outra questão importante tinha a ver com uma reunião que tinham tido com a senhora Ministra da Habitação. Aproveitava para dizer que tinha sido com muito gosto que tinham recebido a senhora ministra. Como sabiam, anteriormente era secretária de estado e tinha passado a ser Ministra da Habitação. Para Setúbal era muito positivo, porque tinham uma relação de proximidade e uma relação de muita eficiência e eficácia, naquilo que eram os objetivos da Câmara Municipal de Setúbal, do cumprimento daquilo que eram os objetivos da Estratégia Local de Habitação que tinham aprovado e estava a ser cumprida dentro de um quadro de grandes limitações que era o próprio mercado.

Era enaltecida por todos aqueles que acompanhavam esses processos a forma como a Câmara Municipal de Setúbal estava a cumprir esses objetivos com todas as dificuldades, incluindo as dificuldades, até, de conseguirem acertar regulamentos, designadamente da parte do IHRU, que algumas vezes estavam um pouco desajustados das necessidades da realidade.

Estava a referir-se, no caso concreto, relativamente à solução do realojamento das pessoas que viviam na Quinta da Parvoíce. Havia um acordo, havia um entendimento e havia um processo, mas as coisas, na realidade, eram um pouco diferentes daquilo que os regulamentos, designadamente, nesse caso, do IHRU, e, portanto, tinha havido que fazer um esforço muito grande, da parte do próprio IHRU e da senhora Secretária de Estado ao tempo, para fazerem uma adaptação o mais possível à realidade dos problemas que ali estavam, no sentido de encontrarem as soluções para cada realidade, que também era diferenciada, das pessoas e das famílias que viviam na Quinta da Parvoíce.

Estavam já numa fase final do realojamento e tudo apontava para que, no final de março, houvesse condições para começarem a ser feitos os estudos daquele espaço, para que se pudesse evoluir para a elaboração de projetos e, naturalmente, [para] o lançamento das obras dos concursos e das obras que seriam repartidas entre a Câmara Municipal e o IHRU naquela zona, em concreto na Quinta da Parvoíce.

Tudo isso [era] para salientar a importância, nessa reunião, de terem feito um ponto da situação e da saudação que tinham feito ao facto de se ter mantido a mesma pessoa, de secretária de estado para ministra, que tinha feito com que esses objetivos que tinham em Setúbal estivessem a ser cumpridos. Esperavam que se conseguisse que não houvesse perturbações no sentido de conseguir atingir os objetivos que estavam traçados.

Naquele momento, havia uma obra de um bairro que estava em obra, havia três em concurso e havia cinco em projeto, em desenvolvimento de projeto em fases diferentes, para que tudo isso pudesse vir a ter consequências, como esperavam.

Relativamente a essa visita, no dia 11 de janeiro, da senhora ministra e do seu gabinete à Câmara Municipal, era esse registo que queria [deixar].

Uma nota que também era importante deixar à Câmara, que era do conhecimento público mas era importante que também ficasse ali registada, era que os serviços da Câmara Municipal tinham sido objeto de uma visita da Polícia Judiciária, no sentido de identificar um processo na área do Urbanismo que tinha a ver com a contratação pública, uma situação que, nos tempos que corriam, era uma normalidade. Naturalmente que os serviços municipais dariam todo o apoio à Polícia Judiciária, no sentido dessa investigação decorrer com toda a normalidade e, também, dentro do quadro que eram as regras do cumprimento desses processos.

Como se sabia, esses processos eram processos de segredo de justiça e o que era lamentável era que, no próprio dia em que estava a decorrer o processo, alguém tinha tido acesso a informação privilegiada, de que até os próprios serviços da Câmara não tinham tido conhecimento ou tinham-no tido através da comunicação social.

Naturalmente que era uma nota que também era importante ficar registada, porque, nessas questões, seguiam e cumpriam aquilo que eram as regras. Achava que as regras deveriam ser iguais para todos e não haver [ninguém] que tivesse informação privilegiada. Às vezes, essa informação que era publicada até nem correspondia muito aos factos. Portanto, era só essa nota, relativamente à visita da Polícia Judiciária. Era uma situação de normalidade nos tempos que corriam, como todos sabiam.

Uma outra informação tinha a ver com o facto de também de não terem tido reunião da Câmara no dia 18, porque tinha tido, exatamente nesse dia, de se deslocar a Madrid, para fazer a apresentação do “stand” do Município de Setúbal na Feira Internacional de Turismo de Madrid. Tinha sido essa a razão pelo qual tinham pedido o adiamento da reunião da Câmara. A Feira Internacional de Turismo em Madrid era uma das feiras mais importantes de turismo, até se poderia dizer a nível mundial, e o Município de Setúbal já havia alguns anos que tinha esse “stand”, desta vez com melhores condições, até de localização no espaço da Feira, que tinha tido uma afluência que tinha surpreendido os próprios funcionários.

Setúbal já era conhecida em muitos sítios e não era uma feira apenas para cidadãos espanhóis, era uma feira internacional. Aquando da abertura da feira e do “stand” de Setúbal tinha ocorrido uma multidão, para provar e ter acesso a iguarias e às ofertas que tinha sido possível ter no “stand”.

As ofertas tinham sido provas e, a esse propósito, queria, também, agradecer a todas as empresas que tinham apoiado essa iniciativa, do concelho e da região, fosse com vinhos ou fosse com outros produtos de referência da região, que, naturalmente, todos aqueles que tinham visitado o nosso “stand” tinham tido oportunidade de saborear.

Na pequena intervenção que tinha feito sobre a apresentação de Setúbal, do nosso território, da sua envolvimento, da sua localização no território nacional, tinha havido um conjunto de órgãos da comunicação social, mas, também, alguns agentes privilegiados e com muita influência no mundo do turismo, que utilizava as redes sociais e outros meios, que, naturalmente, eram fontes de divulgação e de promoção na área do turismo.

Ainda não tinha tido oportunidade de fazer o ponto da situação depois do regresso dos nossos serviços, mas [tudo] apontava para um conjunto de visitas já programadas a Setúbal, para verificar “in loco” aquilo a que tinham tido oportunidade de ter acesso durante a feira. Só como nota [de destaque], era importante dizer que também a RTP tinha estado presente, bem como a TVE, entre outros.

Setúbal tinha uma procura crescente e, naquele momento, ocupava o 4.º lugar em dormidas na região da Área Metropolitana de Lisboa e, portanto, isso [era] um avanço significativo na projeção e na atratividade de Setúbal.

Uma outra nota era que também tinha ocorrido, nos primeiros dias de janeiro, a 16 de janeiro, a intervenção dos serviços da Câmara Municipal [na retirada] das vedações do Parque de Merendas da Comenda. Como todos sabiam, era uma ação que decorria havia algum tempo. A Câmara Municipal cumpria aquilo que a lei e os regulamentos estabeleciam, cumpria todos os prazos, mas havia um tempo para tudo e também tinha chegado o tempo em que não havia mais prazos e tinham comunicado à empresa que tinha instalado as votações para as retirar. Tinha um prazo para o fazer, não o tinha feito e a Câmara Municipal tinha-se substituído à empresa.

Também, como todos sabiam, havia uma ação de procura de achados arqueológicos e, portanto, [havia] algumas escavações. Tinham tido o cuidado de, antes de fazer essa intervenção, porque, no fundo, era repor uma legalidade no nosso território, de conversar com a Direção-Geral do Património Cultural, no sentido de não haver qualquer perturbação relativamente a eventuais achados que tivessem sido detetados naquele espaço. Isso tinha levado algum tempo, essas conversações, porque o que queriam era que alguém assumisse responsabilidade relativamente a eventuais achados.

Não tinha sido fácil, mas tinham feito a intervenção no dia 16 de janeiro e, portanto, aquilo que era importante dizer era que tinha sido reposta a legalidade numa parte do nosso território, uma parte importante, porque era um espaço que, ao longo de dezenas de anos, tinha sido usufruído pelos setubalenses e outros, que, através desses processos que essa empresa tinha vindo a seguir, impedia as populações de terem acesso a um espaço de uso público. Portanto, tinha sido reposta a legalidade e era possível, naquele momento, ter acesso àquele espaço de uso público.

Relativamente a todos os outros processos que estavam a decorrer estavam no cumprimento dos prazos e, portanto, também haveria de ter o seu fim e, naturalmente, a intervenção da Câmara Municipal. Se a empresa não atuasse como a legalidade exigia a Câmara Municipal

substituir-se-lhe-ia na intervenção, com toda a normalidade. No cumprimento da lei e dos regulamentos, a Câmara Municipal continuaria a atuar.

Queria, a esse propósito - e já o tinha feito várias vezes - dizer que lamentava que as entidades que tinham responsabilidade em vários domínios, no que dizia respeito a essas votações não tivessem uma ação tão célere como seria desejável. Não dizia mais do que isso, mas achava que ficava bem e era importante que isso ficasse registado.

Era a Câmara Municipal que intervinha, que pressionava no sentido de que, quem também tinha competência própria o pudesse fazer e, até, no sentido de lhe dar alguma força, algum apoio ou algum alento, se é que isso seria necessário. Afinal, bastava, apenas, cumprir as leis. Tinha havido muitas reportagens e todos tinham tido acesso a essa informação e tinha havido vários protagonistas, que até tinham afirmado que tinham conhecimento das situações, mas que ainda não tinham intervindo, no sentido de repor a legalidade. Estavam a falar de entidades que tinham competências sobre determinadas áreas e, portanto, ficava essa nota, porque também era importante que as coisas fossem clarificadas. A Câmara Municipal continuaria naquilo que eram as suas competências e as suas responsabilidades.

Finalmente, uma outra informação era que, tendo em conta a informação dos níveis das temperaturas que se avizinhavam e que já estavam aí, tinham entendido ativar o Plano de Contingência Municipal para essa vaga de frio, que já no dia anterior tinha tido lugar com efeitos bastante significativos. Portanto, naquele dia e nos próximos dias continuaria essa ação, que envolvia, para além do Serviço Municipal de Proteção Civil e Bombeiros, a Divisão dos Direitos Sociais da Câmara Municipal e, também, a Cáritas. Já havia informação de que no dia anterior tinha sido muito positiva e algumas pessoas tinham beneficiado desse serviço. No essencial, eram essas as questões que tinha para informar a Câmara Municipal.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que queria fazer alguns comentários relativamente às informações que o Sr. Presidente tinha trazido e deixar-lhe duas perguntas. A primeira tinha a ver com a reunião que tinha tido com a entidade que regulava, naquele momento, os transportes de Setúbal e da Área Metropolitana de Lisboa. Tinha sido importantes as informações que tinha trazido, embora não os deixasse descansados, porque continuavam a existir muitas queixas sobre o funcionamento deficiente dos transportes.

Embora a qualidade dos autocarros tivesse melhorado notoriamente, o que era bom, havia um problema, de facto, da organização dos transportes. Havia um problema que tinha sido muito mal gerido no início e que tinha levado os utentes a fugir, não só dos transportes públicos como, também, a não aceitarem a mudança que tinha sido levada a cabo.

Queria dizer ao Sr. Presidente que, relativamente aos transportes em Setúbal, iriam continuar a acompanhar também e iriam continuar a pedir informações sobre a evolução dos mesmos e, principalmente, a bater e a insistir na tecla de que os transportes públicos tinham que ser bons, tinham que ser eficientes e tinham que dar uma resposta cabal aos cidadãos do concelho de Setúbal, para que fossem usados [cada vez mais] por um maior número de utentes e o que estava a acontecer era precisamente o contrário.

Quanto à habitação, esse era problema da maior importância. O Sr. Presidente tinha-lhes dado conta da visita da senhora Ministra - salvo erro - no dia 11 de janeiro, mas não lhes tinha dito o que é que a senhora Ministra tinha vindo fazer concretamente, a não ser ficarem a saber daquilo que já existia, que eram uma obra já terminada, três em concursos e cinco em fases diferentes.

Se o Sr. Presidente lhes pudesse dar mais informação sobre a utilidade da visita da senhora Ministra ao concelho de Setúbal, à Câmara e às reuniões que tinham tido era importante, porque a habitação era o problema central ao país havia muito tempo, mas, felizmente, tinha-se começado a discutir as questões ligadas à habitação. Portugal era o país onde os jovens mais tarde saíam de casa, era o país na Europa onde os jovens mais tarde saíam de casa e a principal razão era a falta e a dificuldade de acesso à habitação. Portanto, a habitação tinha que ser, de facto, uma preocupação de todos e a habitação não era propriamente para fazer política nem para ter ideologia, mas, sim, para resolver os problemas dos jovens, principalmente dos jovens, e dar-lhes o acesso a habitação. Nessa medida, todas as



informações ligadas à habitação eram importantes e, se queríamos continuar a ser um país sem problemas demográficos ou com menos problemas demográficos tínhamos que ter uma atenção particular, também, à habitação.

Quanto à visita que o Sr. Presidente tinha feito à Feira Internacional de Turismo, saudava-a. Tinha sido bom terem tido a presença do Presidente da Câmara no pavilhão de Setúbal, mas havia pouco tempo tinha saído uma reportagem no jornal que falava naquilo que tinham sido os sucessivos projetos falhados para cidade de Setúbal e o concelho de Setúbal - salvo erro, no *"Diário de Notícias"* - e eles, de alguma forma, tinham razão, porque, se Setúbal não se afirmava, de facto, como um destino turístico e um destino que valia a pena as pessoas visitarem, podia acontecer um afastamento das pessoas relativamente ao nosso concelho.

Deixava ali a menção de que tinham, de facto, começar a apresentar projetos de mudança daquilo que era de Setúbal e, de facto, dar consistência à palavra de ordem de que *"Setúbal [estava] na moda"*. Se não o fizéssemos, corríamos o sério risco de Setúbal deixar de estar na moda e as pessoas afastarem-se da cidade e do concelho e nenhum deles queria isso, por várias razões, e uma delas tinha a ver com as particularidades deste concelho, tinha a ver com o facto de não ser dormitório de Lisboa e o facto de poder ter uma identidade que lhe desse, de facto, essa característica de poder estar na moda, mas tinham que fazer por isso e havia muito a fazer.

Quanto à Comenda, [tinham sido] retiradas as vedações. A Câmara tinha-o feito, estava dentro das suas competências. O Sr. Presidente tinha-se queixado - e bem - de entidades que tinham competências também nessa área e ainda nada tinham feito, mas, quanto às vedações, era competência da Câmara Municipal de Setúbal e perguntava ao Sr. Presidente *"porquê só agora?"*, uma vez que as vedações estavam lá havia tanto tempo. Concordavam com o que a Câmara tinha feito, mas julgavam que essa ação teria de ser feita mais cedo.

Quanto ao Plano de Contingência Municipal para o Frio, com os bombeiros e uma IPSS - a Cáritas -, saudavam também a iniciativa, que era da maior importância naqueles tempos de chuva e frio e, principalmente, muito frio. Por isso, era bom que se preocupassem com aqueles que mais necessitavam desses apoios.

Queria fazer duas observações ao Sr. Presidente, uma delas tinha a ver com uma frase que tinha usado ali, relativamente à qual discordava totalmente, que tinha sido dizer que buscas a câmaras municipais eram uma normalidade. Pedia-lhe encarecidamente que nunca encarasse uma busca, fosse onde fosse, como uma normalidade. Tinham era que combater e evitar que isso se concretizasse e a única maneira de o fazer era lutar contra a corrupção e contra procedimentos que fossem ilegais ou menos corretos noutros planos.

Por isso, [queria dizer] ao Sr. Presidente que uma busca nunca era uma normalidade, era precisamente o contrário, era uma anormalidade e que, de facto, na segunda-feira anterior, tinha havido buscas à Câmara Municipal de Setúbal, não interessava saber porquê nem relativamente a quê, uma vez que estava em segredo de justiça, mas a Câmara tinha que começar a criar mecanismos para se precaver relativamente a essas situações.

Havia pouco tempo, também tinha havido buscas na Câmara de Lisboa e Lisboa tinha avançado com a criação de uma entidade contra a corrupção, de luta contra a corrupção. Ali, tinham outros mecanismos ou ferramentas que poderiam usar, designadamente a constante na Lei 93/2021, de 20 de dezembro, [através da qual] a Câmara poderia e deveria criar canais [de que] os cidadãos poderiam socorrer-se quando tinham alguma queixa de corrupção e poderiam fazê-lo de forma anónima, se assim o entendessem, ou não.

Sabia que havia muita gente contra as denúncias anónimas, mas era preciso compreender que havia muitas pessoas que não tinham a capacidade nem o entendimento de dar o nome e a morada relativamente a denúncias anónimas. A maioria delas eram de vinganças, às vezes de invenções, mas, no meio, havia sempre algumas que tinham validade e que valia a pena ouvir e esse decreto-lei, de alguma forma, impunha às câmaras municipais que tivessem esse mecanismo tecnológico, no sentido de fazer com que os cidadãos pudessem fazer as suas queixas à Câmara Municipal, relativamente a situações menos normais. Ficava essa pergunta ao Sr. Presidente, se havia vontade, ou não, da Câmara, de avançar com

ferramentas, designadamente essa, para que os cidadãos pudessem expor aquilo que sabiam e que muitas vezes tinham medo de o fazer.

Uma última pergunta tinha a ver com a Lei de Bases do Clima. A informação obtida através da comunicação social recentemente era que essa legislação tinha sido publicada havia cerca de um ano e meio e só três municípios tinham definido uma estratégia para alcançar a neutralidade carbónica até 2050 - só três municípios no país - e só um por cento dos 308 municípios tinha tomado medidas para criar missões e procedimentos nos setores da energia, dos transportes, dos resíduos e da agricultura. Esses municípios, conforme tinha sido publicitado na comunicação social, tinham sido Cascais, Azambuja e Lisboa. Perguntava ao Sr. Presidente - e assim terminava - se Setúbal tinha tomado alguma medida no âmbito desta Lei de Bases do Clima e, se não o tinha feito, se o pretendia fazer ou não.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que era só para dar uma breve nota sobre a situação dos Serviços Municipalizados. Havia pouco mais de um mês que tinham assumido a gestão, embora esse período tivesse sido “*apanhado*” pelas festas, pelas pontes, pelos períodos natalício e de fim-de-ano. Portanto, o tempo real para fazer o arranque de gestão, nesse processo de transição, tinha sido menor do que um mês.

De qualquer modo, o que queria era deixar uma nota de confiança e de conforto à Câmara, pela deliberação que tinha tomado, visto que as coisas estavam a correr bem. Os serviços estavam a funcionar, a atividade estava a ser desenvolvida e estavam a prestar um serviço com qualidade. Mantinham-se, naturalmente, muitos problemas por resolver. Faziam parte de um processo de gestão daquele género e também faziam parte da “*herança*” que tinham recebido por parte da entidade gestora anterior, a empresa Águas do Sado.

De qualquer maneira, só queria dar nota de que, na área comercial, tinham tido dificuldades na emissão das faturas, mas, finalmente, tinham conseguido emitir as faturas. Tinham saído todas as faturas, quer as faturas eletrónicas quer as faturas em papel. As de papel iriam demorar, mas, o mais tardar, até segunda-feira chegariam as últimas. Tinham conseguido fazer essa emissão das faturas e queria deixar nota que eram as faturas da segunda quinzena de dezembro, em que ainda não estava aplicada a redução tarifária. A redução tarifária só seria aplicada aos consumos de janeiro de 2003 para diante, o que queria dizer que só as próximas faturas é que já teriam a redução tarifária. Portanto, esse alerta era que houvesse essa ideia clara.

Tinham conseguido financiar a gestão, tinha-se conseguido baixar o preço e tinha-se conseguido manter o serviço a funcionar. Na área comercial, o que tinham para resolver eram as faturas, como já tinha referido, e tinham também, ainda, o registo, que só teriam no fim do mês pronto, das comunicações de leituras via telefone. Tudo o resto, em sede de comunicação, estava a funcionar. Tinha havido problemas de comunicação uma vez ou outra, iam recebendo uma reclamação ou outra, mas, no essencial, as coisas estavam a funcionar. A loja estava a funcionar muito bem, o atendimento estava a correr muito bem. Tinham mais afluência do que o habitual, havia mais pessoas por causa de transição, por causa das dúvidas. Apesar da comunicação queriam perguntar e iam perguntar, além de usarem o contacto telefónico.

No Edifício Bocage, que tinham preparado para receber a área comercial, a área de recursos humanos e a área financeira, as coisas estavam equilibradas, estavam a funcionar. As pessoas estavam bem integradas, iriam ter e estavam a trabalhar para preparar aquela organização para fazer empreitadas públicas, na medida em que não estavam habituados a fazer isso. Portanto, era um “*handicap*” daquela organização. Estavam a prepará-las para isso, na medida em que queriam avançar com empreitadas a partir de março. Já tinham conseguido preparar a equipa para avançar com as requisições normais na contratação pública. Portanto, era um dado novo nessa matéria.

Em relação aos recursos humanos, as coisas também estavam a funcionar bem. Havia um ou outro aspeto, uma ou outra falha de identificação de um ou outro elemento (...) trabalhador, mas as coisas estavam a rolar. Tinha sido processado o primeiro salário dos Serviços Municipalizados, que iria ser pago naquele dia aos trabalhadores que tinham vindo das Águas

do Sado e iria ser pago no dia seguinte aos trabalhadores dos resíduos. Portanto, tinha havido uma “*décalage*” no tempo, mas iria ser corrigida no próximo mês. Todo esse processo estava encaminhado.

Na área das operações as coisas estavam a correr normalmente. Depois iria falar de alguns problemas. Naquele dia, por exemplo, tinham tido uma rutura na freguesia do Sado. Tinha tido um azar, tinha sido uma coisa de manhã. Tinha ido lá um trabalhador nosso, uma equipa. Tinha ido fechar no sistema para, fazer o tratamento da rotura, e tinha sido atropelado. Apesar de estar sinalizada a presença dele, tinha havido uma senhora que o tinha atropelado. Não tinha sido nada de grave, tinha ido para o hospital e estava em casa, estava bem. Queria mandar-lhe as mais cordiais saudações e as melhoras, mas, qualquer forma, ele estava, naquele momento, em casa. Isso tinha atrasado um bocadinho a solução do problema e às 16 horas tinha-se resolvido o problema. Tinha sido uma rotura numa adutora, que, entretanto, já se tinha resolvido.

A área operacional estava com as suas equipas, os seus piquetes, a garantir todo o trabalho, também com muita qualidade. Nessa área, tinham um problema que estavam a tomar medidas para resolver de uma forma mais drástica, que eram as intervenções na via pública que intervinham nas calçadas, nos passeios, retiravam lancil e a abriam buracos na estrada. Tinha uma empresa, que se mantinha no ativo, que tinha um contrato com as Águas do Sado até junho, para resolver os problemas que as Águas do Sado tinham deixado. Tinha deixado ainda 132 intervenções por resolver e estavam a pressionar o empreiteiro para que fizesse isso o mais depressa possível.

Entretanto, já tinham contratado uma outra empresa para resolver os problemas que estavam a aparecer, também, já com a ação dos Serviços Municipalizados e iriam contratar mais duas empresas, uma empresa que iria cobrir, sobretudo, a área de Azeitão, outra empresa para a área central da cidade e uma outra empresa para a zona oriental da cidade, para haver uma resposta mais célere, embora essa resposta célere... Era preciso que se soubesse que, quando se abria um buraco na estrada não se podia tapá-lo logo, tinha que ser compactado e era uma coisa que demorava cerca de uma semana. Tratava-se de melhorar a sinalética e, no espaço de uma semana, 10 dias o mais tardar, resolver esses problemas que perturbavam quer o trânsito quer a mobilidade das pessoas, decorrentes dessas intervenções. Portanto, essa era uma matéria que estavam a tentar resolver com toda a força.

Os resíduos sólidos urbanos também estavam a funcionar. Tinha problemas ou questões de equipamento. Tinha ido encontrar nas Águas do Sado as viaturas dos Serviços Municipalizados de 25 anos antes. Quando dizia viaturas, dizia máquinas pesadas. Iriam ter que fazer uma renovação desse equipamento e outras situações, também de equipamentos, que tinham que resolver.

Tinha problemas de instalações. Tinha tido que fazer vários movimentos de instalação. Os trabalhadores que estavam na sede das Águas do Sado tinham transitado para o Edifício Bocage, como tinha dito havia pouco, a área financeira, a área de recursos humanos e a área comercial. Os trabalhadores que eram do GAGIAS, na Câmara, tinham transitado para o Edifício dos Ciprestes, do Beco dos Ciprestes, a área operacional e técnica, onde estavam as Águas do Sado instaladas e os nossos trabalhadores do Edifício Sado que estavam associados aos resíduos iriam transitar - já estavam nesse processo de transição - para Poçoilos. Portanto, eram muitos movimentos, era muito andamento.

As coisas estavam a correr bem. Havia pessoas que gostariam mais de ficar onde estavam do que para os sítios para onde tinham ido, porque tinham melhores condições onde estavam e queria deixar, desde logo, uma nota, que as instalações operacionais que estavam afetas às Águas do Sado, no Beco dos Ciprestes, estavam - tirando a área técnica, que tinha tido algum tratamento -, no essencial, como estavam 25 anos antes e, nessa altura, já tinham alguns anos. Naquele momento, teriam uns 40 anos. Portanto, isso queria dizer que, não tendo havido manutenção daquele espaço, aquele espaço não tinha grandes condições, quer de salubridade, quer para estarem as pessoas, sobretudo os balneários da área operacional. Já tinham decidido tomar medidas em relação a todos os equipamentos, medidas que tinham que ver com as humidades, que tinham que ver com o frio, que tinham que ver com a

comodidade das pessoas. Em relação aos balneários iriam fazer uma vistoria técnica no dia seguinte e, em função dessa vistoria técnica, iriam decidir ou intervir nos balneários ou fechar os balneários. Iriam ter que tomar uma decisão sobre isso, tendo em conta que as condições não eram boas. Portanto, era um processo que tinham em carteira, que iriam desenvolver e que era necessário resolver.

Consideravam que a forma como estavam enquadrados os nossos trabalhadores que tinham vindo das Águas do Sado ainda lá estavam ao longo de 25 anos não eram dignas do patamar de qualidade em que a Câmara trabalhava. Tinham que garantir a todos aqueles trabalhadores o nível de qualidade e de conforto que garantiam a todos os trabalhadores do Município. Portanto, isso era um objetivo que tinham. Era evidente que não poderiam fazê-lo no dia seguinte, mas iriam fazê-lo muito rapidamente.

A par disso, também estavam a estudar a possibilidade de encontrar uma solução alternativa de instalação que seria desenvolvida no próprio local, no Beco dos Ciprestes. Teriam que fazer demolições e reconstruções ou então, em alternativa - inclinavam-se, talvez, mais para aí -, encontrar um espaço novo, fazer uma nova instalação e, então, deslocar os trabalhadores para outro espaço, com novas condições e com possibilidade de terem conforto no seu trabalho, que, naquele momento, ali, não conseguiam ter.

Tinham tido problemas muito complicados com a informática. Como sabiam, a informática, falavam muito ali sobre ela. Continuavam, naquele momento, a descortinar informações que não correspondiam à realidade, em relação aos processos informáticos, o que os tinha obrigado a fazer ações complementares em relação a essa matéria. Também estavam a receber informações dos nossos dirigentes que eram dirigentes das Águas do Sado, que, naquele momento, eram nossos dirigentes, que estavam a fazer um grande trabalho, com grande empenho, todos eles, todos os dirigentes e todos os trabalhadores, um grande empenho.

Uma grande saudação pelo grande trabalho que estavam a fazer, mas esses dirigentes tinham sido, durante um ano, proibidos de contactar com a Câmara e de informar a Câmara das necessidades de meios humanos e recursos e outros materiais para a sua atividade. Estavam a conhecê-lo naquele momento e estavam a alta velocidade, na medida das nossas possibilidades, a dotar essas unidades orgânicas dos meios humanos e dos meios técnicos e materiais para melhorarem o seu trabalho, visto que estavam, em termos de atividades, no limite. No limite do número de pessoas, no limite da capacidade dos equipamentos trabalharem e era nisso que estavam a trabalhar naquele momento, para aprofundar o trabalho.

Nessas circunstâncias, queria dizer que, para ele - que não conhecia os trabalhadores que tinham vindo das Águas do Sado, os nossos trabalhadores dos Serviços Municipalizados que tinham vindo daquele lado -, achava que eram excelentes trabalhadores, trabalhadores empenhadíssimos e que, em condições bem difíceis, estavam a fazer um trabalho notável. Todos os trabalhadores dos Serviços [Municipalizados], naquele momento, estavam todos empenhados, apesar dessas perturbações, deslocações, de mobilidade dos seus locais de trabalho antigos por novos postos de trabalho. Estavam a ter um empenhamento muito grande na sua atividade.

Aquela era uma nota que queria deixar e dizer que iriam manter a Câmara devidamente informada da atividade dessa nova unidade orgânica, dos Serviços Municipalizados, visto que os Serviços [Municipalizados] eram um serviço municipal, para fazer a gestão da atividade água, atividade saneamento e atividade resíduos. Era um serviço municipal e iriam continuar a tratar desses assuntos ali com toda a naturalidade, tendo em conta que quem decidia do essencial da vida dos Serviços [Municipalizados], tirando a gestão corrente, eram a Câmara e a Assembleia Municipal. Tinha sido assim na sua criação e era assim na sua gestão e normal funcionamento. Era essa nota que queria ali deixar, com a confiança de que os problemas que fossem surgindo iriam ser devidamente resolvidos, atempadamente.

Só queria deixar uma outra nota, que era relevante para aquele espaço. Estavam a receber, por parte dos trabalhadores com quem falavam todos os dias e com quem reuniam, sobretudo os operacionais, finalmente, o seu direito à reclamação, finalmente, a sua capacidade de se

expressarem, finalmente, a possibilidade de, livremente, dizerem que não estão contentes com aquilo que se passa com eles. Agradeciam muito que eles fizessem isso, porque isso lhes permitia resolver os problemas que eles sentiam havia muito tempo e sobre os quais não falavam. Portanto, essa nota era muito importante deixar ali, naquele espaço.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que começava por lançar um desafio ao Sr. Presidente, que era visitar o artigo 27.º do Regimento das Reuniões da Câmara Municipal de Setúbal. Achava que deviam todos refletir um bocadinho sobre ele e tentarem, o mais possível, cumprir aquilo que tinham aprovado ali em Regimento.

Relativamente aos Serviços Municipalizados, de facto, tinha algumas questões, nomeadamente as que tinham que ver com a questão da ADSE, de trabalhadores que, na altura, tinham transitado da Câmara Municipal para as Águas do Sado e, quando voltaram, do que lhes tinha sido transmitido, os cartões não estavam ativos.

Relativamente à questão das instalações, só tinha ficado com uma dúvida, que era se, ao longo desses anos todos, se não tinha sido feita a fiscalização do contrato, para aferir a manutenção dos equipamentos, porque, de facto, fazia confusão como é que, durante tanto tempo, tinham estado pessoas ali a trabalhar diariamente em instalações naquele estado.

Relativamente à questão da transição dos trabalhadores, o Vereador Carlos Rabaçal tinha-lhes transmitido sempre que tinha estado a haver um acompanhamento por parte dos recursos humanos e uma relação de proximidade. No entanto, tinham falado - podiam ser situações pontuais - com algumas pessoas que tinham tido alguma dificuldade em contactar, nomeadamente com as suas chefias. Acreditavam que fossem casos pontuais e que seriam resolvidos rapidamente.

Outra questão tinha que ver com a bilheteira do Fórum Luísa Todi. Gostariam de perceber qual era o tempo médio para o pagamento da bilheteira do Fórum a quem produzia os espetáculos, porque tinham tido informação que, por vezes, a Câmara demorava até 90 dias para fazer o pagamento dos valores da bilheteira.

Gostariam, também, de perceber se o Sr. Presidente tinha conhecimento da situação que se vivia naquele momento na Associação de Patinagem de Setúbal e quando é que a Câmara Municipal pretendia dar uma resposta aos pedidos da Associação.

Relativamente à Herdade da Comenda, o Sr. Presidente tinha dito: “- *Muito bem, foi reposta a legalidade*”. No entanto, perguntava quando é que os setubalenses poderiam usufruir verdadeiramente da Comenda, porque, naquele momento, não se podia fazer isso. Onde é que estavam os equipamentos? Em que estado estavam? Iriam ser, novamente, colocados no Parque?

No dia 28 de janeiro – portanto, no sábado - comemorava-se o Dia Europeu da Proteção de Dados. Gostaria de saber se a Câmara Municipal já tinha alguma informação sobre o recurso que tinha feito, relativamente à multa, e perceber, também, se o encarregado de proteção de dados já tinha realizado ações de sensibilização junto de todos aqueles que tratavam dados pessoais e se estava a controlar e a acompanhar a avaliação do impacto sobre proteção de dados da Câmara Municipal, uma vez que eram algumas das suas atribuições e aquelas que mais preocupavam, tendo em conta aquilo que tinha ido sendo divulgado, que estávamos em falta nessas matérias.

Relativamente à saúde, [queria] perguntar [ao Sr. Presidente] se sabia quando é que iria reunir novamente com o Ministro da Saúde, uma vez que tinha sido apresentada uma solução temporária e não podiam permitir que essa situação temporária, essa solução temporária, se tornasse definitiva. Portanto, achava que não podiam deixar cair no esquecimento e o Hospital de Setúbal tinha que estar em pleno funcionamento e os nossos utentes não tinham que se andar a deslocar para outros hospitais.

Quería acrescentar uma informação àquilo que tinha dito o Dr. Fernando Negrão, que tinha a ver com o facto de as contraordenações previstas para a ausência da plataforma de denúncias. Elas existiam, eram contraordenações muito graves e podiam ir até 250 mil euros de multa. Recordava que nunca tinha sido aplicada uma multa pela CNPD por não existir

encarregado de proteção de dados. Também não tinha conhecimento que tivesse sido aplicada nenhuma, mas havia sempre uma primeira vez.

Gostaria, também, de perguntar ao Sr. Presidente se tinha algum ponto de situação de uma exposição que tinha sido feita na anterior reunião da Câmara pelo munícipe José Ângelo, que lhes tinha relatado que o seu estúdio tinha sido destruído na sequência das chuvas fortes. Se a Câmara pensava dar algum tipo de apoio. Bem sabia que era uma situação de atividade privada, portanto, não era do foro público. No entanto, estavam a falar de uma questão da área da Cultura e, portanto, era perceber se já tinha sido feito algum desenvolvimento nesse sentido.

Por último, [para] terminar, achava que era muito importante a conclusão do processo das NUTS. Achava que isso iria ter um impacto muito importante na península e, em particular, para o desenvolvimento do concelho de Setúbal.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que começava a sua intervenção [a] informar que os deputados eleitos pelo Partido Socialista no círculo eleitoral de Setúbal tinham dado entrada, naquele dia, na Assembleia da República, de uma saudação ao jornal “O Setubalense”, que, no dia seguinte, teria a milésima publicação na edição da 5.ª série, um jornal que era diário, que fazia um excelente trabalho de acompanhamento daquilo que era a realidade dos vários concelhos.

Estava de parabéns e, nesse sentido, queriam ali, também, os vereadores do Partido Socialista, associar-se a essa iniciativa, essa saudação na Assembleia da República, e saudar o jornal “O Setubalense” pela milésima edição da 5.ª série. Era um marco histórico importante.

Depois, queira dizer que as informações que ali tinham sido prestadas e algumas preocupações que tinham sido levantadas, nomeadamente com o flagelo da habitação indigna e, também, com a resolução das NUTS, eram, efetivamente, processos que os deviam unir a todos, mas tinham no Partido Socialista e, nomeadamente no seu Governo, a mola impulsionadora para a resolução desses problemas. O problema das NUTS, que até tinha sido um problema criado pelo Governo do PSD-CDS, mas que, naquele momento, tal como tantos outros, estava a ser repostado por aquele Governo do Partido Socialista, mas era que os devia unir a todos.

A questão da habitação, esse processo que estava, naquele momento, em curso por todo o país, num esforço conjunto do Governo, do IHRU e de todas as câmaras municipais, portanto, era algo que também iriam acompanhar.

Depois, pelas informações que o Sr. Presidente tinha prestado, queria [dizer-lhe] que, da parte dos vereadores do Partido Socialista, a afirmação, naquele momento, era a mesma que tinha sido no dia anterior e, portanto, não tinham mudado essa posição. À justiça aquilo que cabia à justiça, à política aquilo que cabia à política. Portanto, aquilo que faziam votos era que a justiça fizesse o seu trabalho de forma célere. Quanto ao processo, desconheciam, quanto àquilo que vinha na opinião pública sobre contratos desconheciam e, portanto, não tinham qualquer conhecimento desse processo que estava em curso, aguardavam com serenidade o seu desfecho. Aliás, nesse processo como em outros que estavam, naquele momento, em curso.

Na anterior reunião da Câmara tinham levantado uma questão e, face à desvalorização que tinha sido dada ao assunto e ao compromisso de lhes fazer chegar informação, [queria] dizer [ao Sr. Presidente] que tinham passado 20 dias e essa informação não tinha chegado, uma informação tão simples como o encaminhar do relatório que estava a ser feito pelos serviços da Câmara Municipal de Setúbal, sobre comentários que eram feitos por setubalenses nas redes sociais, com a identificação dos “links” das páginas pessoais desses setubalenses.

Na reunião anterior, o Sr. Presidente disse que não sabia o que era um “link”, mas pensava - aliás, não pensava, tinha a certeza - que o Sr. Presidente saberia encaminhar um e-mail e, portanto, aquilo que não era compreensível era que, em mais de 20 dias, o Sr. Presidente ou o seu gabinete não tivessem tido ainda a capacidade, apesar do pedido que tinha sido feito na reunião da Câmara e do pedido que tinha sido formalizado, também, no dia 9, por e-mail,

não tivesse tido, ainda, a possibilidade de lhes encaminhar o e-mail que tinha esse mesmo relatório, um relatório que era distribuído pelo seu gabinete, pelo gabinete de comunicação, pelos serviços de comunicação, a todos os vereadores, exceto aos vereadores que não tinham pelouro na Câmara Municipal.

Era um pedido de informação, era o encaminhamento de um e-mail, não havia qualquer tipo de problema. O Sr. Presidente que fizesse o favor de lhes encaminhar esse e-mail, porque o acesso à informação, enquanto vereadores daquela casa, era algo que não lhes podia ser sugado. Portanto, se o pedido tinha sido feito e se não se tratava de nada de complexo, apenas o encaminhamento desse e-mail, continuavam à espera, para fazerem, então, a análise deles e melhor sindicância do assunto.

Depois, também queria dizer ao Sr. Presidente que já tinha decorrido mais de um ano sobre vários pedidos de informação que tinham sido feitos pelos vereadores do Partido Socialista para os quais continuavam sem resposta. No dia 9, os vereadores do Partido Socialista tinham feito um resumo de todos os pedidos que tinham sido feitos à Câmara Municipal, ao Gabinete do Sr. Presidente e para os quais continuavam sem resposta.

O Sr. Presidente e o seu executivo não podiam continuar a sonegar informação aos vereadores do Partido Socialista, porque era isso que estava a acontecer. Era incompreensível que, ao fim de um ano, o executivo do Sr. Presidente, o seu gabinete, continuasse a não responder e continuasse sem responder aos pedidos que tinham sido feitos pelos vereadores do Partido Socialista.

Tinham direito a essa informação. Já tinham passado 10 dias úteis sobre o pedido e, portanto, Sr. Presidente, não era nenhuma ameaça, porque não eram de fazer ameaças nem avisos, mas aquilo que deixavam ali, de forma bastante clara, era que, se até sexta-feira e já depois do prazo esgotado, a informação que tinha sido solicitada não tivesse sido entregue, não lhes restaria outra alternativa que não fosse - pela primeira vez, em mais de 20 anos de oposição naquela casa - recorrer aos tribunais, para que essa informação fosse disponibilizada aos vereadores do Partido Socialista. Era informação da Câmara Municipal de Setúbal. Era informação que, sendo solicitada pelos vereadores, teria de ser, obrigatoriamente, disponibilizada. Portanto, ficariam a aguardar que, até sexta-feira, essa informação lhes fosse disponibilizada.

Depois, queria dizer ao Sr. Presidente que tinham visitado, na segunda-feira, os Serviços Municipalizados de Setúbal. Tinham feito uma visita ao Edifício Bocage e tinham feito, também, uma visita ao Beco dos Ciprestes. Tinham ficado com dois sentimentos, um sentimento de satisfação – podia mesmo dizer de enorme satisfação - pelo trabalho que estava a ser desenvolvido pelo Conselho de Administração, no sentido de, nos primeiros dias, dar uma resposta àquilo que era um objetivo de todos, de ter o abastecimento de água e saneamento na Câmara Municipal de Setúbal.

Portanto, tinham ficado agradados com o que tinham visto no Edifício Bocage, com a contratação de trabalhadores, de assessorias para darem resposta aos enormes problemas e aos enormes desafios que aí vinham. Havia uma resposta célere, por parte do Conselho de Administração, no sentido de contratar, de reforçar o quadro de pessoal e em termos de encontrar as necessárias assessorias para dar esse apoio. Tinham constatado isso no terreno. Tinham constatado as boas condições que os trabalhadores tinham para o desempenho das suas funções no Edifício Bocage, o objetivo de melhorar essas mesmas condições, e, portanto, isso tinha sido algo que lhes tinha agradado.

Depois, tinham ido aos Ciprestes e aquilo que tinham visto não lhes tinha agradado. Mas não lhes tinha agradado a eles como, certamente, não agradava ao Sr. Presidente nem agradava ao atual Presidente do Conselho de Administração, o Vereador Carlos Rabaçal, nem ao seu Conselho de Administração. As condições em que aqueles trabalhadores estavam eram inqualificáveis e não podiam continuar naquelas situações.

Aliás, o Sr. Vereador Carlos Rabaçal tinha acabado de dizer que iria avançar com uma vistoria técnica aos balneários e que, se não estivessem em condições, iriam fechar. Portanto, acreditava que parte daqueles balneares iriam mesmo fechar, porque não tinham qualquer tipo de condições. Aliás, os gabinetes onde alguns trabalhadores se encontravam,

nomeadamente os trabalhadores do GAGIAS - o Sr. Vereador Carlos Rabaçal que o corrigisse, se estivesse enganado -, que tinham saído do antigo edifício da EDP, Edifício dos Ciprestes, e tinham passado para o Beco dos Ciprestes, não tinham qualquer tipo de condições para aquelas pessoas ali continuarem a trabalhar. A humidade, o cheiro a mofo... aquilo era doentio, era um local doentio.

[Podiam dizer] que a responsabilidade era das Águas do Sado. Era, a responsabilidade era da empresa Águas do Sado, porque essa era uma situação que não tinha sido criada de um dia para o outro, desde que a Câmara Municipal tinha a responsabilidade pelos Serviços Municipalizados, ou seja, desde que a empresa Águas do Sado tinha saído dali. Aquilo não tinha sido uma coisa que tinha acontecido, era uma situação que já se arrastava, mas a Câmara Municipal de Setúbal tinha responsabilidade. [Aquele] executivo tinha responsabilidade, porque tinha deixado que essa situação chegasse ao ponto a que tinha chegado, porque existia uma concessão e também havia responsabilidade por parte da Câmara Municipal de Setúbal.

A anterior presidente e o atual executivo tinham uma relação próxima com a empresa Águas do Sado. Não ia relatar, novamente, ali, os episódios, mas tinham uma relação próxima com a empresa Águas do Sado e aquela situação tinha chegado ao ponto a que tinha chegado. Aqueles edifícios, aquele edifício, há 25 anos, 20 anos atrás, não estava como estava naquele momento. Aquelas instalações não estavam como estavam naquele momento. Naquele momento, estavam, efetivamente, degradadas, muito degradadas, [mas,] na altura, não estavam como estavam naquele momento. Portanto, também tinha sido permitido que as Águas do Sado deixassem aquele edifício sem que lhes tivesse acontecido nada, sem qualquer tipo de problema deixassem que aquele edifício se tivesse deteriorado. Aquele edifício era um edifício da Câmara Municipal de Setúbal e não tinha sido feito ali qualquer investimento, por parte da empresa. Portanto, era uma situação que iriam acompanhar de perto.

Existia o compromisso, pelo Conselho de Administração, de resolver a situação dos locais de trabalho que eram inqualificáveis. Não tinham qualquer tipo de condições para aqueles trabalhadores ali estarem. Portanto, acreditavam que algumas situações seriam resolvidas a curto e médio prazo e outras que no longo prazo, com algumas alterações que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal também lhes tinha comunicado, poderiam ser resolvidas.

Era importante, efetivamente, dar uma resposta a esses trabalhadores, que estavam a fazer o seu trabalho o melhor que podiam em condições indignas, porque aquilo, efetivamente, não tinha qualquer tipo de condições.

Depois, o Sr. Vereador Carlos Rabaçal dizer que tudo corria bem não colocavam em causa, mas aquilo a que apelavam era a que, efetivamente, existisse, tal como tinha acontecido aquando tinham tido a transferência de competências, a delegação de competências da Câmara Municipal para as juntas de freguesia. Não ia dizer que tinha havido uma falta de diálogo, mas, ou os trabalhadores não tinham percebido ou quem explicou não tinha explicado devidamente. Portanto, tinha-se gerado uma confusão com os trabalhadores que *"tinham saído"* da Câmara Municipal para as juntas de freguesia.

Tinham alertado para essa situação. Depois, tinha havido um melhor e maior diálogo com os trabalhadores e a situação, naquele momento, era uma situação que, relativamente a esses trabalhadores, estava esclarecida e estabilizada.

Com os trabalhadores que estavam a sair da Câmara Municipal de Setúbal, para serem afetados aos Serviços Municipalizados, aquilo a que apelava era que existisse, também, um maior diálogo e melhor diálogo, porque existiam dúvidas por parte dos trabalhadores. Quando eram procurados, tentavam esclarecer, mas era importante que existisse um maior diálogo e mais esclarecimentos aos trabalhadores, para que ficassem mesmo descansados que não iriam perder direitos. Reafirmava ali aquilo que lhes tinha afirmado e, portanto, se tinham ADSE mantinham a ADSE, se tinham o tempo na carreira mantinham o tempo na carreira.

A alteração do número mecanográfico não tinha nada a ver com o tempo de serviço e, portanto, era bom que se explicasse isso com muita calma, porque as pessoas tinham



dúvidas e, se os trabalhadores não estivessem devidamente esclarecidos, isso também não contribuiria para a paz social que se queria e que era saudável.

Terminava a sua intervenção, dizendo que folgava em ouvir o Sr. Vereador Carlos Rabaçal dizer ali que os trabalhadores, naquele momento, falavam livremente e era bom que falassem livremente, porque queriam ouvir os trabalhadores e ouviam os trabalhadores. Falavam dos problemas que os trabalhadores sentiam e queriam resolver esses problemas. Portanto, era isso que deveria acontecer, era esse diálogo, esse diálogo que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal dizia que existia nas Águas do Sado, mas que não existia na Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal.

Não podiam ter, na mesma casa, dois pesos e duas medidas. A informação que tinham era que o pré-aviso de greve se arrastava, o diálogo continuava a não existir, verificavam que a Câmara Municipal de Setúbal, na pessoa do seu Presidente e do seu executivo CDU, solidarizavam-se com outras lutas de trabalhadores, com outras manifestações sindicais, com as justas reivindicações dos trabalhadores em várias áreas, mas, dentro de casa, a porta do diálogo continuava fechada, porque não existia diálogo com o sindicato que representava a maioria dos trabalhadores, naquele caso, dos bombeiros sapadores.

Continuavam em litígio, continuavam com um aviso prévio de greve, continuavam com um litígio sobre o aviso prévio de greve. Portanto, não bastava o litígio que se arrastava, existia, naquele momento, também um litígio sobre o aviso prévio de greve. Existia um litígio [sobre] o pagamento do trabalho que era prestado por força do cumprimento de necessidades sociais impreteríveis, que tinha sido imposto por decisão arbitral, e tinham, também, mais esse litígio. Portanto, [essa] era uma situação que se arrastava e parecia não ter fim. Era estranho, quando se dizia que queriam ouvir e queriam ouvir os trabalhadores, e, depois, tinham ali outros trabalhadores que não se queria ouvir e a porta do diálogo estava fechada.

Não consideravam que existissem bons e maus sindicatos, sindicatos de primeira e sindicatos de segunda. Consideravam que todos os sindicatos, na sua forma de atuação, defendiam os interesses dos trabalhadores. Portanto, aquilo a que apelavam ao Sr. Presidente, à Sra. Vice-Presidente, vereadora que tinha o pelouro dos recursos humanos, era que, se não sentissem capacidade para avançar numa negociação com o sindicato, fizessem uso dos instrumentos que tinham disponíveis, nomeadamente o pedido de conciliação, para prevenir esse conflito que se arrastava e parecia não ter fim.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que o Sr. Vereador Fernando Negrão tinha colocado uma série de questões relacionadas com a Lei de Bases do Clima e a neutralidade carbónica e iria tentar dar alguns esclarecimentos, até porque essas eram matérias muito importantes, diria que eram matérias determinantes para aquilo que era o futuro do nosso território.

A propósito da Conferência das Nações Unidas, que tinha acontecido no Egito a 7 de novembro, tinha aparecido na comunicação social uma série de indicadores relativamente às questões da neutralidade carbónica no nosso país e tinha sido feito um mapa da ação climática, [com] aquilo que os municípios tinham cumprido ou não tinham cumprido.

Nesse mapa, tinham sido indicados quatro critérios e a Câmara de Setúbal estava entre os 18 municípios que cumpriam três critérios desses quatro. Portanto, nessa avaliação que o Vereador Fernando Negrão tinha trazido, era verdade que apenas quatro municípios de entre os 308 cumpriam esses quatro critérios na íntegra, mas julgava que estavam num bom caminho, num caminho interessante, porque, desses quatro, já tinham cumprido três e estavam com o compromisso de tratarem do quarto, que tinha exatamente a ver com as questões da neutralidade carbónica.

Até havia uma notícia que tinha saído na nossa comunicação, que tinha a ver exatamente com isso, que podia fazer chegar, depois, aos gabinetes [dos senhores vereadores], porque tinha mais elementos que não fazia sentido estar ali a explicar naquele momento. Encontrava-se no nosso site e até tinha remissão para o tal mapa que, a nível do país, fazia essa apreciação de quem é que tinha [ou] não tinha esses instrumentos.

Aquilo que podia dizer era que, naquele momento, tinham duas trabalhadoras da Câmara Municipal que estavam em Bruxelas e que estavam a trabalhar nas questões da ação



climática. Faziam parte de um projeto pioneiro, que tinha a ver com uma missão da União Europeia [para a] adaptação climática. Tinham estado a [ter] encontros com outros municípios europeus, com reuniões na Holanda e na Bélgica.

Também queria dizer, em relação a esse assunto, que também tinham sido convidados para pertencer a um projeto-piloto, onde estavam Setúbal, Catalunha, Finlândia, Eslováquia e Letónia, e, da parte da delegação portuguesa, o IGOT tinha, também, uma componente científica muito forte. Portanto, naquele momento, julgava que estavam em condições muito interessantes de trabalhar essa matéria.

Em relação àquilo que eram as nossas obrigações relativamente à Lei do Clima, tinham vindo a fazer um caminho, mesmo [quando] não havia instrumentos obrigatórios. Tinha começado por ter um projeto, que tinha sido financiado pelo ministério da Alemanha, sobre a ação climática. Eram parceiros num programa que se chamava Beacon, que trabalhava muito as questões da mitigação, depois tinham passado mais para as questões da adaptação, através do Plano Local das Alterações Climáticas, [de] que já tinha tido oportunidade de falar e tinha sido feito em conjunto com os municípios de Sesimbra, Palmela e Setúbal e com a Agência de Energia da Arrábida.

Naquele momento, pegando em todos esses instrumentos, também existia o Plano Metropolitano das Alterações Climáticas, portanto, com todos esses instrumentos, o Município de Setúbal tinha de fazer o seu Plano Municipal das Alterações da Ação Climática. Tinha de fazê-lo, segundo a Lei de Bases do Clima, até ao final do ano, obrigatoriamente. Portanto, esse processo estava em desenvolvimento e seria um processo que implicaria, depois, [a] discussão pública e [o] envolvimento da comunidade e de todos os intervenientes. Naquele momento, era aquilo que poderia dizer.

Esse programa [de] que estava a falar, dos cinco municípios piloto, era o Programa Clímax, que quem tivesse interesse poderia também pesquisar. Aquilo que se previa, no fundo, eram as estratégias integradas, porque as alterações climáticas não tinham fronteiras, não se restringiam a municípios nem a concelhos e, muitas vezes, tão pouco a países. Essa estratégia tinha de ser, realmente, concertada e tinha que ser vista num âmbito muito maior do que aquilo que era o nosso concelho. Era nesse sentido que tentavam trabalhar.

Mudando um bocadinho o assunto, queria, mais uma vez, deixar publicamente a sua disponibilidade, enquanto vereadora dos recursos humanos, a disponibilidade de todos eles voltarem às negociações com o Sindicato dos Bombeiros Sapadores. Nunca tinha estado em questão que essas negociações não fossem retomadas. Aliás, da sua parte, essas questões tinham sido sempre disponibilizadas. Depois, iria falar isso mais tarde com o senhor vereador, mas tinha [sido] dito que, para a CDU e para aqueles eleitos, havia lutas que eram justas e havia outras lutas que não eram justas. Demarcavam-se dessa questão, aquilo que tinham vindo a falar com o Sindicato dos Bombeiros Sapadores e as reuniões que tinham tido tinham sido no âmbito da negociação do ACEP, negociações essas que o próprio sindicato, como já tinha tido oportunidade de informar, tinha abandonado. Não tinha havido da parte do sindicato, nem sequer existia no pré-aviso de greve, um pedido de retoma dessas negociações. Portanto, continuavam disponíveis para essa negociação, caso o sindicato entendesse que era um caminho a seguir.

Aliás, tinham ACEP assinados com outros sindicatos, portanto, não havia nenhuma questão que não os levasse a assinar um ACEP com o Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores, porque até tinham diferentes ACEP assinados com diferentes sindicatos. No entanto, como seria de bom senso, a Câmara Municipal teria de ter uma unidade naquilo que era o tratamento aos seus trabalhadores e não poderia diferenciar os trabalhadores por esse motivo, de haver um ACEP que fosse altamente beneficiário de uma carreira ou de um grupo de trabalhadores, em detrimento de outros trabalhadores.

Também não lhes seria possível, como era óbvio, embora houvesse razões que fossem, até plausíveis, poder regular no ACEP matérias que não eram reguladas. Só para dar um exemplo interessante ao senhor vereador, uma das compensações que os senhores bombeiros sapadores e o sindicato propunham à Câmara era [que], uma vez que o Governo tinha aumentado a idade da reforma para os bombeiros sapadores, então a compensação era

dar mais um dia de férias às pessoas que tinham 30 anos de serviço. Não lhes parecia apropriado, não era matéria para regular no ACEP e achavam que era um assunto que devia ser reivindicado no âmbito daquilo que eram as soluções para todos os bombeiros sapadores e para aquilo que era, efetivamente - e tinha sido - o alargamento da idade de reforma para esses trabalhadores. Havia muitas questões, entre outras, mas essa tinha-lhe parecido interessante, tendo em conta a discussão que estavam a ter.

Era só para manifestar, mais uma vez, publicamente, que, se o Sindicato dos Bombeiros Sapadores fizesse um pedido de reunião à Câmara Municipal a Câmara Municipal iria responder, para ser agendada essa reunião, conforme tinha feito naquele dia com outro sindicato que tinha pedido [uma] reunião. Portanto, se isso viesse a acontecer, naturalmente que o fariam.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que a primeira situação que gostaria de expor tinha a ver com o Bairro da Liberdade ou Cova da Canastra, como era comum ser referido pelos setubalenses. O Bairro da Liberdade tinha, efetivamente, um nome bonito que se tornava irónico, quando constatavam o estado em que o bairro se encontrava. [Tinham-se deslocado] ao bairro e [tinham-se deparado] com habitações com deficientes condições de salubridade, [falta] de infraestruturas pedonais, ausência de espaços verdes qualificados.

[Pelo] que tinham conseguido apurar, o bairro estava dividido em duas fases, uma fase nova e uma fase velha. A fase velha pertencia à Câmara Municipal de Setúbal e encontrava-se, em grande parte, degradada, com consideráveis construções clandestinas e anexos sem condições de habitabilidade. Encontrava-se, igualmente, desprovida de grande parte das infraestruturas de saneamento, equipamentos e viárias.

Na fase nova, o cenário não diferia muito. No entanto, [pelo que tinham percebido], o edificado pertencia ao IHRU e o espaço público à Câmara. O espaço público encontrava-se degradado e ocupado com diversas construções, também clandestinas. Junto das habitações, os moradores tinham indo construindo diversos anexos, de modo a poderem aumentar o número de divisões das suas habitações. [Havia] várias ruas por pavimentar, o estacionamento era feito de forma [desordenada], ao longo das ruas.

O que dizer disso? Perguntava: O que é que faltava para que a requalificação do Bairro da Liberdade fosse uma realidade, porque era indigno? O Bairro da Liberdade também era um nosso bairro, também era a nossa cidade e andava longe da “Setúbal Mais Bonita”.

Outra questão prendia-se com as pessoas em situação de sem-abrigo. Pretendia saber se o Município tinha possibilidade, naquela data, de precisar quantas pessoas tinham em situação de sem-abrigo em Setúbal e, uma vez que a Estratégia Local previa a resposta ao alojamento urgente e temporário, para o qual o Município tinha definido três operações de reabilitação de edifícios de sua propriedade e de um edifício de propriedade do Estado, que, segundo o documento, possibilitava criar 25 alojamentos para integrar pessoas em situação de sem-abrigo e vítimas de violência doméstica.

Pretendiam, igualmente, um ponto de situação sobre essa operação específica, uma vez que, na reunião da Câmara de 26/10 tinham colocado essa questão e lhes tinha sido transmitido, pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, que o processo estava em andamento, tendo especificado o Palácio do Quebedo, [e dito] que o Município já se tinha candidatado e que, àquela data, a candidatura estaria para aprovação. Portanto, pretendiam um ponto de situação dessa operação específica.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que queria prestar alguns esclarecimentos sobre a questão da Comenda e sobre o Bairro da Liberdade.

Sobre a questão da Comenda, tinha sido colocada [a questão] de só naquela altura terem sido retiradas as vedações. Portanto, respondendo objetivamente, [tinha sido] porque só naquele momento estavam reunidas todas condições formais e legais para a retirada dessas vedações, do ponto de vista do cumprimento das questões urbanísticas.

No entanto - e isso tinha sido referido sistematicamente, sempre que falavam ou abordavam o tema da Comenda -, o que estava em causa eram iniciativas, por parte do proprietário,

completamente à margem da lei, em confronto com toda a legislação e, portanto, com as diferentes tutelas que tinham atuação naquele território, [em] completo desrespeito por todas as entidades.

No que é que isso tinha resultado, em particular nas vedações do Parque de Merendas? Numa série de procedimentos administrativos para atrasar a decisão final sobre a retirada da vedação do Parque de Merendas. Daí, só naquela altura terem sido retiradas as vedações.

Sobre a questão do Bairro da Liberdade, na fase velha a parcela era pública, as construções eram privadas. A Câmara Municipal de Setúbal tinha aprovado um loteamento para aquele território, o que permitia constituir lotes e alienar os lotes, à semelhança do que tinha feito para o Casal das Figueiras, o que permitia às pessoas serem proprietárias dos lotes e não apenas das benfeitorias que eram as construções. Obviamente que havia uma série de situações que não é possível regularizar e considerar nessa alienação, porque não eram lotes ou não tinham condições de habitabilidade.

Era um território, como sabiam, muito orgânico. Era um território cheio de ocupações ilegais. A Câmara tinha tido uma atuação de proximidade, relativamente às ilegalidades e aos incumprimentos existentes naquele território e tinha uma proposta de realização das infraestruturas, ou de parte das infraestruturas, a curto prazo, para garantir, de facto, ultrapassar algumas das questões que tinham sido identificadas.

Sobre o Sr. José Ângelo, que tinha estado presente na anterior reunião da Câmara, era um processo que corria nos serviços de urbanismo por duas vias, já havia algum tempo, por parte do proprietário do imóvel e por parte do Sr. José Ângelo, que tinha tido várias respostas e várias informações aos diferentes intervenientes.

Entretanto, depois da participação do Sr. José Ângelo na anterior reunião da Câmara, tinha sido distribuído, a todos os gabinetes, um ponto de situação sobre o processo, com a informação que era possível transmitir. O assunto estava a ser tratado e acompanhado pelos serviços de urbanismo.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que era só para, rapidamente, dar nota de algumas questões que tinham sido colocadas, para não ficarem por responder.

Em relação às questões da ADSE dos trabalhadores dos Serviços Municipalizados, tinham tido uma falta de comunicação [com] a ADSE, [quanto à] informação relativa aos trabalhadores que tinham transitado da Câmara para os Serviços Municipalizados, na área dos resíduos. Essa matéria estava resolvida, tinha sido de imediato resolvida e não havia nenhum problema.

Ainda em relação à ADSE, só uma nota, já que a questão tinha sido colocada. Os trabalhadores que tinham vindo das Águas do Sado, como sabiam, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado, o seu artigo 48.º, tinham sido integrados no mapa especial e, nesse mapa especial, não tinham acesso à ADSE. Estavam já a preparar os concursos, para que eles pudessem ser integrados no mapa normal municipal, para poderem ter acesso à ADSE. Estavam a pensar ver se conseguiam, o mais tardar até abril, ter isso resolvido. Estavam a trabalhar nessa matéria.

Em relação à questão colocada sobre as dificuldades de transição, a transição não tinha problemas, a transição era um grande problema. Portanto, a dominante era que estava a correr bem. Depois, havia pequenas coisas que tinham de ser resolvidas, pequenas dificuldades. Tinha feito duas reuniões com todos os trabalhadores associados aos resíduos, que iam transitar para os Serviços Municipalizados. Tinha explicado em pormenor os direitos e todas as condições. Tinha explicado tudo direitinho. Tinha sido feitas perguntas e tinham respondido, esclarecendo quem tinha dúvidas. Tinha perguntado se havia mais dúvidas e ninguém tinha dito que tinha dúvidas.

Tinha feito uma outra reunião e tinham voltado a ter o mesmo procedimento, mas já tinham detetado que havia pessoas que, apesar da reunião, ainda tinham dúvidas, dirigiam-se a eles, dirigiam-se a quem se tinham de dirigir. Ainda havia alguns que iam aos recursos humanos da Câmara, em vez de ir aos recursos humanos dos Serviços Municipalizados. Era uma questão

de hábito. Outros dirigiam-se aos outros partidos, perguntavam, queriam esclarecimentos, mas isso fazia parte.

Isso era um pouco como a comunicação que tinham feito sobre a situação da transição para os munícipes clientes. Havia muitos que, de apesar de toda a comunicação ou da informação ligavam só para perguntar: “Mas o contrato mantém-se? Mas não-sei-quê...” Isso fazia parte, acreditava que [ainda] iriam ter durante algum tempo esse tipo de questões e isso era válido para as questões externas e para questões internas, mas eram questões que, para eles, eram normais no processo que estava em andamento.

Em relação às instalações, podia dizer que há 6 anos atrás tinha feito uma visita às instalações e tinham sido feitas recomendações claras às Águas do Sado, no sentido de fazer manutenção e revisão das instalações, mas não o tinham feito.

Aproveitava para deixar uma nota que era relevante. A Simarsul, que era uma parceira, que iria prestar o serviço ao Município de Setúbal do saneamento em alta, também tinha feito o levantamento das instalações em alta e iria entregar-lhes um relatório - que fazia questão de trazer à reunião da Câmara - que era um relatório que os iria deixar com a informação adequada, para perceberem a forma como os equipamentos municipais, que, contratualmente, deveriam ser entregues em bom estado, estavam, para ter uma ideia de como estavam. Também iriam ter de avaliar responsabilidades da empresa nessa matéria, decorrentes desse relatório.

Iriam avaliar essa matéria na altura certa, com os dados certos, mas era só para terem uma ideia de que não eram só as instalações dos trabalhadores. Em termos de manutenção, era o conjunto das matérias que tinham ficado por resolver.

Em relação às questões do diálogo, era a prática que tinham. Podia haver opiniões distintas sobre isso, mas, pessoalmente – e acreditava que o executivo [também] – tinha feito um trabalho com os trabalhadores de uma grande dimensão, de uma grande profundidade, ao longo dos anos. Não era de dia anterior nem daquele dia e seria do futuro, seguramente, não tinham dúvidas sobre isso.

Depois, as coisas corriam melhor ou pior, mas isso era outra questão, porque dialogar não era estarem todos de acordo, era mesmo dialogar e, depois de dialogar, tinham que decidir. Nem sempre decidiam estando de acordo todos uns com os outros, mas tinha que se decidir, mas, não dialogar? Isso não era possível. Tinha que se manter o diálogo e tinha-se mantido o diálogo e esse diálogo tinha sido muito relevante e tinha sido fundamental para a gestão pública no município, fundamental e, diria mesmo, decisivo para a gestão pública no município. Portanto, queria deixar essa nota, porque, no fundo, o que estavam a transportar para os Serviços Municipalizados era essa cultura de diálogo e de participação dos trabalhadores.

Quanto à última questão, o Palácio do Quebedo ou dos Cabedos, a candidatura tinha sido aprovada, o projeto de execução estava em elaboração. Iriam ter de trabalhar muito rapidamente nesse projeto, visto que esse projeto tinha um curto prazo de execução. Estava a preocupar acelerar esse processo, na medida em que não era 2026, era 2025, portanto teriam de andar rápido, para fechar esse processo, e, aí sim, haveria uma resposta pública à questão dos sem-abrigo, aliás, como iria haver, também, para o alojamento urgente, para pessoas vítimas de violência doméstica, na Rua Arronches Junqueiro e na Rua do Eito. O processo também estava em evolução, em termos de deliberação do projeto de execução. O objetivo era lançar as empreitadas no final do ano, início do próximo, para ver se isso conseguia funcionar.

Em relação ao Palácio dos Cabedos, tinham tido uma dificuldade, porque era um edifício histórico e não [seria] uma manutenção qualquer, seria uma reabilitação profunda. Era uma obra [para a qual] tinham estimado um determinado valor, mas os estudos geotécnicos e os estudos de estabilidade tinham levado a outras soluções.

Tinha sido uma das matérias que tinham discutido com a senhora Ministra, quando ela cá esteve, a situação desse equipamento ou desse edifício, que lhes tinha sido cedido pelo IHRU para essa função. Ninguém sabia o estado em que ele estava exatamente e, feito o estudo,

tinha-se chegado à conclusão que estava num estado de maior degradação do que se imaginava inicialmente. Mas, em resposta à pergunta, o processo estava em andamento.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que queria tentar ajudar algumas das questões que tinham sido colocadas e, de uma forma muito breve, responder. Das primeiras questões que tinham sido colocadas, nomeadamente nas áreas que acompanhava, uma tinha a ver com a Associação de Patinagem, que tinha a sua atividade dispersa por um conjunto de equipamentos, uns municipais outros que estavam sob gestão de clubes.

O que tinha acontecido tinha sido, nomeadamente, que alguns dos tempos que lhe estavam atribuídos e que eram geridos por uma das entidades tinham deixado de ser possíveis. O que tinha acontecido tinha sido que essa associação se tinha dirigido à Câmara, em particular, quanto aos tempos que lhe estavam atribuídos em Azeitão, no quadro da gestão que era feita pela Juventude Azeitonense. Não sabia dizer as razões que estavam na base dessa decisão, [mas] a verdade era que tinham deixado de ter esses tempos de utilização e, portanto, tinha procurado novos tempos e novos espaços para trabalhar. Era isso que estavam a tentar fazer, sabendo que, naquela fase, era complicado atribuir no decorrer da prática e a época desportiva, mas a tentar, com a associação, encontrar uma solução.

Quanto à questão que tinha sido referida relativamente às bilheteiras, em primeiro lugar, queria dizer que todas as entidades a que essa situação tinha acontecido tinham sido contactadas e tinha-lhes sido explicado. Havia uma alteração, mas não sabia dizer em rigor, mas pensava que teria sido em meados de junho/julho que tinha havido uma alteração dos procedimentos formais, relativamente a essa questão das bilheteiras. Isso tinha implicado que os procedimentos anteriormente utilizados tivessem passado a ter que ter outra forma. Tratava-se de procedimentos administrativos e, sendo dinheiro público que entrava na Câmara Municipal, os procedimentos tinham que passar, também, por procedimentos administrativos e, portanto, eram mais demorados.

O que tinha acontecido, no que dizia respeito a algumas bilheteiras dos meses de novembro e dezembro, tinham sido ligeiros atrasos, considerando que encerravam, também, o ano contabilístico para esses mesmos procedimentos a partir da última quinzena de dezembro. Todas as entidades que tinham essa situação regularizada já tinham sido contactadas e os serviços da Câmara Municipal, nomeadamente a Divisão de Cultura, bem como os serviços do Departamento Financeiro já tinham tratado para que essas situações fossem regularizadas, quer algumas que, entretanto, tinham sido realizadas, quer durante a próxima semana. Todas elas tinham sido contactadas e tinham recebido o respetivo e-mail esclarecendo sobre essa mesma situação.

Quanto à questão colocada pela Vereadora Patrícia Paz, como a senhora vereadora sabia, embora isso fosse uma matéria que, muitas vezes, não encontrava compreensão quando falavam do conceito de sem-abrigo, era-lhes difícil compreender a não aceitação, muitas vezes, de ajuda das pessoas que viviam em contexto de sem-abrigo e que viviam, efetivamente, em espaços na rua, em espaços públicos.

Queria dar nota, a propósito, também, da informação que o Sr. Presidente tinha tido oportunidade, no início da reunião, de transmitir, que, na equipa que fazia a ronda pela cidade, tinham sido contactadas mais de 14 pessoas que tinham aceitado apoio e, portanto, naquele momento, o NPISA, que era um núcleo que era constituído por mais de 13 entidades, em números apurados - estava a falar no conceito de sem-abrigo, o conceito lato de sem-abrigo -, diria que [haveria] meia centena de pessoas identificadas, sendo que, desses, tinham sido considerados 45 identificados sem-teto. Portanto, era disso que estavam a falar e era nesse sentido que estavam a trabalhar.

Aproveitava para dar uma nota mais a propósito da questão que também tinha sido colocada. Essa era é uma preocupação que a Câmara Municipal, objetivamente, tinha e tinha sido nesse sentido que tinha avançado, em parceria com outras entidades, para esse processo, para essa resposta.

Também queria dizer que, da parte da Câmara Municipal e dos serviços da Câmara Municipal, quer da Divisão de Direitos Sociais, bem como da Divisão de Habitação, a

propósito da candidatura da Cáritas Diocesana, a propósito do Projeto “*Housing First*”, tinha sido possível darem, também, mais um contributo, com a disponibilização de mais uma habitação, por forma a responder a essas situações, que eram situações que, objetivamente, também mereciam, face à sua complexidade, acompanhamento permanente por parte das entidades, em particular aquelas que mais de perto acompanhavam esses processos, no caso concreto dos serviços da Câmara Municipal, através da Divisão de Direitos Sociais, bem como a Cáritas Diocesana, que era, como bem sabiam, também, a entidade que coordenava o NPISA.

Por fim uma nota, porque era matéria que tinha vindo, por vezes, a ser colocada na reunião da Câmara, uma nota muito breve, [para] dizer que se tinha realizado, no dia 11 de janeiro, a primeira reunião do Conselho Consultivo do Centro Hospitalar de Setúbal. Como era sabido, era presidido pela Câmara Municipal de Setúbal e, portanto, nessa reunião tinha sido possível dar seguimento àquilo que era o propósito do Conselho Consultivo, deixando sempre presente que estavam todos os parceiros numa postura de colaboração e [de] contribuir para aquilo que eram as soluções e o andamento do trabalho do Centro Hospitalar de Setúbal, sempre, também, com um papel prepositivo, crítico e sugestivo [para o] bom funcionamento desse mesmo Centro Hospitalar.

Tinha ficado agendada para a próxima reunião, para o mês de fevereiro, que, entre outras coisas, teria como propósito a apresentação do regulamento do próprio Conselho Consultivo, uma vez que este não tinha ainda um regulamento próprio, também por forma a agilizar [os trabalhos], bem como a apreciação do Orçamento e Plano de Atividades do ano de 2023.

**Sr. Presidente** – Disse que só [queria deixar] algumas notas, ainda relativamente a algumas questões que tinham sido levantadas, e também queria dizer que tinham de encontrar uma nova forma de organizar os trabalhos no período antes da ordem do dia. Não tinha deixado passar sem consideração a nota que a Sra. Vereadora Sónia Martins tinha colocado. Achava que tinham que ser um pouco mais contidos, também, na utilização dos tempos. Falava de todos, não falava de ninguém em particular. [Quer] dar 3 ou 4 notas relativamente a questões que ainda não tinham sido respondidas ou informações que tinham sido pedidas e não tinham tido ainda resposta.

[Em resposta] ao Sr. Vereador Fernando Negrão, [queria dizer] que tinha falado em particular da Quinta da Parvoíce porque era aquela que lhes tinha dado mais trabalho e [era] uma situação mais complexa, que era alojar aqueles moradores, com situações muito diversas, e a dificuldade no mercado da habitação em encontrar as soluções de acordo com os regulamentos que o próprio IHRU tinha e que, de facto, como tinha dito, não estavam adequados à realidade. Por isso, naturalmente que os serviços da Câmara Municipal procuravam, nesse diálogo com o IHRU, encontrar essas medidas ou as melhores soluções. Aliás, uma das questões que tinha ficado bem clara, do ponto de situação - porque tinha sido disso que se tinha tratado - do cumprimento dos compromissos e dos objetivos que a Câmara Municipal de Setúbal tinha, relativamente à habitação no concelho, que era bastante vasta.

Tinha-se feito um ponto da situação e tinha salientado esse aspeto da Quinta da Parvoíce, porque, de facto, esse problema tinha-se arrastado, não por responsabilidade nossa, como era óbvio. Também tinham que reconhecer que, da parte da senhora, ao tempo, Secretária de Estado e, naquele momento, Ministra da Habitação e também do IHRU, tinha havido um esforço, no sentido de encontrarem caminhos para resolver esse problema. Não tinha sido fácil, a administração tinha dessas coisas. As leis e os regulamentos, às vezes, muitas vezes, ou, pelo menos, algumas vezes, não tinham em conta as realidades concretas e era nisso que se tinha arrastado esse processo.

O que podia dizer, naquele momento, era que esperava que no final de março essa situação estivesse resolvida e se pudessem fazer as sondagens naquele espaço e, portanto, iniciar os processos de projeto e levar à construção de habitação nova, para realojar essas famílias, essas pessoas, mas, também, para outros, no que dizia respeito à Câmara Municipal e, também, ao IHRU, porque era uma parceria. Naquele caso, era uma parceria de construção naquele território.

Sobre isso, achava que era preferível – tinham isso muito bem trabalhado - fazer uma síntese dessas situações e fazer distribuir pelos gabinetes dos senhores do Partido Socialista e do PSD e, portanto, ficariam com uma síntese da situação desses projetos todos e do andamento que eles estavam a ter.

Relativamente a uma outra questão que o senhor vereador tinha colocado, por ter falado do esforço que a Câmara Municipal tinha feito na promoção de Setúbal, o senhor vereador tinha referido que, havia pouco tempo, tinha havido um jornal que tinha feito uma publicação de projetos falhados em Setúbal. Achava que havia quem tivesse uma obsessão. Não estava a dizer que tinha sido o jornalista que tinha escrito o artigo, mas verificava que havia quem tivesse obsessão em fazer tudo para dizer mal de Setúbal. Tinha verificado isso. Não era muita gente, mas havia algumas pessoas que estavam obcecadas em dizer isso.

Queria dizer que era óbvio que haveria sempre projetos que eram apresentados e que, depois, não se concretizavam, [pelas] razões mais diversas. Queria só dizer-lhe que, naquele momento, por exemplo, em projetos de investimento na área industrial, havia investidores que estavam na iminência de não poder investir em Setúbal, por não haver espaço para fazer cá os seus investimentos. Por isso, como se devia compreender, havia uma “luta”, no sentido de ver quais é que ocupariam os poucos espaços que ainda estavam disponíveis.

Naturalmente que não poderia falar nos nomes das empresas e dos investidores, mas o que podia dizer era que isso se situava em duas áreas fundamentais do nosso território, que tinham aptidão para esses investimentos: A APSS, por um lado, e a Mitrena, por outro lado. Portanto, estavam em contacto, naturalmente, com essas entidades, e, como esses investidores se dirigiam à Câmara, também, naturalmente - porque eram elas que geriam esses territórios -, a Sapec e a APSS, que também tinham acesso a isso.

A avaliação que podia fazer e aquilo que podia dizer ali - não era conveniente falarem de nomes, porque alguns até eram conhecidos, passavam na comunicação social -, naquele momento, era que havia investidores que queriam investir em Setúbal e estavam em risco de não ter condições para o fazer, por falta de espaço. Estava a falar, sobretudo, da área industrial.

[Pensava] que também todos tinham tido acesso a essa informação, mas também tinham, em dezembro, investidores para o imobiliário, em projetos que podiam ser levantadas as licenças no dia a seguir, para 500 novos fogos. [Pensava] que conheciam esse tipo de terminologia, estava a falar de habitação média/alta ou alta/alta. Era do que se tratava. E tinham, nessa altura, no princípio de dezembro, mais 1500 fogos em apreciação nos serviços e, portanto, em estado avançado da avaliação dos processos. 1500 novos fogos do mesmo nível, para construir em Setúbal.

Tinham feito uma reunião e tinham convidado esses investidores todos, uns que tinham os processos já aprovados e que podiam levantar as licenças e começar a construir no dia seguinte e outros, que [tinham] em várias fases de apreciação, nos serviços, os seus processos. Tinham convidado todos e tinham feito, exatamente com a APSS e com a Sapec e, também, com o ICEP, porque era uma outra entidade por onde passavam os projetos que vinham para Setúbal e para outros sítios, uma reunião com esses investidores, para lhes chamar a atenção que, pelo menos, aqueles 500 fogos que estavam em condições de poder começar a construir, que tinham, exatamente nos investimentos que estavam em fase final de aprovação – estava a referir-se à área industrial -, que tinham prazos para terminar os seus investimentos, e, portanto, para iniciar a laboração em finais de 2024 princípios de 2025, eram empresas e investidores que traziam para Setúbal quadros técnicos de nível superior, muitos, até, estrangeiros. Tinham ido dizer - fazia todo o sentido dizer - que era preciso que Setúbal tivesse condições para receber e fixar essa gente. Tinham feito uma reunião, tinham ficado todos muito agradados com isso e tinha havido 2 ou 3 que tinham dado “sinal de vida” e os processos iam avançar. Aguardavam que os outros fizessem o mesmo.

Setúbal era um território qualificado, era um território atrativo e isso tinha sido feito com muito esforço e com muito investimento, com orientação estratégica, por muito que se quisesse dizer que a Câmara Municipal não tinha estratégia, era uma desgraça por todo o lado, etc. Por muito que se dissesse isso, o que era um facto era que os dados falavam por si e a



realidade também, só não via quem não queria. Havia problemas, mas, se não houvesse problemas, não estariam ali a fazer nada, não valia a pena estarem ali. Havia problemas e continuaria sempre a haver problemas.

Tinha surgido aquilo que tinha acontecido na segunda metade do ano anterior e que ainda eram problemas que tinham pela frente, essa situação que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal tinha referido, que tinha sido, em pouco mais de 6 meses, terem de instalar serviços, encontrar instalações, garantir boas instalações a um conjunto significativo de trabalhadores e a serviços, para prestarem [serviço] às populações, e, portanto, sempre com o objetivo e com o compromisso de prestar um serviço melhor, na água e no saneamento, do que aquele que existia. Era esse o compromisso deles e estavam a fazer todos os esforços nesse sentido.

Aquilo que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal tinha dito era uma realidade, naturalmente com problemas, porque, como também tinham falado várias vezes nas reuniões da Câmara, as coisas, na relação da Câmara Municipal com as Águas do Sado, nem sempre tinham sido pacíficas - era a linguagem comum que se utilizava - e, portanto, naturalmente que as coisas não tinham funcionado tão rapidamente e com resultados tão positivos para a concretização desse processo como poderia ter acontecido, mas o que era um facto era que, naquele momento, os serviços estavam instalados.

Como o senhor vereador tinha referido, havia um problema que tinha a ver com questões de informática, mas o atraso na faturação tinha sido recuperado. Naquele momento, estava recuperada a faturação em atraso e, a seguir, iniciar-se-ia um processo normal de funcionamento, relativamente a esta questão da faturação. Portanto, eram grandes dificuldades, porque era necessário encontrar soluções.

A questão dos transportes, também como se sabia, tinha sido uma situação bastante difícil e, portanto, estavam cá para resolver problemas, enfrentar os problemas e resolver os problemas. Quando diziam que ainda não estava resolvido o problema do transporte público de qualidade que defendiam para Setúbal, não estava. Mas era [preferível] reconhecer o esforço que tinha sido feito do que dizer *“deveria ter sido, em vez de ter uma boa uma velocidade mínima, deveria ter 10 vezes mais a aceleração”*. A aceleração, mas com resultados positivos, naturalmente. Não tinha tido, mas tinham feito a crítica, tinham pressionado quanto tinham podido. Até tinham sido criticados pela forma e pelos meios que tinham utilizado para fazer essa pressão, mas o que era facto era que isso implicava muito tempo, implicava um dispêndio muito grande de tempo e de esforço, mas estava a dar resultados.

Ligando a outra questão que a Sra. Vice-Presidente já tinha respondido, à pergunta que o senhor vereador tinha feito, sobre a questão da neutralidade carbónica, das ações contra as alterações climáticas, o Município de Setúbal, como tinha sido referido, os dados eram públicos, era um dos municípios, até a nível europeu, que melhores resultados tinha nessa matéria e continuariam, como tinha sido comprometido, estava assumido, continuariam a desenvolver todos os esforços, no sentido de que esses resultados continuassem a ser cada vez melhores.

Para que não houvesse dúvidas sobre isso, a questão do funcionamento dos transportes públicos em Setúbal era uma questão fundamental para, efetivamente, uma ação de luta muito concreta e muito eficiente, de luta contra as alterações climáticas. Portanto, estavam determinados a prosseguir esse caminho.

Eram, apenas, alguns exemplos que demonstravam bem o caminho que Setúbal tinha trilhado, sempre no sentido de criar melhores condições para o investimento, criar mais riqueza, criar mais emprego, ter maior atratividade, como tinha acontecido daquela vez. Quem tivesse essa curiosidade ou interesse poderia visitar algumas publicações que tinham saído no *“site”* da Câmara Municipal e verificar, aquando da abertura do pavilhão de Setúbal, a quantidade de pessoas que se tinha dirigido ao pavilhão. Tinha sido uma coisa impressionante. Poderiam ver em algumas fotografias como a multidão se tinha deslocado para aquele pavilhão.

Também queria dizer que, naturalmente, isso se tinha ficado a dever muito ao esforço e ao empenhamento dos trabalhadores da Câmara Municipal nesses processos, porque tudo isso

era feito com orientação, com visão estratégica, mas era feito à base do esforço, da dedicação e, também, do conhecimento dos trabalhadores da Câmara Municipal. Não podiam deixar de considerar isso.

Por isso é que dizia ao senhor vereador que quem tinha tido essa ideia de fazer uma notícia de jornal, com mais do que uma página, a falar sobre os projetos falhados no Município de Setúbal, era alguém que não gostava de Setúbal ou alguém tinha convencido quem tinha escrito isso a dizer que Setúbal não valia a pena. Estava à vista que Setúbal valia muito a pena.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho já tinha falado sobre a Comenda e sobre esses processos todos que tinham pela frente, que era uma outra área. Tinham procurado dar cumprimento aos compromissos que tinham assumido com as populações e às responsabilidades que tinham.

Relativamente à nota que o Sr. Vereador Fernando Negrão tinha [deixado], sobre a expressão que tinha utilizado para as visitas ou as buscas *“entrarem na normalidade”*, naturalmente que também tinha percebido que o senhor vereador tinha percebido o que é que isso significava, a expressão que tinha utilizado. Naturalmente que ninguém gostava de ter a Polícia Judiciária ou outra entidade - porque tinha havido uma denúncia - nos seus serviços, na perturbação do normal funcionamento dos serviços. Ninguém gostava disso, mas tinha utilizado essa expressão da *“normalidade”*, porque, de facto, viam na comunicação social, a abrirem os telejornais - para não falar de todos os outros meios de comunicação social – com horas e horas a falar sobre as situações.

Até tinha ficado um pouco incomodado, porque o senhor vereador estava - isso tinha a ver com a sua outra atividade - também a chamar-lhe *“ministro”* ou a designá-lo como *“ministro”*. Até tinha ficado incomodado. Era verdade que os vereadores e os presidentes de câmara também eram envolvidos nesse processo, mas, naquele momento, estava mais na época dos ministros. Percebia que o senhor vereador estivesse um pouco nessa coisa. Estava a dizer isso, exatamente, no sentido em que o senhor vereador lhe tinha chamado a atenção para isso. Era lamentável que tantas situações dessas se acumulassem e se arrastassem durante tantos anos.

Isso continuava a acontecer de uma forma que, por um lado era aquilo a que tinha chamado *“visita”* da Polícia Judiciária aos serviços da Câmara Municipal, dizendo que isso era uma situação normal, ou seja, tinha havido uma denúncia. O que é que os nossos serviços tinham feito? Tinham criado as melhores condições para que houvesse a investigação e que os resultados fossem apurados o mais rapidamente possível.

Dentro da normalidade, outra situação era aquilo que tinha referido e que não era, também, caso único. Era o facto de esses processos estarem em segredo de justiça, mas, no mesmo dia em que se tinha feito essa investigação, tinha saído na comunicação social uma informação alargada sobre o processo. Mais, daquilo que tinha tido oportunidade de verificar, até com um tipo de acusação, que já tinha sido devidamente desmentida, o que era profundamente lamentável, [inclusivamente], incluindo trabalhadores da Câmara Municipal. Isso era profundamente lamentável.

Estavam ali numa reunião pública e era importante que isso ficasse ali claro, porque, se respeitavam e consideravam que as competências da Polícia Judiciária e de outras entidades com competência de investigação criminal deviam ter todas as condições para fazer essa investigação, também não podiam deixar de denunciar essas situações, porque a lei era igual para todos. Portanto, se era igual para uns, eram processos em segredo de justiça, também, e devia ser igual para os outros.

Tinha sido essa a nota que tinha deixado e, portanto, tinha percebido aquilo que o senhor vereador queria dizer. Estava de acordo com ele, nessa perspetiva, mas a expressão que tinha utilizado tinha sido por essa razão que já tinha referido.

Quanto à Sra. Vereadora Sónia Martins, voltava a dizer que tinham que encontrar formas mais eficientes de utilizar melhor o tempo do regulamento de funcionamento das reuniões da Câmara. Estava de acordo com isso e faziam todos um esforço nesse sentido, estava certo disso.

Relativamente a questões que tinha colocado sobre o encarregado da proteção de dados, [pensava] que terminava naquele dia o trabalho de verificação e de visita aos serviços do encarregado da proteção de dados e, portanto, iria ser elaborado um relatório com todas as situações que, no quadro legal, tinham sido identificadas. Portanto, esse relatório haveria de ser feito, também no quadro e no âmbito do trabalho que a empresa que tinham contratado para elaborar o Regulamento da Proteção de Dados da Câmara Municipal de Setúbal, que também estava concluído e que, por aqueles dias, estaria disponível.

Quanto a uma outra questão, a do canal do denunciante, que também tinha sido colocada pela senhora vereadora, também estavam a desenvolver esse trabalho, no sentido de criar esse canal do denunciante. Era tudo muito complicado, mas procuravam cumprir. Procuravam não, eram obrigados e procuravam cumprir a lei.

Quanto ao Sr. José Ângelo, queria dizer - a senhora vereadora já tinha dito, mas queria dizer - que tinha sido naquele dia entregue nos gabinetes dos senhores vereadores um documento que tornava claro o processo e que, portanto, não havia, da parte da Câmara Municipal, nada a esconder sobre essa matéria.

Naturalmente que compreendiam a posição e quando, as pessoas iam ali e faziam declarações públicas, que, muitas vezes, eram uma reação à situação em que se encontravam, mas havia questões que tinham que ser muito claras, o âmbito das nossas competências, o âmbito da responsabilidade pública e o âmbito das relações privadas. Portanto, a Câmara Municipal não tinha que se envolver nas questões das relações privadas. Ainda por cima, da informação que existia, eram processos que estavam na justiça e, portanto, a Câmara Municipal não tinha que se envolver nessas situações. A Câmara Municipal acompanhava os processos naquilo que eram as suas competências, mas não podia ir além disso. Naturalmente que compreendiam, por aquilo que tinham visto na reunião anterior, a situação e a forma como o senhor munícipe se tinha dirigido à Câmara Municipal, mas não podiam deixar de se situarem no âmbito das nossas responsabilidades e naquilo que eram as nossas competências.

Quanto à questão das NUT 2 e 3, continuariam, naturalmente, a acompanhar todo esse processo e a participar nele quando fossem chamados a isso. Era uma questão que não era nova e já tinha visto que alguns chamavam para si os êxitos alcançados com esse processo. Eram processos antigos, [pelos quais] muitas organizações da Península de Setúbal se tinham batido. Muitas organizações se tinham batido pela criação da NUT 3 e da NUT 2.

Esse objetivo tinha sido alcançado, ou seja, estava a ser alcançado, estava a caminho de poder ser alcançado, portanto, tinha que ter esse caminho, esse desenvolvimento, num quadro legal, também. Só queria chamar a atenção para uma questão, essas coisas não os deviam desviar daquilo que era fundamental.

Aquilo [para] que queria chamar a atenção ao senhor vereador era que, desde 2013, pelo menos, que o território da Península de Setúbal não tinha tido investimento público, como deveria ter [tido], nas câmaras municipais, nas empresas, nas organizações, nas instituições. Era geral esse reconhecimento. Estava a falar desde, pelo menos, de 2013 até àquele momento.

Quando estavam a falar da NUT 2, a informação que existia era que ela só teria consequências a partir de 2027. Portanto, a questão que se colocava era que havia um processo, ficavam todos muito satisfeitos, mas, atenção, isso não lhes podia desviar a atenção daquilo que era fundamental. Até 2027 continuavam na mesma, como de 2013 até àquele momento? Tinham de fazer alguma coisa, no sentido de que esse estado de coisas se alterasse. Os municípios e, certamente, as empresas, haveriam de se organizar, tal como tinham feito no passado, no sentido de conseguir, com a administração, com o Governo, encontrar soluções para que houvesse um desenvolvimento mais harmonioso, com investimento público, nesse território, que tinha potencialidades muito grandes e que tinham sido desaproveitadas, muitas vezes com investimentos avulsos.

Também se considerava, às vezes, que os investimentos de vulto eram suficientes, mas não eram suficientes. Tinham um território, tinham populações, tinham de ter desenvolvimentos harmoniosos e, com investimentos avulsos, por muito avultados que fossem, não resolviam

[os] problemas das populações e dos territórios que ficavam no meio desses investimentos avulsos.

O Sr. Vereador Fernando José tinha colocado algumas questões que mereciam, também, algumas considerações. Relativamente a essa questão dos “links”, podia garantir-lhe que já se tinha informado sobre o que era isso e o que significava. Queria dizer-lhe que, ao contrário daquela declaração que tinha feito ali e que estava em ata - não era preciso estar a referir-se a ela, todas as considerações que tinha feito e mais algumas, que tinham tido eco, também, na comunicação social -, essa informação que era produzida no Departamento de Comunicação da Câmara Municipal era informação de documentos de trabalho, que eram distribuídos aos senhores vereadores que tinham responsabilidades na gestão da Câmara Municipal e que iam no sentido de facilitar a responsabilidade de servir melhor as populações. Portanto, eram documentos de trabalho, não eram mais do que isso. As declarações que o senhor [vereador] tinha feito ficavam registadas em ata e, portanto, valiam o que valiam.

Relativamente aos pedidos de informação que o senhor [vereador] também tinha referido que o grupo dos vereadores do Partido Socialista tinha feito, o que podia dizer-lhe era que, durante a semana seguinte, iria haver uma resposta a esses pedidos de informação.

Quanto às questões dos trabalhadores e à necessidade urgente de resolver o problema dos trabalhadores que estavam naquelas instalações técnicas dos trabalhadores da operação, onde funcionavam as Águas do Sado, que, de facto, era uma situação profundamente lamentável, como o Sr. Vereador Carlos Rabaçal tinha referido, estavam a procurar encontrar as soluções mais rápidas para resolver essa situação, mas queria dizer, a esse propósito, que achava que os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal, todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal, estavam em muito boas instalações, todos. Todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal estavam em muito boas instalações, tinham equipamentos e meios de trabalho de um nível, também, que podiam considerar superior. Havia melhorias a fazer, havia que ter equipamentos mais avançados? OK, mas isso era um caminho que tinha vindo a ser percorrido.

Achava que os trabalhadores da Câmara Municipal se sentiam bem nas instalações que tinham e [com as] condições de trabalho que tinham. Todo este trabalho tinha sido desenvolvido ao longo dos anos, porque, quando chegaram ali, em 2002, os senhores vereadores que perguntassem aos trabalhadores que estavam em 2002 como é que eles se sentiam nos seus locais de trabalho, [com as] suas condições de trabalho. Perguntassem-lhes.

[Queria] dizer aos senhores vereadores que, aí, não tinham muito a aprender. Tinham feito um caminho de valorizar e de reconhecer a importância das condições de trabalho dos trabalhadores da Câmara Municipal, para que eles estivessem nas melhores condições para fazer aquilo que eram os compromissos que eles tinham assumido perante as populações e de que todos os trabalhadores da Câmara Municipal se sentiam orgulhosos de prestar um serviço de grande qualidade a esse território e a essas populações. Portanto, sobre isso não recebiam recados de ninguém.

Quanto à questão que o senhor vereador também trazia [em] todas as reuniões da Câmara, da falta de diálogo com os trabalhadores, em particular com os bombeiros, queria dizer-lhe que havia muitas formas de avaliar a situação. Já tinha dito ali várias vezes e voltava a repetir que os Bombeiros Sapadores de Setúbal eram trabalhadores municipais. Como tal, porque dependiam diretamente do Presidente da Câmara, havia uma relação regular do Presidente da Câmara com os trabalhadores da Câmara Municipal, em particular com os bombeiros. Já ali tinha referido, várias vezes, essas reuniões que fazia com os trabalhadores da Câmara Municipal, nesse caso concreto, os bombeiros.

Relativamente ao sindicato, a esse sindicato ou a qualquer outro sindicato, a Sra. Vice-Presidente já tinha referido que nunca tinha estado em causa a falta de diálogo, com esse ou com qualquer outro sindicato. No entanto, como também já tinha tido oportunidade de referir a esse propósito, o facto de um sindicato não estar de acordo com aquilo que era o entendimento da Câmara Municipal sobre determinadas matérias não queria dizer que a Câmara Municipal tivesse de estar de acordo com o sindicato, porque tinham um

entendimento de que o diálogo era permanente com os trabalhadores e permanente com os sindicatos, quando os sindicatos também tinham essa disponibilidade, mas o entendimento de uns não se podia misturar com o entendimento dos outros relativamente a determinadas questões e isso tinha que ser bem claro. Quando não eram capazes de assumir isso, então alguma coisa falhava.

Achava que, até àquele momento, tinham assumido essa responsabilidade, tinham de assumir essa responsabilidade e iriam continuar a assumir o diálogo com todos os trabalhadores da Câmara Municipal, incluindo os bombeiros sapadores municipais, diálogo com todos os sindicatos e todas as organizações e instituições que quisessem ter diálogo com a Câmara Municipal – naquele caso, um sindicato -, no sentido de encontrar as melhores soluções para os trabalhadores municipais. Não podiam era dizer que, se o sindicato A ou o sindicato B tinha determinada posição, a Câmara Municipal tinha de estar de acordo com esta ou aquela posição, isso não.

Tinham o seu caminho, assumiam as nossas responsabilidades e, portanto, que cada um fizesse a sua parte. Da parte deles, a disponibilidade, como a Sra. Vice-Presidente tinha referido, era total e, portanto, não havia, sobre essa questão, nenhuma dúvida.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que era muito rápido. O Sr. Presidente dizia sempre que a questão do Portal das Denúncias e do Regulamento de Proteção de Dados eram questões muito complicadas, muito complexas, mas a questão da condução dos trabalhos da reunião da Câmara e do período de antes da ordem do dia era muito simples, bastava cumprir o Regimento que tinham aprovado em outubro de 2021 e resolvia-se o problema. Quanto a isso, o Sr. Presidente não precisava de se preocupar, porque a solução estava nas suas mãos.

**Sr. Presidente** – Disse à senhora vereadora que só tinha a agradecer-lhe por chamar a atenção para isso. O que tinha dito tinha sido que todos tinham de fazer um esforço no sentido de cumprir. Também lhes ficava bem cumprir.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que era o Sr. Presidente que conduzia as reuniões da Câmara e por isso é que lhe tinha endereçado essa sugestão.

**Sra. Presidente** – Disse que agradecia e que, naturalmente, quando dizia que tinham de fazer todos um esforço, como era ele que dirigia as reuniões, teria que fazer um esforço maior.

Tinham ainda, no período antes da ordem do dia, um conjunto de moções e saudações.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Leu a seguinte moção, conforme documento anexo registado sob o n.º 6:

*“Moção  
Dia Internacional da Educação*

*A 24 de janeiro comemorou-se o Dia Internacional da Educação cujo propósito é sensibilizar a sociedade civil para a importância do direito fundamental à Educação. Direito este consagrado no artigo 26.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas também na Convenção sobre os Direitos da Criança.*

*Sobretudo, procura-se sublinhar o papel da educação enquanto meio para quebrar ciclos de pobreza e para o desenvolvimento social. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, quando adotada em setembro de 2015, reconheceu que a educação é um pilar essencial para os seus objetivos, em particular, o objetivo para o Desenvolvimento Sustentável n.º 4 que assume o compromisso de garantir*

*oportunidades educativas inclusivas e de qualidade, bem como de aprendizagem ao longo da vida.*

*A Educação deve ser encarada como a principal ferramenta de criação de oportunidades socioeconómicas, uma verdadeira potenciadora de mobilidade social para todos os indivíduos e comunidades. Uma visão justa e humanista da sociedade é aquela que permite que todos alcancem todo o seu potencial quando expostos a um pleno de igualdade de oportunidades.*

*Não obstante, hoje, a Educação também apresenta múltiplos e complexos desafios. Desde a escassez de recursos e apoio financeiro inadequado às várias instituições de ensino, até à inexistência de estabilidade no emprego e carreiras condignas para professores e restantes carreiras profissionais do setor da Educação. É urgente e emergente, a bem da Democracia que se trate a Escola e os seus profissionais com o respeito que merecem. As nossas crianças e jovens têm direito a uma escola pública digna.*

*Assim, os vereadores do PSD sublinham, através desta moção, manifestar a sua solidariedade com os alunos e os vários profissionais do setor da Educação afetados pelas políticas de desinvestimento do Partido Socialista no sistema de educação pública. Reafirmando ainda a necessidade do município se posicionar enquanto ator fundamental naquele que é o nobre papel de assegurar a construção de respostas para uma escola pública de qualidade, plural e acessível a todos os estudantes - esteio essencial da democracia.*

*A toda a comunidade educativa do Agrupamento de Escolas de Setúbal manifestamos a nossa solidariedade, com a aspiração de que as negociações terminem rapidamente e com um consenso que nos traga a Escola Pública de volta.”*

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que não sabia se iriam fazer discussão daquelas moções ou se havia possibilidade de intervenção naquelas moções. Também tinham uma, que estava na ordem de trabalhos. Queriam fazer uma intervenção, mas não sabia se faziam em conjunto, uma vez que pensava que os vereadores da CDU também tinham uma saudação, ou se faziam em separado.

**Sr. Presidente** – Disse que, se o senhor vereador quisesse, poderia fazer algumas considerações ou poderia fazê-las no final, porque havia uma outra intervenção sobre o Dia Internacional da Educação, da bancada da CDU.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que seria como o Sr. Presidente achasse melhor.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que lhe parecia mais curial discutirem as três na parte final, uma vez que a CDU tinha uma e o PSD tinha.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que a do PS estava na ordem de trabalhos.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que sabia que a do PS era a única para ser votada, mas eles diriam qual era a sua posição.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que podiam fazer já a discussão.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que, assim, iriam fazer a discussão sobre o mesmo tema duas vezes.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que não, poderiam fazer logo a discussão. A discussão seria a discussão e, depois, a votação não teria (...).

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Perguntou se, depois, se limitariam a votar.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que sim, mas a [proposta] deles teria votação.

**Sr. Presidente** – Disse que uma coisa era o período antes da ordem do dia. Portanto, no âmbito daquelas propostas de saudação havia uma discussão. No entanto, haveria, depois, uma discussão, naturalmente - haveria ou não haveria, mas ficava a discussão aberta -, quando fosse apresentada uma proposta, como era o caso do Partido Socialista. Era como os senhores vereadores quisessem fazer.

**Sr. Vereador Fernando José** – Perguntou se, sendo assim, passavam à saudação da Educação por parte da CDU e, depois, fariam a intervenção. Se calhar, seria melhor.

**Sr. Presidente** – Disse que não era essa a ordem que tinha, mas também podiam fazer [assim].

**Sra. Vice-Presidente** – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 7:

*“Saudação  
Dia Internacional da Educação  
Escola pública de qualidade obriga à valorização de todos os profissionais de educação*

*O Dia Internacional da Educação comemora-se, anualmente, a 24 de janeiro por deliberação da Assembleia Geral da ONU, através da sua Resolução 73/25, de 3 de dezembro de 2018.*

*“Investir nas pessoas, priorizar a educação” foi o tema das comemorações da data em 2023. Quando se assinala, a nível internacional, a importância de priorizar a educação, a Câmara Municipal de Setúbal entende que é seu dever exprimir profunda solidariedade com a justa luta em curso e as reivindicações de professores e restantes profissionais da educação (técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais).*

*A Câmara Municipal de Setúbal exige do Governo a tomada de medidas que permitam recuperar a dignificação da profissão e das carreiras dos professores e de todos os profissionais da educação e que dê resposta, nomeadamente, a questões como a valorização salarial, estabilidade profissional, condições de trabalho sustentáveis, recuperação do tempo de serviço, regime específico de aposentação, regularização dos horários de trabalho, mobilidade por doença, rejuvenescimento da profissão, formação e desenvolvimento profissional contínuo e retorno à gestão democrática das escolas, condições indispensáveis para a normalização da vida escolar.*

*Não se pode continuar a aceitar que, para uma classe profissional inteira e fulcral para o desenvolvimento do País, o anormal, como acontece há décadas, se tenha transformado em “normal”; não é aceitável que se continue a permitir a desvalorização da profissão e da carreira dos professores, homens e mulheres que vivem de mão dada com a instabilidade e a incerteza e são perseguidos pela precariedade.*

*O objetivo da data que foi celebrada no dia 24 de janeiro é sensibilizar para a importância do cumprimento do direito à educação, consagrado no artigo 26.º da «Declaração Universal dos Direitos Humanos» (1948) e na «Convenção sobre Direitos da Criança» (1989), como condição essencial e imprescindível para a paz e o desenvolvimento. Procura-se sublinhar o papel da educação enquanto meio para fomentar o desenvolvimento social, combatendo ciclos de pobreza e avançando de forma decidida em matéria de igualdade de género.*

*Estes são objetivos com os quais a Câmara Municipal está plenamente alinhada. Se é um facto que o Município de Setúbal tem cumprido e, inclusive, ido mais além no quadro das suas atribuições e competências, como o comprova, a título de exemplo o recente pacote de medidas de apoio social para mitigar os efeitos da crise que se vive, a verdade é que a vida das escolas é, em grande medida, assegurada pelo conjunto dos membros da comunidade*

*educativa e, em especial, por professores, educadores e outros profissionais da educação que nela fazem o seu dia-a-dia e nela dão o seu melhor no processo de aprendizagem e de formação de crianças e jovens, nomeadamente, estimulando o pensamento crítico e abstrato, a criatividade, a curiosidade e o interesse científico.*

*Setúbal orgulha-se de pertencer à Associação Internacional de Cidades Educadoras e à Rede Global de Cidades de Aprendizagem da UNESCO. A implementação de políticas públicas, programas e iniciativas cidadãs que contribuam para a igualdade de oportunidades, que transmitam atitudes e valores para uma boa convivência, que gerem pensamento crítico e que garantam o bem-estar e o desenvolvimento de todas as pessoas e um compromisso de transformar culturas de violência em culturas de paz, são princípios que todas as Cidades Educadoras compartilham.*

*Para a concretização dos referidos princípios, o Município de Setúbal continua a trabalhar, a cada dia, de forma ativa e empenhada, na permanente construção da escola pública, gratuita e de qualidade e da Cidade Educadora.*

*Na certeza de que a educação transcende as paredes da escola para impregnar toda a cidade, que toda a comunidade assume a sua responsabilidade na educação e na transformação da cidade, o Município mantém o seu compromisso de contribuir para que todos tenham direito a uma Cidade Educadora, promotora de princípios de igualdade, de justiça social e global, de equilíbrio territorial, sustentabilidade e resiliência e, nesse contexto, saúda, por ocasião do Dia Internacional da Educação, todos os profissionais deste setor pela sua resiliência e sempre demonstrada competência e vontade de continuarem a ser atores indispensáveis no desenvolvimento do nosso País.”*

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que, relativamente à saudação apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara e pelos vereadores da CDU, os vereadores do Partido Socialista acompanhavam aquilo que era essa saudação. As preocupações que estavam refletidas eram as preocupações dos vereadores do Partido Socialista, eram as preocupações do Partido Socialista, eram as preocupações do Governo e, portanto, não tinham qualquer tipo de problema em acompanhar, mas havia que fazer um resumo do caminho que tinha sido feito até ali, porque não tinham chegado ali de um dia para o outro. O caminho tinha sido feito até ali e aquilo que estava a ser feito, com portas de diálogo abertas com as estruturas que representavam os trabalhadores e aquilo que tinha sido feito tinha sido feito em toda a administração pública, não só na carreira docente, porque a administração pública ia muito para além da carreira docente, mas era sobre a escola pública, carreira do pessoal docente e não docente que estavam a falar.

Já quanto à moção do PSD, chamava a atenção que deveria haver um erro no final, porque não conseguiam perceber o que era isso de “*Agrupamento de Escolas de Setúbal*”, devia ser um lapso.

[Quer] dizer que o Partido Socialista, os vereadores do Partido Socialista, não aceitavam essa afirmação que ali estava, de os profissionais do setor da Educação serem afetados pelas políticas de desinvestimento do Partido Socialista no sistema de educação pública. Sobre isso, cabia dizer que não tinha sido nenhum ministro nem tinha sido o primeiro-ministro nem tinha sido nenhum ministro dos governos suportados [pelo] Partido Socialista que tinha afirmado existir professores a mais em Portugal. Não tinha sido o Partido Socialista que tinha convidado os professores a emigrarem e que, nos países da Comunidade de Língua Portuguesa, encontrariam, de certeza, oportunidades de emprego. Não tinha sido, não tinha sido nenhum representante, nenhum dirigente, nenhum membro de [um] governo suportado pelo Partido Socialista.

Também não tinha sido o Partido Socialista que tinha mandado fechar escolas. Também não tinha sido o Partido Socialista que tinha passado o horário da administração pública das 35 para as 40 horas, nem tinha sido o Partido Socialista que tinha retirado o subsídio de Natal e o subsídio de férias aos trabalhadores, nomeadamente aos trabalhadores da Administração Pública e ao pessoal docente. Estavam a falar de duas remunerações anuais que tinham sido retiradas aos trabalhadores com perda de rendimento. E também não tinha sido nenhum



Governo suportado pelo Partido Socialista nem o Partido Socialista que tinham cortado vencimentos. Também não tinha sido o Partido Socialista que tinha congelado carreiras na Administração Pública, nomeadamente a carreira docente.

Tinha sido precisamente com o Partido Socialista que se tinha combatido, pela primeira vez, a precariedade na administração pública, no Governo de António Guterres. No setor da Educação, os contratos a termo certo do pessoal não docente tinham passado de contratos a termo certo para contratos administrativos de provimento. Tinha sido em 1999 que se tinha dado esse primeiro passo na regularização de vínculos precários na administração pública e, nomeadamente, no setor da Educação. Tinha sido também em 1999, no Governo de António Guterres, que, pela primeira vez, tinha existido uma valorização da carreira docente, com o desbloqueamento de estrangulamentos que existiam na progressão da carreira docente.

Passados esses anos, tinham chegado a 2016 com carreiras congeladas, com vencimentos cortados, com quatro feriados que tinham desaparecido e, com isso, tinham feito, também, os trabalhadores... (“- Sr. Vereador, não sei o que é que está a dizer. Se quiser pedir a palavra...” / Voz, em fundo: “- O Sócrates, o Governo Sócrates.”)

Voltava a dizer que não tinha sido nenhum governo suportado pelo Partido Socialista que tinha cortado os quatro feriados, nem congelado carreiras, nem tinha deixado aumentar a precariedade dentro da Administração Pública. O Governo liderado por António Costa e com o suporte da esquerda à esquerda do Partido Socialista, tinha reposto, de 2016 até àquele momento, direitos. Tinha reposto o subsídio de férias e o subsídio de Natal aos trabalhadores, tinha reposto os cortes que tinham sido feitos nos vencimentos dos trabalhadores, tinha reposto as 35 horas na Administração Pública, tinha combatido a precariedade, regularizando milhares de vínculos precários na Administração Pública, alguns deles que estavam nas listas negras do PSD, no sentido de despedir esses mesmos trabalhadores. Vissem o exemplo do que tinha acontecido na Segurança Social.

Esse caminho era um caminho que tinha sido feito e, mesmo na fase mais difícil da nossa vida coletiva, no combate a uma pandemia sem precedentes, mesmo no âmbito de uma crise política, de uma inexplicável crise política, que nos tinha levado a eleições. Mesmo naquele momento, face à crise que estávamos a ultrapassar, não se dava um passo atrás nas conquistas alcançadas.

Aliás, o Governo e o Partido Socialista continuavam empenhados no combate à precariedade laboral e na concretização de uma agenda para o trabalho digno. Tinha sido nesse sentido que o Governo tinha assumido no dia anterior que iria continuar a investir na capacitação, valorização e rejuvenescimento da Administração Pública, prosseguindo o caminho, esse caminho iniciado em 2016. O Governo tinha firmado com a FESAP e a Frente Sindical coordenada pelo STE o primeiro acordo plurianual e primeiro acordo do século sobre a valorização dos salários na Administração Pública.

Em 2023 haveria uma valorização global da massa salarial na Administração Pública em 5,1 por cento, cerca de 1.300.000 euros. Não estavam a falar de cortes, estavam a falar de valorização dos rendimentos, a atualização da base remuneratória da Administração Pública para o valor de 761,58 euros e o aumento anual equivalente a um nível remuneratório de cerca de 52 euros ou 2 por cento, quando esse montante representava menos de 2 por cento da remuneração dos trabalhadores a partir dos 2600 euros. Cerca de 59 por cento dos trabalhadores que recebiam até 1500 euros teriam um aumento igual ou superior a 3,5 por cento, e, até aos 1000 euros, a subida da base remuneratória correspondia a um aumento superior a 5,5 por cento, abrangendo um terço dos funcionários públicos, 260 mil trabalhadores.

Em 2023 mais de 121 mil trabalhadores da Administração Pública teriam, pelo menos, uma progressão/promoção. Não estavam a falar de bloqueio nem congelamento de carreiras, estavam a falar de... (Som, em fundo: “Plim, plim, plim” / “- Está a terminar? Vou já terminar.”)

**Sr. Presidente** – Disse que ali não era a Assembleia da República. O senhor [vereador] trocava as coisas, depois...

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que não era a Assembleia da República, era a Câmara Municipal onde estavam a debater um assunto que era nacional e, como era um assunto...

**Sra. Vereador Sónia Martins** – Disse que estavam há três horas no período antes da ordem do dia.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que percebia o senhor vereador. Com toda a deferência que tinha por ele e pela senhora vereadora, percebia que custasse ouvir, mas iria já terminar. Percebia que não era fácil, quando se ia ali atirar.... Percebia que cansasse e “*habituem-se*”. Como dizia o Primeiro-Ministro: “*Habituem-se!*” O Sr. Vereador Fernando Negrão “*habitue-se, vá-se habituando!*”

**Sr. Presidente** – “- Sr. Vereador Fernando José, termine lá, então, a sua leitura. “

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que podia terminar. Nesse caminho, não aceitavam essa afirmação que vinha ali, do Partido Social-Democrata, do PSD, dizendo que os profissionais foram afetados pelas políticas de desinvestimento do Partido Socialista, ou seja, esquecendo todo o caminho, aquilo que tinham feito e que estava instituído em 2015 e aquilo que tinha sido o caminho percorrido até ali pelo Partido Socialista, pelo Governo suportado pelo Partido Socialista, que iria continuar a percorrer.

Para terminar, 30 segundos só para dizer que, relativamente ao pessoal docente, as negociações estavam em curso e estavam assumidos, pelo Governo e pelo Ministro da Educação, 4 ou 5 passos que eram fundamentais: A desburocratização da atividade docente; combater a precariedade laboral, através da vinculação do pessoal docente - aquilo que tinham naquele momento era completamente inaceitável -; a conciliação da vida profissional e da vida familiar do pessoal docente, com um novo regime de colocação de professores - também ali tinha sido feito um esforço. Todos se lembravam, no tempo do PSD, do tempo que levava a colocação de professores, quando é que os professores sabiam que iam ser colocados. No final de julho os professores sabiam em que escola é que iriam ficar. Sabiam aquilo que era no tempo do PSD. Sabiam e todos se lembravam - e o desbloquear do estrangulamento da progressão nas carreiras, nomeadamente do 4.º para o 5.º escalão e do 6.º para o 7.º escalão.

Eram problemas que estavam identificados pelo Governo e que estavam, naquele momento, na base das negociações, que acreditavam que fossem negociações que iriam chegar a bom porto. Acreditavam que seria possível chegar a um entendimento.

**Sr. Presidente** – Disse que achava que o Sr. Vereador Fernando José tinha feito um esforço para [se] conter, porque aquilo que tinha a dizer sobre o Governo do Partido Socialista era muito mais, como todos sabiam, mas tinha-se contido.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que tinham acabado de ouvir uma preleção baseada, obviamente, na mentira, na alteração histórica dos factos e na maledicência. Enfim, era o que podiam fazer, porque só havia um Governo há 7 anos e os resultados tinham sido aquilo que se tinha visto no dia anterior na Praça do Bocage, cheia de professores, todos contentes com o Partido Socialista e a gritar loas ao Partido Socialista, pelo que tinham feito durante 7 anos de governação.

Tinha sido a isso que tinham assistido no dia anterior na Praça do Bocage. Todos tinham visto os professores em Setúbal e todos tinham visto os professores em todo o país, a regozijarem-se pelo excelente trabalho do Partido Socialista durante 7 anos.

Achava lamentável [que] as reuniões da Câmara, em que era obrigação deles estarem ali, para resolverem os problemas dos setubalenses, se transformassem em autênticos comícios e propaganda miserável, que só vinha deturpar todo o trabalho a que eram obrigados e deviam levar a cabo na Câmara.



Tinha de dividir isso em dois momentos. O primeiro tinham sido todas as críticas que tinha feito ao PSD, esquecendo-se de quem tinha sido o causador da política que o PSD tinha tido de aplicar. Tinha sido um senhor que tinha sido Primeiro-Ministro e que se chamava José Sócrates. Tinha sido ele que tinha chamado a “troika” e que tinha assinado o compromisso com a “troika”, que tinha levado à necessidade de aplicação dessas medidas. Os senhores [do PS] não alterassem a história, porque tinha sido isso que tinha acontecido. Isso, por um lado.

Por outro lado, os senhores [do PS] eram Governo havia 7 anos e pergunta-lhes o que é que tinham feito durante 7 anos. Vinham, naquele momento, falar de milhares, em centenas, em dezenas de medidas tomadas pelo Governo, para benefício aos portugueses, mas essas eram para ser tomadas ou já tinham sido tomadas? Com o que é que ficavam?

Ninguém entendia o que é que os senhores [do PS] queriam para o país, ninguém entendia o que é que tinham feito pelo país, ninguém entendia a política deles e isso tinha levado a que, por exemplo, os professores se tivessem unido contra a política na Educação do [PS].

Lamentava, ainda, o facto de o Ministro da Educação - o atual - ser de Setúbal. Enfim, era de Setúbal, mas já tinha “apanhado” o ministério num estado lamentável, vindo de um ministro que tinha sido incapaz de ter uma política para a Educação.

Por isso, para terminar, queria dizer o seguinte: O PS queria acabar com o centro. O PS queria acabar com aqueles que, de uma forma harmoniosa, tinham governado o país. O Partido Socialista tinha um desígnio e o desígnio era acabar com o PSD, para se aliar ao Chega. A intervenção [do senhor vereador] tinha ficado provada e a sua gargalhada era a gargalhada de quem tinha sido apanhado na curva.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que estava a tentar fazer um exercício, porque tinha ouvido aquilo que o PS tinha feito e, depois, tinha tentado fazer um pequeno exercício daquilo que o PS não tinha feito ou tinha feito no âmbito da destruição que tinha tido a ver com a questão dos professores e não, também no âmbito da destruição das carreiras da Administração Pública.

Em 2008 tinha acontecido uma coisa inacreditável, que tinha sido conseguir condensar, em apenas 3 carreiras, toda a Administração Pública e, desse modo, tinham conseguido desvalorizar as carreiras dos trabalhadores todos da Administração Pública, nomeadamente aqueles que também faziam parte do tema da conversa, que eram os assistentes operacionais, que, antigamente, eram os auxiliares de ação educativa, nas escolas. Isso já tinha sido desde 2008 e isso tinha-se conseguido fazer.

Durante esse tempo todo, embora tivesse havido propostas, não tinha havido a disponibilidade para rever essas matérias, como não tinha havido a disponibilidade para rever outras, que já vinham desde a altura de 2005, também do tempo do Governo do Partido Socialista do Engenheiro Sócrates, que tinha sido a questão da convergência do regime da Segurança Social e terminarem com a Caixa Geral de Aposentações, para os trabalhadores em funções públicas.

Se fossem ver aquilo que eram os pré-avisos de greve naquele momento, em 2023, uma das reivindicações era essa. Aquilo que lhe dava ideia era que tinham indo pondo todos esses problemas dentro de uma gaveta, até tinham achado que já nem os tinham de resolver, porque já tinham passado de moda, mas eles estavam aí, naquele momento, à tona e eram, realmente, muito importantes para as pessoas.

Também queria dizer que sabia bem do que falava, porque, como o senhor vereador sabia, era professora havia muitos anos. Em 1999, o senhor vereador tinha dito que tinha havido contratos de provimento, mas, em 1999, nem havia subsídio de desemprego. Mais tarde tinha sido criado o subsídio de desemprego, que tinha sido uma revolução da conquista de Abril mas não tinha chegado aos professores. Parecia que à classe docente havia muitas coisas que chegavam muitos anos mais tarde.

Relativamente às questões do vínculo, tinha sido preciso o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos ter vindo dizer que aquilo que o Governo português fazia era ilegal e tinha sido preciso o Tribunal Europeu vir dizer que a questão da vinculação tinha que ser feita de forma

automática, como era para qualquer entidade, inclusivamente para o Estado, mas, para que isso não fosse bem assim, tinha-se arranjado outro subterfúgio, que tinha sido a questão dos contratos terem que ser com horário completo na mesma escola. Portanto, o professor podia continuar contratado 20 anos, se não tivesse, efetivamente, o horário na mesma escola e até podia ter o horário completo uma semana a seguir a ter sido colocado. Se o 1.º horário fosse de 18 ou 19 horas e, a seguir, aquele fosse completo, mesmo assim, não lhe servia para poder fazer os 3 anos seguidos. Isso fazia com que milhares de pessoas continuassem a sofrer de precariedade.

Era uma coisa que, do seu ponto de vista, já podia ter sido tratada havia muito tempo, mas tinha havido outras coisas que o Partido Socialista não tinha feito e que poderia ter feito. Tinha sido a recuperação do tempo de serviço, que não tinha feito. Não tinha querido fazer. Tinha havido muitas propostas, de vários partidos, nesse sentido. Tinha havido negociações com os sindicatos muito antes dessas questões. Não tinha feito, não tinha querido fazer.

Outra questão que também poderia ter feito: Poderia ter desbloqueado o acesso à carreira, quer no 5.º quer no 7.º escalão. Não o tinha feito, não o tinha querido fazer. Aliás, um professor poderia demorar - mas isso, também, não era só um professor, era um trabalhador da Administração Pública - 120 anos a chegar ao topo da sua carreira. Era lamentável, era verdade. Se fossem falar dos trabalhadores em funções públicas e se fossem falar do SIADAP eram necessários 10 pontos. A pessoa podia ter um ponto em cada ano, eram 12 escalões, 12 escalões eram 120 anos, no limite. Portanto, estavam a falar de coisas que eram, realmente, às vezes, difíceis de compreender como é que podiam sustentá-las e como é que podiam deixá-las na gaveta.

Depois, isso levava-os a outra questão, para além da questão que achava ainda gravosa, que tinha tido a ver com um movimento na nossa sociedade, que não conseguiam compreender, que levava à desvalorização do papel do professor. Conseguiram perceber isso nas instituições de ensino superior, que tinham vindo a fechar os cursos de formação de professores. Não havia alunos para serem professores. Conseguiram perceber isso quando iam às escolas ou quando faziam iniciativas com os alunos, que, genuinamente, quando lhes perguntavam o que é que eles queriam ser, quando crescessem. Naquele momento, eles não queriam ser professores e isso era um retrato gravoso e um retrato preocupante e alarmante.

Achava que, realmente, todos tinham que olhar para isso com muita atenção, porque isso, realmente, estava a tornar-se muito preocupante. Por um lado, não havia formação, por outro lado, não havia profissionais, por outro lado, tinham imensas pessoas que, naquele momento, tinham a possibilidade de se aposentarem, independentemente dos movimentos de (...) que tinham sido feitos ao longo dos anos.

Efetivamente, naquele momento, as pessoas estavam a ter a possibilidade de se aposentarem e estavam a ter falta de professores. O Governo tinha-se vindo vangloriar [de] que não havia falta de professores nas escolas. Mentira, estavam pessoas colocadas nas escolas a fazer funções letivas, não queria dizer que fossem professores. Achava que isso os devia, também, preocupar.

A questão da mobilidade em doença, todos tinham ouvido falar de casos [que] não se tinham resolvido porque não se tinha querido. Casos de pessoas com doenças que tinham sido obrigadas a ter que ir para não-sei-quantos quilómetros [de distância]. E, quando as pessoas não viam as suas situações resolvidas, quando os problemas chegavam a essa dimensão, tinham, naquele momento, o resultado daquilo que eram essas [coisas]. Toda a gente, inclusivamente o senhor Presidente da República, na comunicação social, já tinha dito que considerava que as reivindicações eram mais do que justas e que tinham muitos anos. Portanto, achava que era consensual em toda a sociedade que tinha que ser feita alguma coisa. Devolvia ao senhor vereador aquilo que tinha feito relativamente aos bombeiros, que era um apelo ao diálogo e ao diálogo consequente. Era igual, era recíproco.

Também tinham sido acusados de colocar em causa as questões da greve dos Bombeiros Sapadores. Curiosamente, também o Ministério da Educação tinha pedido um parecer à Procuradoria-Geral da República, para confirmar, ou não, até a possibilidade da questão dos serviços mínimos na área da Educação, portanto, *“diz o que eu digo, não faças o que eu*



*faço*”. Era qualquer coisa assim, o que não seria bem o caso, porque a dimensão do problema - não desvalorizando o problema dos Bombeiros Sapadores, como era óbvio – era um pouco diferente.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que ia recorrer à antiga ministra Alexandra Leitão, que tinha dito que o atual deputado Pedro Nuno Santos tinha tido um lapso de memória. Isso era uma coisa frequente no Partido Socialista, porque o Partido Socialista esquecia que, nos últimos 27 anos, tinha governado 20. O PSD tinha governado 7 em emergência financeira, porque sempre que éramos intervencionados era pela mão do Partido Socialista, mas isso era algo que teimavam em ignorar e teimavam em esquecer o dia 6 de abril de 2011. Esse tinha sido um dia que se tinha apagado da história do Partido Socialista.

O que era facto era que tínhamos temos hospitais fechados, grávidas a fazerem quilómetros e quilómetros para poderem ter os seus filhos, tínhamos escolas fechadas, tínhamos serviços públicos que não funcionavam, mas estava tudo bem e o Partido Socialista estava a resolver os problemas todos. A verdade era que não estava e, saindo do concelho de Setúbal, o Sr. Vereador e Deputado Fernando José com certeza que já devia ter passado, muitas vezes, à porta dos serviços públicos da Loja do Cidadão das Laranjeiras, em Lisboa. Ela teria vergonha daquilo que [lá] se passava.

Havia uma questão que iria voltar a referir e já tinha levantado isso mais do que uma vez, em reuniões da Câmara, que tinha a ver com as listas negras da Segurança Social. O senhor vereador devia ter cuidado com as listas negras que se falavam para aí, porque não tinha havido listas negras na Segurança Social. Não tinha havido e sabia perfeitamente que não tinha havido listas negras na Segurança Social. O senhor vereador devia ter cuidado com as listas negras que pudessem existir por aí.

Relativamente ao que tinha dito a Vice-Presidente, dos problemas metidos na gaveta ao longo de alguns anos, achava que era fácil perceber porque é que alguns problemas tinham estado metidos na gaveta. Isso traduzia-se por geringonça. A verdade era que, no tempo da geringonça, os sindicatos não tinham saído para a rua e aquilo que estava a acontecer naquele momento, com as escolas, iria acontecer com outros setores.

Portanto, o que queria frisar era que o Partido Socialista teimava em não assumir as suas responsabilidades e claro que era sempre mais fácil [*sacudir a água do capote*]. O problema era de quem? Como já tinha sido ali dito, era do Nuno Crato e do Passos Coelho.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que ia começar por fazer uma declaração de interesses. Tinha 63 anos e, nos idos de 1977, tinha resolvido deixar de fazer a revolução de uma determinada maneira e tinha optado por ser professor, porque tinha achado que era a melhor forma, no contexto constitucional, de fazer a revolução.

Como compreenderiam, ao longo desses 43 anos – estava a percorrer o seu 43.º ano - já tinha apanhado muita coisa, de muitos partidos, e conseguiria maçá-los o suficiente para apanhar todos, até mesmo no tempo da geringonça, mas iria seguir outro caminho, valorizar aquilo que era o facto de 3 forças políticas ali presentes terem tomado a iniciativa de mostrar solidariedade para com o momento que um conjunto de profissionais ligados à escola pública ia vivendo.

Noutras alturas, seria também bom olharem para outros profissionais, de outras áreas. Era também essa, um pouco, a missão deles, enquanto eleitos, enquanto aqueles que representavam outros num quadro democrático.

Aproveitava para dizer que, também com influência no trabalho da escola pública, havia outros profissionais, ligados a outros setores, nomeadamente na intervenção social, que eram muito importantes. Já tinha tido a possibilidade, como professor, de perceber a importância que um bom profissional ligado a uma IPSS podia ter naquilo que era a melhoria da vida de uma família e o reflexo que isso poderia ter no trabalho diário de uma criança que estava na escola pública, porque esses estavam na escola pública. Parecia que havia muitos que tinham conseguido ir para outro lado, mas tinham que se continuar a preocupar com aqueles que a escola pública recebia todos os dias.

Iria terminar pedindo. Considerando ele, como socialista, que a culpa era mais do A do que do B, interessava-lhe pedir-lhes, como eleitos, que se concentrassem naquilo que de bom aqueles 3 documentos - aquelas 2 saudações e, mais tarde, a proposta - lhes traziam, que era algo que tinha destacado na manhã daquele dia, numa reunião sindical do SPGL, que era o seu sindicato de dezenas de anos, onde estava, também, o Sr. Presidente da Junta Nuno Costa, na altura como professor e não como presidente de junta, que era o trabalho dos autarcas, aquilo que tinha sido o trabalho que os autarcas tinham desenvolvido ao longo desses quase 50 anos de democracia, em favor da escola pública. Esse trabalho tinha trazido, também, para cima, os resultados.

Portanto, como autarcas, tinham trazido ali preocupações, tinham trazido ali palavras de solidariedade. Concentrassem-se nisso. Pensava que aqueles que os ouviam, sendo professores, sendo auxiliares de ação educativa - perdão, assistentes operacionais -, sendo técnicos, enfim, sendo pais e encarregados de educação, iriam gostar de saber que eles estavam atentos e que, independentemente daquilo que os separava, naquele caso havia algo que os unia e isso era o mais importante, a escola pública e todos os seus profissionais.

**Sr. Presidente** – Disse que tinham feito uma boa discussão sobre aquelas matérias, que eram matérias de sempre, mas, naquele momento, estavam na ordem do dia. Por isso se justificava que as 3 forças políticas ali representadas tivessem, cada uma, [a sua] posição sobre aquele assunto.

Teriam oportunidade, mais à frente, de aprofundar esse debate. Seriam os senhores vereadores que iriam decidir, não seria ele.

Passavam, então, à apresentação das saudações. Tinham saudações apresentadas pelo Partido Socialista, duas saudações.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que, como costumavam fazer, uma saudação pelo aniversário da Associação de Saúde Mental Doutor Fernando Ilharco, 41 anos, ainda para mais numa área que, na sequência da pandemia, tinha deixado as suas marcas. Aquela associação intervinha no âmbito da saúde mental, que era algo que, ainda não havia muito tempo, na Assembleia Municipal também tinha suscitado uma recomendação e um debate interessante. Era uma preocupação que tinham, que devia ser também, naturalmente, do local e do nacional.

Também uma saudação pelo aniversário da Associação Cultural Sebastião da Gama, que, com 17 anos, tinha vindo a desenvolver um trabalho importante, na linha do que tinham vindo sempre a dizer, mostrando a vitalidade do concelho.

Foram apresentadas as saudações abaixo indicadas, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 8 e 9:

*“Saudação*

*Aniversário da Associação de Saúde Mental Doutor Fernando Ilharco*

*A saúde mental é fundamental para o bem-estar individual, sendo cada vez mais valorizada e considerada como prioritária. Contudo, esta continua a ser tabu e por vezes motivo de discriminação em diversas áreas, causando disparidades e desigualdades, que aprofunda os problemas de saúde mental já existentes.*

*O aumento dos problemas de saúde mental em Portugal, proporcionado pela pandemia de Covid-19, teve uma evolução particularmente grave entre os jovens, que são hoje os mais afetados pela depressão do que toda a população adulta. Segundo dados do INE mais de um quarto da população sentiu o efeito negativo da pandemia na saúde mental.*

*Entidades como a Associação de Saúde Mental Doutor Ilharco, que têm como objetivo promover a saúde mental, e que através da sua atividade sensibilizam para a temática, são fundamentais para a desconstrução dos estereótipos e tabus associados a esta. Fundada em*



*1982, a ASMDFI tem sido um ator fundamental na promoção da saúde mental no concelho de Setúbal, sendo reconhecida por diversas entidades como um parceiro indispensável. Neste sentido, e reconhecendo o importante papel da Associação de Saúde Mental Doutor Ilharco na promoção do bem-estar e qualidade de vida, bem como todo trabalho desenvolvido ao longo dos anos, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a associação pelo seu 41.º aniversário, celebrado no passado dia 14 de janeiro.”*

*“Saudação  
Aniversário da Associação Cultural Sebastião da Gama*

*A Associação Cultural Sebastião da Gama, fundada em 2006, celebrou o seu 17.º aniversário no passado dia 17 de janeiro.*

*Tem como principal objetivo promover o conhecimento da vida e obra de Sebastião da Gama, professor e poeta azeitonense. Sebastião da Gama nasceu em Vila Nogueira de Azeitão a 10 de abril de 1924 e foi um jovem poeta, professor e ambientalista. A sua ligação com a natureza, nomeadamente com a Serra da Arrábida, levou à criação de diversas obras a ela dedicadas, bem como à fundação da Liga para a Proteção da Natureza, em 1948, a primeira associação ambientalista portuguesa.*

*A Associação Cultural Sebastião da Gama procura cultivar o campo lavrado por Joana Luísa e Sebastião da Gama, de forma a manter a sua frutificação permanente, contribuindo de forma inestimável para o desenvolvimento cultural do concelho de Setúbal.*

*Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reconhecendo o importante papel da Associação Cultural Sebastião da Gama para conservação do espólio do poeta, bem como para a promoção e divulgação da sua obra e contributos, saúdam e felicitam a associação pelo seu aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 10:

*“Saudação  
José Semedo - VFC*

*José Semedo, capitão do Vitória de Setúbal, anunciou o abandono do futebol profissional enquanto jogador.*

*O futebolista, de 38 anos, um dos mais acarinhados pela massa associativa setubalense, alegou razões emocionais que o impedem de dar o seu melhor contributo para as atuais necessidades do clube.*

*O médio setubalense iniciou a sua formação no Sporting Clube de Portugal, onde foi companheiro de Cristiano Ronaldo, passou por clubes como o Casa Pia e o Feirense, alinhou no futebol italiano, representando as cores do Cagliari, e passou por Inglaterra, onde jogou no Charlton e no Sheffield Wednesday.*

*Durante os anos em que representou o principal clube da cidade, José Semedo granjeou o respeito e admiração dos seus companheiros e dos adeptos vitorianos.*

*A Câmara Municipal de Setúbal deseja ao jogador José Semedo os maiores sucessos nos tempos que se avizinham e agradece a forma como sempre honrou e dignificou as cores do Vitória e o nome da cidade e do concelho.*

*Até já, capitão José Semedo.”*

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Leu o seguinte voto de pesar, conforme documento anexo registado sob o n.º 11:



*“Voto de Pesar  
Falecimento de José João Esteves*

*José João Esteves, faleceu no passado dia 22 de janeiro com 74 anos.  
Ao longo da sua vida contribuiu de forma ativa para o desenvolvimento e fortalecimento do movimento associativo setubalense, tal como para o desenvolvimento cultural, desportivo e social do concelho de Setúbal.*

*Atualmente era Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Musical Capricho Setubalense, na qual foi Presidente durante mais de duas décadas, foi ainda diretor da Federação Portuguesa de Damas durante 10 anos, e era também sócio da Associação de Socorros Mútuos Setubalense.*

*Será para sempre lembrado pela sua atividade e contributo enquanto dirigente associativo, bem como pelo seu papel e influência na vida coletiva do concelho de Setúbal.*

*Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista endereçam as mais sentidas condolências à família, amigos e a todos aqueles que sentem profundamente a sua ausência.”*

**Sr. Presidente** – Pediu ao Sr. Vereador Pedro Pina que lesse o voto de pesar, conforme documento anexo registado sob o n.º 12:

*“Voto de Pesar  
José João Esteves*

*A Câmara Municipal de Setúbal lamenta o falecimento de José João Esteves, presidente da Assembleia Geral da Sociedade Musical Capricho Setubalense, no passado domingo.*

*José João Esteves era um dos mais carismáticos e conhecidos dirigentes da “Velhinha” e durante largos anos fez parte dos órgãos sociais daquela que é uma das mais emblemáticas coletividades setubalenses.*

*Para além do seu desempenho no movimento associativo, José João Esteves foi um conhecido comerciante da cidade, proprietário de uma loja de pronto a vestir na baixa comercial.*

*À família enlutada, aos amigos e aos associados da Capricho Setubalense, a câmara municipal apresenta sentidas condolências.”*

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que o âmbito ou o conteúdo era muito semelhante àquilo que tinha sido o voto de pesar do Partido Socialista e, sobre essas matérias, [felizmente], não competiam. Portanto, era, sobretudo, uma saudação.

O Nuno Marques tinha sido presidente, na altura, da Capricho Setubalense, e também tinha tido a oportunidade de conhecer o José João, em muitos momentos na Capricho Setubalense.

Era um homem que [deixava] a sua vida ligada não só à Capricho, mas, também, ao movimento associativo e cruzavam-se muitas vezes nessas lides.

Portanto, em nome da Câmara Municipal, era uma perda, sobretudo pela forma empenhada com que sempre tinha dedicado a sua vida às organizações e ao movimento associativo por onde tinha passado.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que a bancada do PSD se juntava ao voto de pesar apresentado.

O Sr. Presidente pediu e fez-se um minuto de silêncio, em homenagem àquele cidadão setubalense.



## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Projeto da Ata n.º 17/2022 - Reunião ordinária de 17 de agosto de 2022**

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

### **2. Deliberação n.º 92/2023 – Proposta n.º 03/2023 – GAP – Empreitada – CP 09/2019 – “Terminal Interface Setúbal” – Ratificação do Despacho do Presidente da Câmara de 09/01/2023 sobre o pedido de revisão extraordinária de preços**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 13 a 15.

**Sr. Presidente** – Disse que aqueles processos quando eram apresentados, tinham um período de resposta de 20 dias. Isso tinha implicado que, antes daquela reunião de 25 de janeiro terminava o prazo, e tinha havido a necessidade de fazer um despacho. A fiscalização da obra, e também os serviços técnicos da Câmara Municipal fizeram os seus relatórios. O que se propunha era a ratificação da decisão tomada pelo despacho de 09/01/2023, relativamente ao pedido de revisão extraordinária de preços, apresentados pela ABB, que era a empresa que tinha a responsabilidade da obra do Terminal Interface setubalense.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **3. Deliberação n.º 93/2023 – Proposta n.º 04/2023 – GAP – Ratificação do Despacho n.º 09/2023/DRH, de 11 de janeiro de 2023 - Designação de Ricardo Miguel Medeiros dos Santos, para exercer o cargo de dirigente superior de 1.º grau, correspondente à Direção Municipal de Apoio à Gestão de Projetos Estratégicos (DMAGPE)**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 16 e 17.

**Sr. Presidente** – Disse que, a Câmara e Assembleia Municipal aprovaram a reorganização dos serviços. O regulamento da organização dos serviços municipais tinha sido publicado no Diário da República de 30 de dezembro, e tinham tido a informação de que seria um ou 2 dias antes, se assim tivesse sido, a proposta poderia ter vindo a reunião de Câmara do dia 4, assim com a publicação só no dia 30, não tinha havido tempo, no tempo que tinham para apresentar as propostas à reunião da Câmara, não tinha havido tempo para a integração na ordem de trabalhos no dia 4. Tratava-se da vinda de um trabalhador, um técnico da Câmara Municipal do Barreiro, tinha falado com o senhor Presidente da Câmara do Barreiro, para o início das funções no dia 2 de janeiro e, portanto, tinha decidido tendo em conta que só tinham aquela reunião no dia 25, tinha decidido fazer aquela nomeação. O que se pedia era a ratificação daquele despacho para a nomeação daquele técnico superior, em regime de substituição, por um prazo de 90 dias.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que se iam abster, porque não conheciam a pessoa, desconheciam as circunstâncias de sua nomeação e, portanto, era esse o sentido de voto que tinham.



**Sr. Presidente** – Disse havia um currículo, e como tinha dito era um técnico superior da Câmara Municipal do Barreiro. Como disse também, era um tempo de nomeação a prazo, podendo depois concorrer a um concurso que iria ser aberto.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

#### **4. Deliberação n.º 94/2023 – Proposta n.º 05/2023 – GAP – Transferência de Competências no Domínio da Ação Social – Prorrogação do Prazo**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 18 e 19.

**Sr. Presidente** – Disse que era uma questão que já não era a primeira vez que vinha a reunião da Câmara e Assembleia Municipal. Tinha sido mais uma vez, por parte do Governo, criada aquela possibilidade de prorrogar o prazo da transferência de competências na área da ação social para os municípios. Era do conhecimento de todos, as negociações que tem havido entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios. Tem havido evolução nos resultados dessas negociações, mas ainda não estavam devidamente identificadas e, por isso, consideravam que era preferível continuar a aguardar aquele processo e assumir essas competências e responsabilidades quando estiver mais bem clarificada toda aquela situação do envolvimento, ou das transferências na área da ação social para o município de Setúbal.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que quanto àquela questão da transferência de competências no domínio da ação social, havia algumas questões que tinha dúvidas, nomeadamente quanto ao envelope financeiro associado àquela transferência de competências. Ainda não tinha conseguido perceber qual era o valor em concreto. Se tinha sido feito algum estudo de impacto financeiro pelo Governo, no que dizia respeito à Câmara de Setúbal diretamente, sabia que no despacho no Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, pelo que tinha visto, apontava-se como um encargo anual para a Câmara de Setúbal a rondar um milhão e seiscentos mil euros. Quis perceber se tinha conhecimento que estava garantido um técnico em cada município para o rácio, seria 100 processos familiares de rendimento social de inserção por técnico, e de 250 processos familiares, de atendimento de ação social por técnico, isso dizia a Secretária de Estado que permitia um aumento de 382 técnicos naquele setor nos municípios.

Tenha uma série de dúvidas, gostaria de perceber qual era o impacto que aquilo ia ter diretamente na Câmara Municipal, e gostaria de perceber também, o que é que tinha sido feito desde a última prorrogação que tinham feito, em março de 2022, porque a verdade era que a transferência de competências, sabiam como é que estava a ser feita, estava a ser feita de uma forma desresponsabilizada, era a desresponsabilização total do Estado, mas a verdade era que os municípios iam receber aquelas competências e, portanto, era importante perceber como é que se tem vindo a preparar, e uma vez que já tinha havido uma prorrogação em março, perceber o que é que tem acontecido.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que agradecia as questões que tinham sido colocadas pela Vereadora Sónia Martins.

Tinham duas formas de poder fazer, de uma forma rigorosa, a resposta às questões da senhora Vereadora. Considerando que o tempo ia sendo bastante prolongado naquela reunião, ia responder de uma forma muito sumária a algumas das questões, sobretudo aquelas que considerava as mais relevantes que lhes tinha deixado, e propôs, caso o senhor Presidente não visse inconveniente, que fizesse chegar a ambas as bancadas, do Partido Social Democrata, que tinha colocado as questões, e do Partido Socialista, uma pequena

súmula daquilo que tinha sido o acompanhamento. Com todo o respeito, a propósito daquela matéria, não podia deixar de dizer que o que a Câmara Municipal de Setúbal, naquele dia estava a fazer decorria de uma possibilidade que o Governo, suportado pelo Partido Socialista, considerava relevante. Achava que aquela era uma primeira nota que, ao contrário do que tinha sido aquele executivo municipal acusado, e com as respetivas implicações, não se tratava nem de negligência, nem do empenho, nem de competência técnica, a vontade de trabalhar no sentido de levar a bom porto aquilo que estava em causa com a descentralização de competências. Sempre tinha sido claro, quer no quadro das reuniões de Câmara Municipal, quer no quadro de todos os fóruns, que ao longo daqueles anos, aquela matéria tinha vindo a ser colocada, as posições, as reservas, as dúvidas, e as perguntas, que tinham sido dirigidas às diferentes entidades, quer no caso concreto do Centro Distrital de Segurança Social, quer inclusive, um conjunto de missivas assinadas pelos presidentes da Câmara Municipal, e já naquele mandato, por informações, e pedidos de informações, que o Presidente da Câmara Municipal de Setúbal tinha dirigido, quer a secretários de Estado, quer à Ministra da Coesão Territorial, responsável pelo acompanhamento da transferência de competências, quer a Ministra que tutelava aquela área.

Portanto, o que a Câmara Municipal, com as divergências que eram colocadas inclusive na primeira parte da proposta que ali tinha sido trazida, e que de alguma forma já elucidava as reservas que eles ainda mantinham, sobre aquela questão, diziam que a Câmara Municipal tem trabalhado no acompanhamento daqueles processos, nomeadamente com as entidades que cumpriam a função de estabelecer a medida Rendimento Social de Inserção, com uma resposta de SAS de atendimento social, e, portanto, isso era uma matéria que o tem feito, mas, obviamente que aquilo que a senhora Vereadora Sónia Martins colocava também tinham reservas. Conheciam o acordo setorial de compromisso, entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios, mas ainda não estava publicado objetivamente aquilo que era a verba final.

Portanto, baseavam-se e queriam acreditar que essa seria a verba que viria a ser transferida para a Câmara Municipal, fazendo fé, que aquilo que estava inscrito no acordo sectorial de compromisso entre a Associação Nacional de Municípios, e o Governo era o que estaria, e o que constaria também depois, no despacho. Estavam a falar de um valor de um milhão seiscentos e vinte e quatro mil duzentos e sessenta e nove e trinta e quatro euros.

A primeira pergunta, que voltava a colocar é que de facto tinha havido diferenças, quando tinham sido acusados, na primeira prorrogação, que havia indisponibilidade de falta de vontade, de falta de empenho, incapacidade de preparação, não só era mentira, como na verdade o que não estava preparado, efetivamente, eram as medidas necessárias para eles serem capazes. Era bom que se percebesse, inclusive no próprio preâmbulo daquela possibilidade, que àquela data, dos trezentos e oito municípios, cento e quatro já tinham aceite a transferência de competências, e no quadro da península de Setúbal tinham aceite dois. Dois municípios que tinham aceite fazer, desde logo essa aceitação, eram municípios cuja escala relativamente àquilo que eram as matérias transferidas, não eram comparáveis à dimensão e à escala, que no caso concreto do município de Setúbal tinha, nomeadamente no que dizia respeito ao Rendimento Social de Inserção, e no que dizia respeito à matéria de ação social. E, portanto, todos os outros municípios tinham, naturalmente com as diferenças, feito um trabalho à imagem da Câmara Municipal de Setúbal, tentando negociar com as instituições, e que realizavam o Rendimento Social de Inserção, tentando compreender muitas das matérias no que dizia respeito à resposta de ação social, que trazia um conjunto de dúvidas.

As questões que lhes tinham trazido eram complexas, e fazia com rigor essa informação, durante o decorrer daquela semana para poder acompanhar, nomeadamente o ritmo, e a cadência com que tem feito as reuniões, não só no quadro da comissão de acompanhamento formalmente constituída para o dossier da transferência de competências, bem como reuniões realizadas com as instituições.

Tinha sido colocada uma questão determinante, e que era uma questão que os preocupava, que era a forma como tinha sido calculado o rácio. A senhora Vereadora tinha sido rigorosa e

mantém-se exatamente o mesmo rácio. O que se passava é que esse rácio não considerava as diferenças territoriais e, portanto, não era a mesma coisa fazer um cálculo na atribuição de recursos humanos considerando o território por igual, àquilo que era a realidade, nomeadamente, no que dizia respeito a matéria de ação social cuja possibilidade objetiva, e não subjetiva dos casos que eram atribuídos, podia ir até um máximo de 250 pessoas. O que estavam a falar era de uma situação sobre-humana. Nenhum técnico tinha capacidade objetiva, ou teria muita dificuldade mesmo não sendo os 250 processos, de acompanhar objetivamente. Essa era uma questão que sempre tinham colocado.

Por outro lado, havia uma consideração, que também já tinham deixado claro junto das entidades competentes, nomeadamente junto do Centro Distrital de Segurança Social, que tinha a ver com o rácio que considera também para aquele cálculo, os técnicos da Segurança Social que contribuíam para aquela mesma resposta. Esses técnicos iam deixar de estar considerados e, portanto, esse cálculo era enviesado à partida. Embora tenha havido um acréscimo do valor, nomeadamente no que dizia respeito aos subsídios eventuais que tinham um reforço de verba, mantinha-se enormes preocupações, no que dizia respeito à capacidade dos recursos humanos, para fazer face a muitas das questões e dos desafios. No dia anterior, tinha havido oportunidade por parte dos serviços da Câmara Municipal de participar num encontro, que sobretudo era acompanhado por juristas, e a uma determinada altura se dizia: *“a complexidade e as dúvidas que ainda serão levantadas por este processo, vai obrigar à parte das autarquias a um esforço e a situações que ainda hoje não são previsíveis”*, porque todo aquele processo era complexo. Para além disso, também não era menos verdade que havia uma preocupação que aquela autarquia tinha tido. Não lhes competia ajuizar o desempenho das instituições, que até ao momento realizaram aquelas medidas, aquelas políticas sociais, mas também lhes colocaram um ónus, de serem eles agora a aferir se aquelas entidades tinham ou não tinham competência para fazer aquelas mesmas ações. Precisavam de dar confiança ao setor social, precisavam de confiar e tinham que deixar esse sinal. Perguntaram à cabeça à Segurança Social se tinha reservas sobre o desempenho dessas instituições e, portanto, estavam a trabalhar com aquelas instituições, avaliando e considerando que era importante, e afinando muitas das coisas, que mais do que as circunstâncias das relações institucionais, interessava-lhes fundamentalmente responder às pessoas, e aquilo que eram as vulnerabilidades que estavam nos territórios, e sobretudo tentar encontrar, e como diziam os serviços da Câmara Municipal que acompanhavam aquilo, nomeadamente a Divisão de Direitos Sociais, tentar fazer melhor, o que era por si só um desafio gigante e, portanto, aquelas eram as razões. Estavam a preparar, continuavam diariamente a trabalhar, continuavam diariamente a encontrar e tentar avaliar as melhores formas e estratégias para que efetivamente a resposta, mesmo com aquilo que eram as questões de princípio que mantinham, e as reservas de princípio que mantinham fossem capazes de estar ao serviço das populações a partir do dia 3 de abril.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Agradeceu e disse que ficavam a aguardar o envio do documento.

**Sr. Presidente** – Disse queria que ficasse claro que, se era verdade que os municípios nunca se tinham oposto às transferências de competências, a assumir responsabilidades em vários domínios, também era verdade que todo aquele processo da transferência de competências tinha sido mal feito. A prova disso era o facto de em abril de 2022 a Câmara Municipal de Setúbal, por força de lei, ter assumido a transferência de competências na área da educação, e até à presente data não estavam resolvidos muitos dos problemas, e muitas das questões que tinham que levantar relativamente às intervenções na qualificação, designadamente dos equipamentos, ou das escolas, no concelho de Setúbal, algumas consideradas em situação de emergência, pelo próprio Governo e que, até à presente data, não havia informação concreta sobre o que é que ia acontecer, além de outros problemas que tinham sido levantados naquela área da Educação.

No caso da área da saúde também tinham sido obrigados, por força da lei, a assumir a transferência de competências, mas o que era facto é que até à presente data não tinham assinado os autos, porque os autos não correspondiam à realidade e, portanto, mantinham-se numa situação de indefinição, também naquela matéria.

No que dizia respeito àquela questão da ação social, já por duas vezes o Governo tinha aceitado, por iniciativa própria, prorrogar os prazos para o início da transferência de competências. Aquela era mais uma e, esperavam que antes do dia 3 de abril que, ficasse clarificada aquela situação, da transferência de competências, na sequência das várias reuniões que o Governo tem tido com a Associação Nacional de Municípios. Isso era a demonstração de que tudo tinha sido mal feito, tudo tinha sido mal preparado, e muitas autarquias sofriam as consequências daquela falta de informação, de clarificação e, portanto, da transferência das verbas que correspondia efetivamente aos custos que as autarquias tinham, por assumir aquelas responsabilidades.

As coisas tinham de ser ditas assumidas para que todos soubessem que as autarquias nunca rejeitaram assumir maiores responsabilidades, designadamente em áreas de transferências para os municípios.

Estava também assumido e demonstrado que em muitas daquelas matérias, os municípios resolviam melhor do que o Estado tinha resolvido ao longo daqueles anos. Bastava apenas que os processos fossem bem elaborados e que os cálculos fossem feitos de acordo, ou o mais aproximado possível, com aquilo que eram os novos custos, que as câmaras municipais iam assumido.

Como costumava dizer o Terreiro do Paço, que era normalmente o espaço que designavam, onde se situavam os ministérios, ficava sempre longe, a porta da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia ficava ali ao virar da esquina. Sabiam todos que as câmaras municipais, ao assumir aquelas transferências iam ter custos superiores àqueles que a administração, que ficava sempre no Terreiro do Paço tinha, e tinha tido ao longo dos anos. Fazer a avaliação daquilo, fazer os cálculos, naturalmente que era mais complicado, porque a base de partida era sempre aquilo que existia. Aquilo que existia era um mau serviço, como todos sabiam. Não era por acaso que se decidia passar para as autarquias, era porque se reconhecia que aquilo que tinha sido feito era um mau serviço, ou seja, esse serviço podia ser melhorado. Era isso que estava em causa, nunca tinha estado em causa as autarquias não aceitarem essa transferência de competências. O que estava em causa era a forma, o processo de fazer essa transferência.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Pediu escusa da votação daquela proposta por questões profissionais, éticas e de interesse profissional.

Submetida a votação foi a proposta aprovada por maioria, com 5 votos a favor, da CDU, e 5 abstenções, 3 do PS e 2 do PSD.

**5. Deliberação n.º 95/2023 – Proposta n.º 06/2023 – GAP – Empreitada – CPREV 25/2019 – “Estrutura de contenção localizada entre a Rua Óscar Paxeco e a Rua Palhavã” - Ratificação do despacho do Presidente da Câmara de 19/01/2023 sobre o pedido de revisão extraordinária de preços**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 20 a 22.

**Sr. Presidente** – Disse que se tratava da mesma questão. Havia um prazo de 20 dias em que a Câmara tinha que dar resposta, quando eram apresentadas aquelas propostas por parte da empresa, aquela terminava no dia 23 e, portanto, tinha sido necessário dar resposta, por isso havia aquele despacho.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**6. Deliberação n.º 96/2023 – Proposta n.º 07/2023 – GAP – Empreitada – CPREV 36/2020 – Unidade de Saúde Familiar de Azeitão - Ratificação do despacho do Presidente da Câmara de 19/01/2023 sobre o pedido de revisão extraordinária de preços**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 23 a 25, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**7. Deliberação n.º 97/2023 – Proposta n.º 78/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente ao fornecimento contínuo de fardamento de trabalho e equipamentos de proteção individual (EPI'S), pelo período de 36 meses – Concurso Público n.º 15/2018/DAF/DICOMP/SECOMP**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 26 e 27, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**8. Deliberação n.º 98/2023 – Proposta n.º 80/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Aníbal José, n.º 5 – 3.º Esq., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 28, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**9. Deliberação n.º 99/2023 – Proposta n.º 81/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Joaquina Guerreira, n.º 1 – 1.º Dto., em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 29.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Sugeriu a votação em conjunto das propostas, que na ordem de trabalhos iam do número 9 a 132. Uma vez que todas diziam respeito ao exercício do direito de preferência e à manifestação prévia desse direito. Disse que esperava que fosse a última vez que fazia aquele pedido.

Submetidas a votação foram as propostas de deliberação 99/2023 a 222/2023 aprovadas, por unanimidade e em minuta.

**10. Deliberação n.º 100/2023 – Proposta n.º 82/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida das Descobertas, n.º 4 – 4.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 30 (ver ponto 9).

**11. Deliberação n.º 101/2023 – Proposta n.º 83/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Galeotas, Rua da Ferradura, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 31 (ver ponto 9).

**12. Deliberação n.º 102/2023 – Proposta n.º 84/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Capela, n.º 88, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 32 (ver ponto 9).

**13. Deliberação n.º 103/2023 – Proposta n.º 85/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Guarda do Pinheiro, Rua Manuel de Castro Guimarães, n.º 2, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 33 (ver ponto 9).

**14. Deliberação n.º 104/2023 – Proposta n.º 86/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Alves Redol, n.º 7, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 34 (ver ponto 9).

**15. Deliberação n.º 105/2023 – Proposta n.º 87/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António José Batista, n.º 41 – 3.º C, Bloco Norte, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 35 (ver ponto 9).



**16. Deliberação n.º 106/2023 – Proposta n.º 88/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gregório Lopes, n.º 31 - R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 36 (ver ponto 9).

**17. Deliberação n.º 107/2023 – Proposta n.º 89/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de São Jorge, n.º 14, com traseiras para a Rua dos Vidais, n.ºs 7 e 9 - C/V D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 37 (ver ponto 9).

**18. Deliberação n.º 108/2023 – Proposta n.º 90/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Joaquim Santos e Silva, n.ºs 5 e 7 – 3.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 38 (ver ponto 9).

**19. Deliberação n.º 109/2023 – Proposta n.º 91/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 4, 5 e 6 e Rua Jorge Claro, n.ºs 8, 10, 12 e 14 – 4.º E, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 39 (ver ponto 9).

**20. Deliberação n.º 110/2023 – Proposta n.º 92/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Azinheiras, Lote 243, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 40 (ver ponto 9).

**21. Deliberação n.º 111/2023 – Proposta n.º 93/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Cidade da Beira, n.º 18 – 5.º Frt., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 41 (ver ponto 9).



**22. Deliberação n.º 112/2023 – Proposta n.º 94/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernão Mendes Pinto, n.ºs 2 e 2A, tornejando para a Praceta Pêro Vaz de Caminha – 2.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 42 (ver ponto 9).

**23. Deliberação n.º 113/2023 – Proposta n.º 95/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Montijo, n.º 11 - Moradia A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 43 (ver ponto 9).

**24. Deliberação n.º 114/2023 – Proposta n.º 96/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Painei das Almas, n.º 5, Aldeia Rica (Quinta da Cerca, n.º 15), em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 44 (ver ponto 9).

**25. Deliberação n.º 115/2023 – Proposta n.º 97/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Poeta Bocage, n.ºs 10 e 12 - R/C Dto., em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 45 (ver ponto 9).

**26. Deliberação n.º 116/2023 – Proposta n.º 98/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos de Clérigos, Brejos de Azeitão, Rua dos Eucaliptos, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 46 (ver ponto 9).

**27. Deliberação n.º 117/2023 – Proposta n.º 99/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Fernando Lopes Graça, n.º 1 - R/C Dto. Duplex, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 47 (ver ponto 9).

**28. Deliberação n.º 118/2023 – Proposta n.º 100/2023 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta de São Francisco, n.º 2 – 5.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 48 (ver ponto 9).

**29. Deliberação n.º 119/2023 – Proposta n.º 101/2023 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 147 – 2.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 49 (ver ponto 9).

**30. Deliberação n.º 120/2023 – Proposta n.º 102/2023 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Manteigadas, n.ºs 41, 41A, 41B, 43, 43A e 45 - Bloco A, 2.º Dto. tardoz, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 50 (ver ponto 9).

**31. Deliberação n.º 121/2023 – Proposta n.º 103/2023 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Fernando Pessoa, n.º 11 – 5.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 51 (ver ponto 9).

**32. Deliberação n.º 122/2023 – Proposta n.º 104/2023 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 22 de Dezembro, n.ºs 21, 21A a 21D – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 52 (ver ponto 9).

**33. Deliberação n.º 123/2023 – Proposta n.º 105/2023 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 59 – 5.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 53 (ver ponto 9).

**34. Deliberação n.º 124/2023 – Proposta n.º 106/2023 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Professora Virgínia Rau, Lote 7 – 2.º D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 54 (ver ponto 9).

**35. Deliberação n.º 125/2023 – Proposta n.º 107/2023 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 5 de Outubro, n.º 146 a 148 e Rua Joaquim Brandão, n.º 2 - C/V lugar n.º 8, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 55 (ver ponto 9).

**36. Deliberação n.º 126/2023 – Proposta n.º 108/2023 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua General Daniel de Sousa, n.ºs 27 e 29 - R/C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 56 (ver ponto 9).

**37. Deliberação n.º 127/2023 – Proposta n.º 109/2023 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Vale de Cerejeiras, n.º 10 - R/C Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 57 (ver ponto 9).

**38. Deliberação n.º 128/2023 – Proposta n.º 110/2023 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Avelar Brotero, n.º 3 – 4.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 58 (ver ponto 9).

**39. Deliberação n.º 129/2023 – Proposta n.º 111/2023 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Santo Amaro, Lote 103 - Moradia J, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 59 (ver ponto 9).

**40. Deliberação n.º 130/2023 – Proposta n.º 112/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Monte Belo, n.º 16 - R/C Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 60 (ver ponto 9).

**41. Deliberação n.º 131/2023 – Proposta n.º 113/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Sertório Pereira, n.º 2, tornejando para a Rua Aristides de Sousa Mendes, n.ºs 6 e 6A e Rua Melwin Jones, n.º 9 - Garagem, n.º 9, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 61 (ver ponto 9).

**42. Deliberação n.º 132/2023 – Proposta n.º 114/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Nuno Álvares, n.º 21-B - R/C Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 62 (ver ponto 9).

**43. Deliberação n.º 133/2023 – Proposta n.º 115/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos de Clérigos, Brejos de Azeitão, Rua das Laranjeiras, n.ºs 9 e 9A, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 63 (ver ponto 9).

**44. Deliberação n.º 134/2023 – Proposta n.º 116/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.º 8 – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 64 (ver ponto 9).

**45. Deliberação n.º 135/2023 – Proposta n.º 117/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Mouzinho de Albuquerque, n.ºs 2 e 2A a 2H – 6.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 65 (ver ponto 9).



**46. Deliberação n.º 136/2023 – Proposta n.º 118/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos de Canes, Lote 2, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 66 (ver ponto 9).

**47. Deliberação n.º 137/2023 – Proposta n.º 119/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Major Perestrelo da Conceição, n.º 23 – 1.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 67 (ver ponto 9).

**48. Deliberação n.º 138/2023 – Proposta n.º 120/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Santiago, n.º 2 – 2.º Andar, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 68 (ver ponto 9).

**49. Deliberação n.º 139/2023 – Proposta n.º 121/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Batalha do Viso, n.º 160, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 69 (ver ponto 9).

**50. Deliberação n.º 140/2023 – Proposta n.º 122/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.ºs 24, 26 e 28 – 4.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 70 (ver ponto 9).

**51. Deliberação n.º 141/2023 – Proposta n.º 123/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale do Cobro ou Alto da Cascalheira (antigo Lote 42), Rua Engenheiro Mamede Fialho, n.º 4 - R/C Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 71 (ver ponto 9).

**52. Deliberação n.º 142/2023 – Proposta n.º 124/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Libânio Braga, n.º 11 - Bloco C, 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 72 (ver ponto 9).

**53. Deliberação n.º 143/2023 – Proposta n.º 125/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Rei Lavrador, n.º 7B, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 73 (ver ponto 9).

**54. Deliberação n.º 144/2023 – Proposta n.º 126/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Várzeas, Lote 85, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 74 (ver ponto 9).

**55. Deliberação n.º 145/2023 – Proposta n.º 127/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olavo Bilac, n.º 19 – 6.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 75 (ver ponto 9).

**56. Deliberação n.º 146/2023 – Proposta n.º 128/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Campos Rodrigues, n.º 3, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 76 (ver ponto 9).

**57. Deliberação n.º 147/2023 – Proposta n.º 129/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Padre Américo, n.ºs 1 a 5 – 4.º Frt., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 77 (ver ponto 9).



**58. Deliberação n.º 148/2023 – Proposta n.º 130/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lúcia Encarnação Maracoto, Lote 58 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 78 (ver ponto 9).

**59. Deliberação n.º 149/2023 – Proposta n.º 131/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Luísa Todi, n.ºs 291 a 297, tornejando para a Rua do Gaz, n.ºs 1 a 9 e Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.ºs 2 a 10 - R/C Frt., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 79 (ver ponto 9).

**60. Deliberação n.º 150/2023 – Proposta n.º 132/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António Maria Eusébio, n.º 98 e Rua Fran Pacheco, n.ºs 97 a 101, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 80 (ver ponto 9).

**61. Deliberação n.º 151/2023 – Proposta n.º 133/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Deputado Henrique Cardoso, n.ºs 36, 38 e 40 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 81 (ver ponto 9).

**62. Deliberação n.º 152/2023 – Proposta n.º 134/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Pêro da Covilhã, n.º 8 – 6.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 82 (ver ponto 9).

**63. Deliberação n.º 153/2023 – Proposta n.º 135/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Alecrim, n.ºs 13 e 13-A, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 83 (ver ponto 9).



**64. Deliberação n.º 154/2023 – Proposta n.º 136/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Pinheirinhos, n.º 6 – 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 84 (ver ponto 9).

**65. Deliberação n.º 155/2023 – Proposta n.º 137/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Luísa Todi, n.ºs 277 a 281, Rua Trabalhadores do Mar, n.ºs 65 e 67, Travessa dos Trabalhadores do Mar, n.º 65-A e Largo José Afonso, n.ºs 1-A e 1-B – 12.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 85 (ver ponto 9).

**66. Deliberação n.º 156/2023 – Proposta n.º 138/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Braz Martins, n.ºs 11 e 13, com traseiras para a Rua da Alegria, n.º 4, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 86 (ver ponto 9).

**67. Deliberação n.º 157/2023 – Proposta n.º 139/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Braz Martins, n.º 15, com entrada pela Rua da Alegria, n.º 4, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 87 (ver ponto 9).

**68. Deliberação n.º 158/2023 – Proposta n.º 140/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tenente Aviador Carlos António Alves, n.º 25 – 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 88 (ver ponto 9).

**69. Deliberação n.º 159/2023 – Proposta n.º 141/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida 5 de Outubro, n.º 86, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 89 (ver ponto 9).

**70. Deliberação n.º 160/2023 – Proposta n.º 142/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 32 - C/V Dta., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 90 (ver ponto 9).

**71. Deliberação n.º 161/2023 – Proposta n.º 143/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Jorge Claro, n.º 4 – 4.º D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 91 (ver ponto 9).

**72. Deliberação n.º 162/2023 – Proposta n.º 144/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Henrique Chancerelle Machete, n.º 8 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 92 (ver ponto 9).

**73. Deliberação n.º 163/2023 – Proposta n.º 145/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Bairro do Peixe Frito, Lote 33, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 93 (ver ponto 9).

**74. Deliberação n.º 164/2023 – Proposta n.º 146/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Sítio da Quinta do Meio, Rua Gomes Leal, n.º 124, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 94 (ver ponto 9).

**75. Deliberação n.º 165/2023 – Proposta n.º 147/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Sá da Bandeira, n.º 6 – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 95 (ver ponto 9).

**76. Deliberação n.º 166/2023 – Proposta n.º 148/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Fé, n.º 18 – 5.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 96 (ver ponto 9).

**77. Deliberação n.º 167/2023 – Proposta n.º 149/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei António das Chagas, n.ºs 26, 26A, 26B, 26C e 26D – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 97 (ver ponto 9).

**78. Deliberação n.º 168/2023 – Proposta n.º 150/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 58 – 4.º Andar, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 98 (ver ponto 9).

**79. Deliberação n.º 169/2023 – Proposta n.º 151/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Bairro da Torre, Rua António Maria Carvalho, Lote 28, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 99 (ver ponto 9).

**80. Deliberação n.º 170/2023 – Proposta n.º 152/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Padre Américo, n.º 69, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 100 (ver ponto 9).

**81. Deliberação n.º 171/2023 – Proposta n.º 153/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento Jesus Caraça, n.º 11 – 3.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 101 (ver ponto 9).

**82. Deliberação n.º 172/2023 – Proposta n.º 154/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo da Cidade de Magdeburgo, n.º 7 – 2.º Frt., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 102 (ver ponto 9).

**83. Deliberação n.º 173/2023 – Proposta n.º 155/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Quinta da Amizade, n.ºs 48 e 48-A (antigo Lote 242) – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 103 (ver ponto 9).

**84. Deliberação n.º 174/2023 – Proposta n.º 156/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Cevedeira, Praceta Fernando Lopes Graça, n.º 5 (antigo Lote 3.6) - R/C Esq. e 3.º Andar, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 104 (ver ponto 9).

**85. Deliberação n.º 175/2023 – Proposta n.º 157/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Ligeiro, n.º 9 – 1.º Andar, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 105 (ver ponto 9).

**86. Deliberação n.º 176/2023 – Proposta n.º 158/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. João II, n.ºs 6, 6A e 6B – 4.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 106 (ver ponto 9).

**87. Deliberação n.º 177/2023 – Proposta n.º 159/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olavo Bilac, n.º 24 – 4.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 107 (ver ponto 9).



**88. Deliberação n.º 178/2023 – Proposta n.º 160/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Independência das Colónias, n.º 30 (Lote B-1) – 8.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 108 (ver ponto 9).

**89. Deliberação n.º 179/2023 – Proposta n.º 161/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gil Eanes, n.º 14 - R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 109 (ver ponto 9).

**90. Deliberação n.º 180/2023 – Proposta n.º 162/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Miguel Homem Sampaio e Melo, n.º 14 - R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 110 (ver ponto 9).

**91. Deliberação n.º 181/2023 – Proposta n.º 163/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Luís Gonzaga do Nascimento, n.º 7 – 3.º Frt., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 111 (ver ponto 9).

**92. Deliberação n.º 182/2023 – Proposta n.º 164/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Maria Lamas, n.º 3 – 7.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 112 (ver ponto 9).

**93. Deliberação n.º 183/2023 – Proposta n.º 165/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta dos Marmelinhos, n.º 3 - R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 113 (ver ponto 9).

**94. Deliberação n.º 184/2023 – Proposta n.º 166/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei Agostinho da Cruz, n.ºs 42, 44 e 46 – 3.º Andar, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 114 (ver ponto 9).

**95. Deliberação n.º 185/2023 – Proposta n.º 167/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Casal das Figueiras, n.º 65, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 115 (ver ponto 9).

**96. Deliberação n.º 186/2023 – Proposta n.º 168/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Aljubarrota, n. 1 – 2.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 116 (ver ponto 9).

**97. Deliberação n.º 187/2023 – Proposta n.º 169/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa da Geminação, n.ºs 3 (acesso à garagem) e 19 – 2.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 117 (ver ponto 9).

**98. Deliberação n.º 188/2023 – Proposta n.º 170/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vale do Cobro, Lote 31 – 1.º Andar Loja n.º 1, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 118 (ver ponto 9).

**99. Deliberação n.º 189/2023 – Proposta n.º 171/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua D. Pedro Fernandes Sardinha, n.ºs 13 e 15 – 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 119 (ver ponto 9).

**100. Deliberação n.º 190/2023 – Proposta n.º 172/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Núcleo Poente Casas de Azeitão II, Rua das Tortinhas, n.º 47, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 120 (ver ponto 9).

**101. Deliberação n.º 191/2023 – Proposta n.º 173/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro, n.º 42 - R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 121 (ver ponto 9).

**102. Deliberação n.º 192/2023 – Proposta n.º 174/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua São João de Deus, Lote 137 – 5.º Dto. recuado, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 122 (ver ponto 9).

**103. Deliberação n.º 193/2023 – Proposta n.º 175/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Vale de Cerejeiras, n.º 77 - R/C D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 123 (ver ponto 9).

**104. Deliberação n.º 194/2023 – Proposta n.º 176/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Praceta Dr. José Romão dos Santos Ferro, n.º 28 - R/C B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 124 (ver ponto 9).

**105. Deliberação n.º 195/2023 – Proposta n.º 177/2023 – DAF/DICONT/SERGEP –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua General Gomes Freire, n.º 63 - C/V G11, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 125 (ver ponto 9).

**106. Deliberação n.º 196/2023 – Proposta n.º 178/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei Agostinho da Cruz, n.º 57, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 126 (ver ponto 9).

**107. Deliberação n.º 197/2023 – Proposta n.º 179/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Infante D. Henrique, n.º 10 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 127 (ver ponto 9).

**108. Deliberação n.º 198/2023 – Proposta n.º 180/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Agostinho Silva Santos, n.ºs 4 e 4A, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 128 (ver ponto 9).

**109. Deliberação n.º 199/2023 – Proposta n.º 181/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernão Mendes Pinto, n.º 1 – 7.º D; em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 129 (ver ponto 9).

**110. Deliberação n.º 200/2023 – Proposta n.º 182/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Abel Viana, n.ºs 12 e 14, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 130 (ver ponto 9).

**111. Deliberação n.º 201/2023 – Proposta n.º 183/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Belo Horizonte, n.ºs 76 e 76A a 80E, Rua Dr. José Barros e Vasconcelos, n.ºs 1 a 5 e Praça Grupo Desportivo Amarelos, n.º 78A – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 131 (ver ponto 9).

**112. Deliberação n.º 202/2023 – Proposta n.º 184/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 96 – 4.º D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 132 (ver ponto 9).

**113. Deliberação n.º 203/2023 – Proposta n.º 185/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Henrique Costa Neves, n.ºs 7 e 11 – 4.º G, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 133 (ver ponto 9).

**114. Deliberação n.º 204/2023 – Proposta n.º 186/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua 9 de Abril, n.º 16, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 134 (ver ponto 9).

**115. Deliberação n.º 205/2023 – Proposta n.º 187/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 75 – 6.º E, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 135 (ver ponto 9).

**116. Deliberação n.º 206/2023 – Proposta n.º 188/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Carolina Beatriz Ângelo (antigo Lote 49), n.º 15, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 136 (ver ponto 9).

**117. Deliberação n.º 207/2023 – Proposta n.º 189/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Ferreiros, n.ºs 4 e 4A, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 137 (ver ponto 9).

**118. Deliberação n.º 208/2023 – Proposta n.º 190/2023 – DAF/DICONT/SERGE P –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Porto das Laranjeiras, Aldeia Grande, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 138 (ver ponto 9).

**119. Deliberação n.º 209/2023 – Proposta n.º 191/2023 – DAF/DICONT/SERGE P –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Praceta Sociedade Arqueológica Lusitana, lote 9 – 1.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 139 (ver ponto 9).

**120. Deliberação n.º 210/2023 – Proposta n.º 192/2023 – DAF/DICONT/SERGE P –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Augusto da Costa e Rua Morgado de Setúbal, n.º 36 – 1.º C, em  
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 140 (ver ponto 9).

**121. Deliberação n.º 211/2023 – Proposta n.º 193/2023 – DAF/DICONT/SERGE P –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Fran Pacheco, n.º 123, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 141 (ver ponto 9).

**122. Deliberação n.º 212/2023 – Proposta n.º 194/2023 – DAF/DICONT/SERGE P –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Estrada da Morgada, n.º 123, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 142 (ver ponto 9).

**123. Deliberação n.º 213/2023 – Proposta n.º 195/2023 – DAF/DICONT/SERGE P –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua General Daniel de Sousa, n.º 4 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 143 (ver ponto 9).

**124. Deliberação n.º 214/2023 – Proposta n.º 196/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua da Praceta Afonso Paiva, n.º 2 – 6.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 144 (ver ponto 9).

**125. Deliberação n.º 215/2023 – Proposta n.º 197/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Senhor Jesus dos Aflitos, n.º 6 – 2.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 145 (ver ponto 9).

**126. Deliberação n.º 216/2023 – Proposta n.º 198/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua João Eloy do Amaral, n.ºs 41 e 43, tornejando para o Largo de  
Santiago, n.º 4 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 146 (ver ponto 9).

**127. Deliberação n.º 217/2023 – Proposta n.º 199/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Vale do Cobro, n.º 45, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 147 (ver ponto 9).

**128. Deliberação n.º 218/2023 – Proposta n.º 200/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua dos Bombeiros de Setúbal, n.º 45 – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 148 (ver ponto 9).

**129. Deliberação n.º 219/2023 – Proposta n.º 201/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE –  
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência  
– Rua Major Perestrelo da Conceição, n.º 8, tornejando para a Rua Tenente  
Aviador Carlos António Alves, n.º 4 – 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 149 (ver ponto 9).

**130. Deliberação n.º 220/2023 – Proposta n.º 202/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 91 – 4.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 150 (ver ponto 9).

**131. Deliberação n.º 221/2023 – Proposta n.º 203/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de São Joaquim, n.º 33 – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 151 (ver ponto 9).

**132. Deliberação n.º 222/2023 – Proposta n.º 204/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Pinheiros, n.ºs 13, 13A e 13B – 2A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 152 (ver ponto 9).

**133. Deliberação n.º 223/2023 – Proposta n.º 205/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Contrato de comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 153 e 154.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que ia começar por reconhecer e saudar aquilo que era o papel fundamental da APAV na proteção e apoio de todos aqueles que eram vítimas de violência.

Na cláusula 2.ª da minuta do contrato de comodato que lhes era apresentada era indicado que a fração cedida à APAV era partilhada com a Divisão de Higiene Urbana (DIHU). Aquela divisão já não existia e os seus serviços tinham sido distribuídos pelos serviços municipalizados, nomeadamente a recolha do lixo e também pela Divisão de Serviços Urbanos. Face à extinção da DIHU, questionou se a fração aceder à APAV se mantinha ocupada por algum serviço municipal. Se assim fosse qual era esse serviço, sendo que considerava que seria necessário corrigir em conformidade a minuta do contrato de comodato.

Por outro lado, a situação de profunda fragilidade em que se encontrava quem recorria à APAV e a necessidade de resguardar e preservar a sua identidade, aconselharia que o espaço disponibilizado fosse um espaço de utilização exclusiva e não um espaço de utilização partilhada.

A fração a ceder e que pertencia ao município, tinha como afetação a habitação, e, estranhavam a pertinência de ocupar habitações que integravam o património público municipal com serviços e não como uma das centenas de famílias que se encontravam em lista de espera. Todos eles eram confrontados, em quase todas as reuniões de Câmara, com relatos dramáticos de cidadãos que esperavam e desesperavam por uma habitação digna, pensava que nenhum deles era insensível a essas intervenções. Por esse motivo, questionou

se aquele era um caso pontual na utilização de habitação pública para outros fins, ou se existiam outros serviços municipais a ocupar habitações e, em caso afirmativo, questionou quais eram e quantas habitações eram alocadas a esses serviços.

Pesasse embora o voto favorável dos vereadores do Partido Socialista àquela proposta de comodato, estando o executivo a encontrar espaços alternativos, quer para a APAV, salvaguardando o natural recato que a situação impunha, quer também para os serviços municipais que ocupavam aquela fração e dando àquele espaço o fim a que sempre se tinha destinado, que era ser habitado.

**Sr. Presidente** – Disse que as questões que colocava eram pertinentes. A questão era se aquela instituição, pelo serviço que prestava, não justificava ter umas instalações cedidas pela Câmara Municipal. Se pela atividade, que o senhor Vereador também tinha realçado, se não se justificava que aquele espaço fosse utilizado por aquela associação, até encontrar uma nova solução. Naturalmente, que estava de acordo com aquilo que dizia, que era preferível que aquela associação tivesse uma atividade autónoma, mas pensava que isso iria acontecer a breve prazo.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que não podia deixar de fazer um esclarecimento relativamente àquela questão da APAV. Disse que não sabia, mas pensava que talvez houvesse algum desconhecimento, relativamente ao espaço que estavam a falar.

Estavam a falar efetivamente de um local que durante muitos anos tinha sido apoio dos Serviços de Higiene Urbana, pela proximidade que existia aos serviços operacionais da Rua Camilo Castelo Branco. Fizeram algumas modificações e uma grande parte desses serviços passou para o Edifício Sado, tinham mantido aquele espaço porque era necessário com uma sala para a Divisão de Higiene Urbana.

Efetivamente, no protocolo, provavelmente, deveriam corrigir, em vez de estar Divisão de Higiene Urbana, deveriam colocar Divisão de Serviços Urbanos. Contudo, tinha acompanhado em conjunto com o senhor Vereador Pedro Pina, o percurso da APAV e as dificuldades que a APAV tinha tido naquele concelho. Há alguns anos atrás a APAV estava em risco de ficar na rua, não tinha sítio onde ficar, porque durante muitos anos tinha estado alojada no antigo Tribunal de Menores, atualmente o Tribunal de Comércio, e de um ano para o outro, os dirigentes da APAV apareceram na Câmara Municipal a pedir uma sede, porque depois de uma remodelação a nível dos tribunais, tinham sido desalojados.

A Câmara Municipal tentou ver instalações para a APAV, mas, na altura, não existiam instalações municipais. De modo a não prejudicar o bom funcionamento, nem deixar as pessoas sem esse apoio, os serviços da APAV instalaram-se no antigo edifício da Praça do Brasil. Foram feitas obras nos serviços municipais, em que as pessoas tinham a total reserva da sua privacidade. Segundo aquilo que a APAV lhes tinha dito era benéfico, porque quando uma pessoa entrava num edifício municipal, os outros não sabiam o que é que iam lá fazer, não havia conotações de que seriam vítimas e durante muito tempo a APAV esteve no edifício da Praça do Brasil, conseguindo dar seguimento à sua atividade sem interrupções. Como toda a gente sabia o edifício da Praça do Brasil era arrendado, não era da Câmara Municipal, tinha problemas graves estruturais, nomeadamente, no que dizia respeito ao saneamento e esgotos. E, quando a Câmara Municipal encontrou uma melhor solução para alojar os seus trabalhadores, também tentou encontrar uma melhor solução para alojar a APAV, não deixando nunca de responder à APAV, nem deixando a APAV sem resposta. Nesse sentido, um dos espaços que, na altura, foi identificado tinha sido aquele, que era um espaço que tinha duas entradas. Existia uma entrada virada para a Avenida Jaime Cortesão, e existia outra entrada virada para o outro espaço e que era de total reserva para a atividade da APAV. Tendo em conta os deveres operacionais, pediram à APAV para poder manter uma daquelas salas para apoio e a APAV esteve de acordo, e sempre houve as melhores relações entre a APAV e a Câmara Municipal. Portanto, pensava que não existia nenhuma questão.

A APAV fazia um excelente trabalho relativamente àquilo que era a sua competência, e nunca tinha havido nenhuma questão relativamente à Câmara Municipal, até porque os serviços não

estavam ali de forma permanente. Utilizam aquele espaço, porque também necessitavam dele, era um espaço muito central que em termos operacionais era muito útil.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que a Câmara Municipal nunca tinha feito disso - a propósito daquelas mudanças e da atribuição daqueles espaços, nomeadamente a instituições que tinham aquele fim -, um processo público ou mediático, pelas razões que estavam intrínsecas ao próprio papel e ao próprio trabalho da instituição e, portanto, como deviam perceber, foi sempre feito com muita reserva relativamente à atribuição daquele espaço.

Em segundo, e como aquela preocupação tinha sido colocada, importava referir um detalhe, a APAV, que estava instalada num espaço cedido pela Câmara Municipal, e com apoio da Câmara Municipal, aquela resposta tinha sido uma resposta de âmbito distrital e, portanto, era também bom que se percebesse quando falavam às vezes do trabalho das instituições e do papel que as autarquias tinham, aquela autarquia, que fazia jus a uma necessidade objetiva, a uma preocupação que achava que os unia a todos, não deixava de assumir, ali também, um valor de uma resposta que não era de âmbito exclusivamente concelhio, era de âmbito distrital. E, uma das preocupações que a Vereadora também já tinha referido, nos diferentes espaços que perante o desespero em que a APAV se encontrava, porque não havia forma de ser garantida uma resposta a uma instituição de referência no trabalho de apoio à vítima, nomeadamente pelas entidades e pelas secretarias de Estado competentes para aquela matéria, uma das preocupações e, por isso, também, aquela escolha, como alguns estariam recordados, nomeadamente quem tinha estado naquela decisão e algumas das pessoas estavam na sala pelos serviços envolvidos, tinha sido a necessidade de encontrar uma localização cuja mobilidade e o acesso da resposta fosse garantida, nomeadamente pelos meios de transportes. Aquela tinha sido a solução encontrada, em diálogo estreito com a entidade por forma a garantir.

Era, de facto, uma fatalidade que entidades como a APAV, entre outras, que não respondiam exclusivamente ao Conselho, tivessem que se debater com as fragilidades e a ausência de apoios que garantissem uma resposta mais integrada, e que se não fosse o papel que as autarquias tinham, que não responde a responsabilidades diretas, provavelmente estariam sem espaço para fazer aquele trabalho tão necessário, infelizmente, para uma tragédia que ainda, atualmente, tinha as repercussões que tinha, na nossa sociedade.

**Sr. Presidente** – Questionou se o senhor Vereador Joel Marques estava esclarecido sobre as questões.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que agradecia as intervenções da senhora Vice-Presidente e do senhor Vereador Pedro Pina. Não tinham respondido a nenhuma das questões que tinham sido colocadas, até porque em nenhum momento da intervenção que tinha sido feita, tinha sido colocada em causa, quer o apoio à APAV, quer a centralidade, quer o facto da APAV poder dispor de uma sala num edifício onde funcionassem outros serviços. Ali estavam a falar de uma habitação, uma sala dentro de uma habitação, e essa era uma questão que era pertinente, e tinha sido acima de tudo nesse ponto que tinha colocado a tónica da sua intervenção.

O senhor Vereador Pedro Pina estava a dizer que não era uma habitação.

(Vozes de fundo)

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que pedia desculpa, talvez o senhor Vereador não tivesse tido oportunidade de ver os documentos que acompanhavam a proposta, eles tinham tido. Juntamente com a avaliação, estava a caderneta predial, emitida em 19 de dezembro de 2022 e, portanto, há pouco mais de um mês, onde era "*clarinho como água*" que a afetação daquela fração era a habitação. Aquela fração, que estava ocupada por um serviço público, e na qual era cedida uma sala, era uma fração que tinha como destino habitação. O imóvel

podia ter sido adaptado por dentro, naturalmente que percebiam que, ao longo dos anos poderia ter sofrido alterações. A questão era, a Câmara Municipal como qualquer empresa ou qualquer cidadão, se dava um destino diferente a um imóvel daquele ao qual ele estava afeto, estava a fazê-lo de forma errada, e estavam num momento em que não só no concelho, mas também no concelho, se deparavam diariamente com problemas no acesso à habitação, por parte de muitos cidadãos. A Câmara Municipal teria certamente espaços, dentro do seu património, que poderia alocar, quer aos serviços da DISUR, que atualmente funcionavam naquela fração, até porque, como disse a senhora Vice-Presidente aquele espaço era utilizado pontualmente, portanto, tendo uma utilização pontual, tinham uma habitação que antes da APAV também ocupar aquele espaço, era utilizada pontualmente pelos serviços, quando poderiam ocupar qualquer outro espaço, a questão não tinha a ver com a APAV, tinha a ver com a utilização do espaço. Qualquer instituição que utilizasse aquele espaço poderia prestar o mesmo serviço, com a mesma qualidade mantendo, naturalmente, o direito à privacidade de que o utilizava, num outro espaço que não aquele, porque aquele tinha uma afetação que estava bem definida, e que era habitação. Tinha sido essa a tónica da intervenção, como considerava que tinha ficado claro.

Voltou a colocar a questão, compreendia que o senhor Presidente não dispusesse de dados para responder naquele momento, mas teria certamente a possibilidade de o fazer na reunião do próximo dia 1 de fevereiro, se existiam outros imóveis do património municipal, que tivessem como destino a habitação e que estivessem a ser ocupados por outros serviços.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que achava que a questão era inversa. Estava de acordo, ou não, com a cedência à APAV daquelas instalações que já lá estavam há uma série de anos, essa era a primeira questão. Sobre essa questão imperava um esclarecimento. Segunda questão, não tinha visto os documentos, mas se dizia aceitaria como verdade, estava em causa um uso de habitação, tinha de ser alterada.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que gostava de desafiar o senhor Vereador Joel Marques, de todas as entidades públicas que estavam sediadas no concelho de Setúbal e que tinham o mesmo propósito como aquele que naquele momento lhes tinha trazido, relativamente à APAV. Por exemplo, se o Centro de Saúde do Bairro Santos Nicolau, estava mal ocupado com o facto de servir aquela população com dificuldades, enquanto Centro de Saúde, e também não servia para habitação. Ou por exemplo, onde estava sediada o ACES Arrábida, que também estava ocupado, e deveria ter um outro fim e também era espaço público.

Com todo o respeito, era ridícula a sua intervenção. Não punha em causa a pertinência de regularização, como dizia a Vereadora Rita Carvalho, considerando o âmbito da caderneta predial. O que não conseguia compreender era o senhor Vereador trazer ali, a propósito de uma entidade, com as dificuldades objetivas que existiam para atribuição de espaços, considerando todos os constrangimentos, considerando todas as necessidades, que tinha sido vontade daquela Câmara Municipal ocupar um espaço que poderia ser atribuído como habitação a alguma pessoa, que correspondendo aos critérios a poderia utilizar, e que a Câmara Municipal lhe tinha dado um uso absolutamente indevido, que tinha sido para serviços municipais e para uma instituição de apoio à vítima, havia limites. Uma coisa era o senhor querer dizer: *“vejam lá, se calhar o âmbito que está associado àquele imóvel, não é bem o que depois está atribuído, até aí tudo bem, agora querer vir levantar que a Câmara Municipal está a utilizar espaços para fins que não são aqueles que deve ser o seu objetivo, convenhamos, que considerando aquilo que é o cardápio de situações que nós temos de entidades públicas que ocupam espaços que podem ter o mesmo fim, entidades públicas, é bom que se veja que não é muito compreensível esta intervenção.”*

A questão fundamental, que achava que os devia mover fundamentalmente, é que de facto, uma vez mais a autarquia com unanimidade de todos ali, respondia e encontrava uma solução para uma instituição que, infelizmente, era tão pertinente na resposta que dava, não só ao concelho, como ao distrito.



**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que achava que havia determinadas intervenções que roçavam a falta de educação e de respeito, para com os restantes vereadores.

Não admitia ao senhor Vereador Pedro Pina que viesse ali numa intervenção, apelidar de ridícula, qualquer intervenção feita por qualquer outro Vereador daquela casa. Se quisessem falar sobre intervenções ridículas, certamente que teriam muitas por onde pesquisar, e teriam certamente muitas intervenções suas que poderiam, nas suas palavras, ter essa adjetivação. Não o faria, porque não era dessa forma que se dirigia aos restantes vereadores naquele município.

Disse que em primeiro lugar, não era a cedência do espaço à APAV que estava em causa. Na primeira intervenção tinham feito questão, de não só, reconhecer e saudar o trabalho da associação, como também de indicar que iriam votar favoravelmente a proposta.

O senhor Vereador Pedro Pina não podia querer considerar que era normal que, em todas as reuniões da Câmara eram confrontados com a falta de habitação pública, quando em todas as reuniões da Câmara ouviam o senhor Vereador Carlos Rabaçal dizer que não tinham habitações para atribuir às famílias, o senhor não podia considerar que era normal, se calhar o senhor Vereador considerava que era normal, consideravam que não era, que tivessem habitação ocupada com outros serviços. Não estava em causa a cedência de um espaço à APAV, como já tinha tido outros, não estava em causa a cedência de espaço a outras associações, como ali iam votar na proposta seguinte, e, como já tinham votado noutras reuniões e que tinham sido sempre votadas por unanimidade, não era isso que estava ali em causa.

Disse que não sabia se os senhores vereadores do PSD queriam partilhar a piada que achavam à questão que estavam a discutir, mas teriam certamente a possibilidade de intervir no futuro.

(vozes em fundo)

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que o que não fazia sentido era terem num cenário de falta de habitação pública, carência de habitação pública, frações destinadas à habitação que eram ocupadas por outros serviços, quando esses serviços poderiam ser facilmente recolocados nas mesmas condições de qualidade de atendimento e de prestação de serviços noutros espaços públicos.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que gostaria de desafiar o Vereador Joel Marques, a dizer-lhes naquele momento, pela facilidade, qual seria o local onde poderiam colocar, com as condições que estavam inscritas, presentemente, naquele espaço, a APAV.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que conseguia responder muito facilmente.

No início do mandato tinham pedido uma listagem do património municipal não habitacional. Continuavam a aguardar. Quando o gabinete do senhor Presidente se dignasse a responder aos requerimentos do gabinete do Partido Socialista e dos vereadores do Partido Socialista, poderiam muito facilmente responder ao senhor Vereador Pedro Pina. Até lá, lamentava, mas não o poderiam fazer de forma tão assertiva como gostariam.

(vozes em fundo)

**Sr. Presidente** – Disse que percebia o papel. Já tinham experiência do papel dos partidos da oposição. Achava que havia muitas formas de a fazer, de chamar à atenção, e de poder querer ter uma afirmação, enquanto partido da oposição. Havia muitas formas de o fazer. Utilizar aquela questão, da enorme falta de habitação em Setúbal e em todo o país, referia-se às zonas urbanas e litoral, trazer aquela questão, como aqueles partidos, aquelas forças populistas costumavam fazer e que estavam tão habituados. Todos sabiam que a habitação era uma questão muito importante. Mas também sabiam que numa área urbana consolidada, ter serviços públicos para servir as pessoas desses bairros também era fundamental.



Aquela utilização, da forma como tinha feito ficava-lhe muito mal. Lamentavam que o senhor Vereador tivesse ido por esse caminho. Havia muitas formas de afirmar as nossas posições, ir por esse caminho não era a melhor forma de o fazer. Muito sinceramente lamentava a forma como o tinha feito, como utilizava a sua intervenção para tirar proveito de uma situação gritante na sociedade portuguesa, e não se ia alongar para saber quem é que tinha responsabilidades maiores nessa situação de calamidade, de falta de habitação condigna para as pessoas.

Questionou quem tinha as maiores responsabilidades, certamente que não seria a Câmara Municipal de Setúbal.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse conhecer bem a APAV. Na sua vida profissional tinha-se cruzado com a APAV várias vezes, continuava a ter ligações profissionais com eles, em diversos organismos do Estado e se a APAV aceitou aquelas instalações, dado o rigor com que sempre que trabalhavam, era porque tinham consciência que não podiam ter outras, pelo menos para já. Por isso, votariam a favor daquela proposta.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**134. Deliberação n.º 224/2023 – Proposta n.º 206/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Contrato de Comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a Abraço – Associação de Apoio a Pessoas com VIH/S.I.D.A.**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 155 e 156.

**Sr. Presidente** – Disse que também era conhecida a importância daquela associação, o papel que desenvolvia e, por isso, a Câmara Municipal de Setúbal também estava naquela “onda” de solidariedade, de apoio, de encontrar soluções para que aquela associação desenvolvesse o melhor possível a sua atividade.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**135. Deliberação n.º 225/2023 – Proposta n.º 207/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Aquisição do lote 40 do loteamento titulado pelo alvará de loteamento 11/97, em Quinta do Paraíso, Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 157 e 158.

**Sr. Presidente** – Disse que a Quinta do Paraíso tinha um loteamento aprovado e tinha em 1997 um alvará para poder utilizar esse lote para a construção de garagens. Entretanto, de 1997 para a presente data houve intervenção naquele território, designadamente com a elaboração do plano de drenagem pluvial do concelho de Setúbal. Houve alteração das condições de uso daquele lote, porque aquela construção ficava junto a uma ribeira que ligava à Ribeira do Livramento. Havia uma parte que ficava a céu aberto, outra parte ficava canalizada, aquela construção ficava a cerca de 10 metros da linha de água. De acordo com o plano de drenagem pluvial do concelho, ficava impedida para a construção.

Tendo em conta que o alvará de construção era de 1997 e que havia um investimento, e uma expectativa de quem tinha investido naquele loteamento, os serviços municipais após várias reuniões e ponderação sobre a situação, consideraram que a melhor solução seria adquirir aquele lote.

Houve uma avaliação daquele lote, tendo em conta os valores do mercado e essa avaliação apontou para um valor de cento e oito mil e quinhentos euros. O parecer do Departamento de Urbanismo estava de acordo com aquela avaliação, nos termos da situação do mercado.

Submetida a votação, foi a proposta aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, sendo 5 votos da CDU e 2 votos do PPD/PSD e 4 abstenções do PS.

**136. Deliberação n.º 226/2023 – Proposta n.º 01/2023 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído – DASU/GAGIP**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 159, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**137. Deliberação n.º 227/2023 – Proposta n.º 73/2023 – DASU/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 15/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para aluguer operacional de 4 viaturas pesadas de 16 m3 e 20 m3 para recolha de resíduos sólidos urbanos por período de 24 meses – Adjudicação**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 160 a 163, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**138. Deliberação n.º 228/2023 – Proposta n.º 79/2023 – DASU/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 17/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes e floreiras da Avenida Luísa Todi, zonas envolventes e Parque Urbano de Albarquel, pelo período de 12 meses – Adjudicação**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 164 a 167, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**139. Deliberação n.º 229/2023 – Proposta n.º 04/2023 – DEB/DIAPE – Ação social escolar 2022/2023 – Livros de Atividades – Aditamento**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 168, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**140. Deliberação n.º 230/2023 – Proposta n.º 72/2023 –  
DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º  
31/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de limpeza em  
estabelecimentos de ensino do Município de Setúbal, para o ano de 2023 –  
Adjudicação**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 169 a 172, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**141. Deliberação n.º 231/2023 – Proposta n.º 01/2023 – DOM/DIHAB – Aceitação  
de doação no âmbito do desenvolvimento do projeto Férias no Bairro,  
abrangido pelo programa Nosso Bairro, Nossa Cidade**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 173, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**142. Deliberação n.º 232/2023 – Proposta n.º 02/2023 – DOM/DIHAB – Suspensão  
da aplicação da revisão e atualização da renda de Inquilinos Municipais**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 174.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que relativamente à proposta apresentada, os vereadores do Partido Socialista saudavam aquela proposta, uma vez que uma das propostas vertidas na recomendação das medidas de apoio às famílias, apresentadas pelo Partido Socialista, era o congelamento das rendas. E à data tinham sido acusados de irresponsabilidade e de serem ridículos, portanto, afinal, não tinham sido nem tão ridículos, nem tão irresponsáveis.

Apelou à sensibilidade do executivo para com as desocupações de imóveis resultantes do término de um motivo que habilita o munícipe a permanecer na habitação. Tinha sido expostas em reuniões de Câmara, situações de pessoas que viviam com familiares, com autorização de permanência para prestar cuidados há largos anos, mas que não fazendo parte do agregado que constava na divisão de habitação pública municipal, estavam a ser notificadas para desocupar a habitação. Apelaram à sensibilidade para com aquele procedimento de desocupação, dada a inexistência de soluções habitacionais alternativas, já naquele dia amplamente referidas, quer pelos munícipes, quer por outros casos que tinham chegado ao conhecimento deles. Aquelas ações, ainda que devidamente enquadradas legalmente deixavam as famílias numa situação de um maior risco de vulnerabilidade ou seja: *“importa que as desocupações decorram com os procedimentos adequados prévios, a análise caso a caso da situação de cada família, as suas condições, alternativas habitacionais, acautelar o acompanhamento de crianças que possa eventualmente fazer parte desses agregados, não deve haver despejo ou desocupações se não há alternativas, já que essa*

*ação põem em causa direitos humanos fundamentais e prejudica a integridade física e mental todos quantos são vítimas da crise da habitação, neste momento”.*

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que achava interessante que a senhora Vereadora do Partido Socialista aproveitasse uma proposta que beneficiava as pessoas para colocar uma outra questão, tentando destruir a importância daquela proposta. Portanto, a proposta valia o que valia, as pessoas estavam protegidas do ponto de vista da sua renda, não sabia a que rendas se referia, quando referiu que: “*se disse que era ridículo congelar as rendas*”, porque as rendas municipais, eram rendas que não eram muito relevantes, eram valores que tinham estado a avaliar, eram valores que não tinham grande peso na nossa economia, portanto, não era esse o problema, por aí não haveria nenhum caso, se calhar, estava a falar das rendas gerais e nisso não se metiam.

(vozes em fundo)

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que não sabia do que estava a falar. Não tinha dito isso.

A segunda questão, era que não recebiam lições de ninguém, no tratamento dos inquilinos municipais. De ninguém, nem da senhora Vereadora, nem do país inteiro. Eram reconhecidos por ter um trabalho de grande qualidade, proximidade, apoio às famílias e sensibilidade. E, achava que sabia disso, porque estava no terreno e conhecia o que faziam. Não valia fazer a recomendação sobre aquilo que já se fazia. Quando muito poderia dizer que achava normal, e achava bem que se continuasse a fazer o que sempre tinham feito, e estavam a fazer naquele momento, que era aquilo que a senhora parecia que queria dizer que não faziam. Portanto, essa recomendação não encaixava com quem estava a falar, porque naquela Câmara, naquele Município, tinham um trabalho de grande proximidade e de grande sensibilidade.

O que tinha colocado era um outro assunto. Era de pessoas que solicitando uma coisa que não era obrigatória e que ninguém tinha de fazer, que não era legal sequer, residir para apoiar familiares doentes. E tinham aceitado sempre essas situações de apoio familiar, e que sabiam e assumiam um compromisso, e escreviam que quando acabasse essa situação de apoio saíam porque essa casa quando vagasse, por morte ou por outra razão qualquer de o familiar doente, essa casa tinha na lista de atribuição de habitação uma pessoa tinha direito a essa habitação. Felizmente eram poucos, toda a gente respeitava isso, menos um ou dois, o caso que ali tinha ido tinha sido um caso que não tinha respeitado o compromisso que tinha assumido. Aquela senhora tinha decidido ocupar uma casa que era de uma família que tinha direito a essa casa, e que estava na lista de acesso a essa casa. E, não tinha colocado nenhuma objeção, disse que quando acabasse a situação de apoio ao seu familiar saía. Portanto, estava a colocar o problema de forma completamente diferente, que era a falta de respeito de alguém, pelo direito à habitação de terceiros, além do próprio direito que a pessoa tinha.

Era preciso que as coisas fossem colocadas como devia ser.

Outra questão, tinha acontecido aquela vez, não tinham muitos casos daqueles felizmente, só tinham tido um ou dois, mas isso “*fazer moda*”, teriam de decidir uma coisa, que era desagradável, que era não fazer o que tinha estado a fazer; que era permitir esse tipo de acompanhamento e então teriam que ser organizações sociais a fazer esse acompanhamento e não as famílias, portanto, não queriam ir por aí.

O que estava a colocar era tentar denegrir, desmerecer ou apagar o mérito de uma proposta colocando um problema lateral nessa proposta.

Portanto, isso não se fazia, era incorreto e era feio. E, a forma como tinha feito as suas considerações foi sugerindo de certa forma que aquilo que dizia não era feito, e que o que dizia era feito todos os dias por uma equipa notável, que era a equipa de habitação pública daquela Câmara.



**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que não tinha denegrido em ponto algum. Tinha sido muito contida na exposição que tinha feito, não tinha sido nem uma, nem duas, nem três pessoas a colocar ali aquela situação e o senhor também estava presente e sabia as respostas, sabia o que tinha ouvido da parte dos munícipes que ali tinham ido. Ali, não se estava a denegrir, estava-se a apelar à sensibilidade e a última vez que alguém ali tinha apelado à sensibilidade, os senhores vereadores sabiam perfeitamente o resultado que tinha dado.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que não tinha percebido o que tinha dito a senhora Vereadora, mas de qualquer maneira era preciso que ficasse claro o seguinte, a senhora Vereadora tinha introduzido um problema completamente lateral à proposta que ali estava, para não se discutir a proposta e o mérito da proposta, e discutir-se o problema lateral que tinha colocado. Não queria alinhar nisso, portanto, que era preciso que ficasse claro que não ia alinhar nisso. Era um assunto diferente, e era um assunto que tinha um tratamento autónomo, e que tinha que ser tratado com autonomia própria, e tinha que ser tratado com o respeito próprio, estavam a falar de pessoas.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que não havia muito tempo tinham apresentado uma proposta de apoios pela fase que estavam a passar. O ponto 4 dessa proposta era precisamente aquilo que lhes era trazido, naquele dia ali. Aquilo que tinha sido dito, na altura, era que a proposta que os vereadores do Partido Socialista apresentaram era uma proposta irresponsável e ridícula, aliás irresponsabilidade era uma palavra muito usada pelos vereadores da CDU e ridícula também, aliás, como se viu naquele dia.

**Sr. Presidente** – Disse que o senhor Vereador Fernando José se referia ao ponto 4 da proposta e a proposta tinha outros pontos. A proposta sem sentido e irresponsável era a proposta na sua globalidade.  
(vozes em fundo)

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**143. Deliberação n.º 233/2023 – Proposta n.º 03/2023 – DOM – Empreitada AD 27/2014 - “Reabilitação de edifício multifamiliar – Casa das 4 cabeças – Bairro do Troino” - Libertação de garantia**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 175 e 176, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**144. Deliberação n.º 234/2023 – Proposta n.º 74/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 13/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para fornecimento contínuo de aquisição de peças auto para manutenção e reparação de viaturas pesadas por 24 meses – Adjudicação**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 177 a 180, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**145. Deliberação n.º 235/2023 – Proposta n.º 76/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Ajuste direto n.º 298/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para o fornecimento contínuo de gasóleo, para abastecimento das viaturas da Frota Municipal e da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, para o ano de 2022/2023, ao abrigo do Lote 5 do Acordo Quadro AQ-CR-2019, da ESPAP – PAQ n.º 2322/2022/DITEM – Adjudicação**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 181 a 184, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**146. Deliberação n.º 236/2023 – Proposta n.º 77/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 28/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para locação operacional de dois veículos elétricos ao abrigo da 3.ª fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública 2.ª parte do Fundo Ambiental – Adjudicação**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 185 a 188, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**147. Deliberação n.º 237/2023 – Proposta n.º 01/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio Financeiro Grupo Desportivo e Recreativo “O Sindicado”**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 189, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**148. Deliberação n.º 238/2023 – Proposta n.º 02/2023 – DCDJ/DISOC – Início do procedimento e participação procedimental da regulamentação municipal no âmbito da transferência de competências no domínio da Ação Social**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 190.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que nas primeiras propostas discutidas e a propósito da discussão sobre a prorrogação da lei de transferências, e no que dizia respeito também às responsabilidades, aquela era a demonstração que, sem prejuízo das reservas que colocavam, não podiam deixar de acompanhar, e de assegurar aquilo que eram todos os procedimentos formais, que levariam à execução, e a boa relação, sobretudo com as entidades responsáveis, relativamente àquilo que eram os procedimentos. Era nesse sentido

que, por imperativos formais, traziam aquela proposta e que tinha como propósito, efetivamente, a participação procedimental da regulamentação municipal.

Tentando abreviar, a questão mais formal tratava-se de um procedimento que abria a possibilidade e considerando as competências que seriam transferidas para as autarquias que o cidadão, se assim o entendesse e de acordo com aquilo que eram as regras, pudesse dentro daquilo que eram a constituição daqueles três regulamentos dar os seus contributos e dar a sua opinião, para que depois fosse formalizado aqueles regulamentos.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse esperarem, à semelhança do que sucedia com outros regulamentos, que o executivo apresentasse propostas de regulamentos já construídos, que após aprovados, pudessem acolher as sugestões e propostas de alteração e de melhoria que fossem apresentadas amplamente pelos cidadãos, como em qualquer processo de discussão pública. Se iam começar pela fase de discussão pública para a construção do regulamento depois teria que ir novamente a discussão pública, pensava que atendendo aos prazos talvez não fosse o procedimento mais adequado. O executivo escolheu esse caminho e, questionavam se o senhor Vereador Pedro Pina conseguia garantir até dia 3 de abril, que nesse espaço de tempo, recolheriam contributos, construíam regulamentos, aprovavam as propostas, regulamento, avançavam para discussão pública, voltavam a aprovar as versões finais das propostas de regulamento e submetiam à Assembleia Municipal. Tendo em conta que falavam de regulamentos que derivavam de uma portaria publicada em 2021, parecia-lhes que o tempo começava a ser efetivamente curto. Referiu que aqueles regulamentos, sendo instrumentos criados à medida de cada município, naquele momento, já deveriam estar construídos, discutidos e aprovados, porque se não fosse a prorrogação do prazo decorrente do Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro, a transferência de competências já teria sido feita e o Município de Setúbal não teria, nesse momento, tal como não tinha à presente data, esses instrumentos construídos, considerando que falavam de procedimentos formais e obrigatórios. Estranhavam a demora na construção de instrumentos, que não dependiam em absolutamente nada daquilo que eram as divergências de opinião que pudessem subsistir sobre a competência específica ou sobre o envelope financeiro que a suportava.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que agradecia as questões colocadas, e de facto, não deixava sempre de vir ao de cima aquilo que era a questão de princípio e, portanto, percebiam as questões que estavam na base da sua intervenção.

Disse que, acima de tudo, tinha uma enorme confiança no trabalho que tinha vindo a ser conduzido relativamente àquela matéria e, portanto, o que lhe podia garantir era que daquilo que estivesse ao alcance deles, era da responsabilidade deles e que, no dia 3 de abril, aqueles regulamentos estariam devidamente aprovados.

Deu também a informação que aquele, a par de muitas das autarquias da península de Setúbal, tinha sido o procedimento que tinha sido feito. Até podia dar vários exemplos objetivos. Sabiam que até podia ser discutível, reconhecia que podia ser discutível do ponto de vista da lógica, mas não deixava de ser um procedimento, que inclusive consideraram tomando aquilo que também eram as conversas e o diálogo que faziam com outras autarquias. Portanto, o que estava a considerar era que houvesse uma auscultação pública, aceitando que essa auscultação até poderia ser diminuta e curta, mas que era um pressuposto para então se construir, o que queria garantir era que não passava sequer essa possibilidade, viria a reunião da Câmara os regulamentos para serem discutidos e para serem apreciados por aquela Câmara Municipal, não havia nenhuma questão.

Percebia o que o senhor Vereador dizia, mas tinham tido oportunidade de dizer, quer o senhor Presidente na leitura que tinha feito da proposta relativamente à prorrogação, à presente data ainda não conheciam o despacho dos valores que iam ser transferir para a Câmara Municipal. A Câmara Municipal tinha oportunidade de decidir, entre outras coisas, se queria ou não queria manter os protocolos de cooperação com as instituições. Era uma possibilidade que estava inscrita na lei. Mas para fazer essa negociação com as instituições tinha de saber quais eram os valores que estavam inscritos na lei, porque se não podia estar

a fazer uma negociação enviesada. Aliás, aquela era uma matéria em que divergiam. Se tivessem aceitado os valores em 1 de abril de 2022, os valores eram diferentes daqueles que estavam a negociar presentemente. Segundo aquilo que estava inscrito no acordo com a Associação Nacional de Municípios havia alterações àqueles valores. Achava que sobre aquela matéria nem havia divergências, eram questões determinantes, nomeadamente no que dizia respeito às questões da ação social. Aquela era uma matéria complexa, que a própria Segurança Social, na relação que tinha com as entidades, também, por vezes, tinha alguma dificuldade em transmitir todas as informações no que dizia respeito àquilo, era natural, percebiam essa complexidade. Não se tratava de atrasos, nem de falta de vontade de querer resolver aquilo, era o procedimento que traziam, achavam que estavam dentro daquilo que eram os prazos para concretizar e queriam dar o bom entendimento àquilo que decorria da lei. Aquele era um procedimento que acompanhava e que estava a ser seguido inclusive também por outras autarquias, até era para ter vindo à última reunião de Câmara na data anterior, que, entretanto, tinha sido adiada pelas razões que sabiam, tinha trazido naquele dia. Pensavam que tinham o tempo suficiente para levar a bom porto aquilo que eram os regulamentos e trazer depois os regulamentos à discussão pública, nomeadamente ali, à discussão dos senhores vereadores.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que pelos motivos invocados anteriormente, pediu escusa da votação daquela proposta.

Submetida a votação, foi a proposta aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, sendo 5 votos da CDU e 2 votos do PPD/PSD e 3 abstenções do PS.

**149. Deliberação n.º 239/2023 – Proposta n.º 03/2023 – DCDJ/DICUL – Renovação de protocolo entre o Município de Setúbal e a Associação Festróia - Programação Cinema Charlot 2023**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 191 e 192, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**150. Deliberação n.º 240/2023 – Proposta n.º 04/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolos de colaboração entre o Município de Setúbal e a GATEM – Grupo de Animação e Teatro Espelho Mágico, Cooperativa Cultural**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 193 a 194.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que a proposta que traziam à consideração dos senhores vereadores tinha sido discutida e aprofundada com aquela associação. Estavam numa fase, não diria adiantada, mas uma fase muito bem encaminhada, para que em breve também desse melhores condições para aquilo que era o trabalho daquela entidade, nomeadamente com um novo espaço que reunia as condições para o trabalho, para a produção, para a criação daquela mesma entidade dando cumprimento também a um compromisso do executivo municipal e do Presidente da Câmara Municipal, mas acima de tudo garantindo aquilo que eram também, as condições necessárias para o trabalho daqueles artistas.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que tinha estado a apontar que apoio era dado, consideravam um apoio justo, aliás tinha vindo a reivindicar esses mesmos apoios, os apoios justos às instituições, mas tinham uma dúvida relativamente àquele apoio. Falava ali que o montante global era de doze tranches mensais, a partir da assinatura do protocolo. Questionou quando seria assinado o protocolo, se seria ainda em janeiro.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que sim.

Uma das razões que traziam aqueles protocolos nomeadamente com aquelas entidades, não conseguiam trazer todos os que queriam porque achavam que era importante falar com todas as entidades, independentemente de ser o apoio ou de serem os meios mais justos e achava que isso da justiça era um bocadinho discutível, já ali tinham falado, e até porque tinha sido oportunamente conversado com a GATEM – Espelho Mágico, que tinha havido uma candidatura da GATEM – Espelho Mágico, aos apoios da DGARTES, que não tinha sido considerado.

As candidaturas que, naquele momento, estavam disponíveis, eram apoios pontuais, eram valores muito parcos, independentemente da oportunidade que viesse a surgir, mas eram apoios muito parcos. Inclusive, uma das questões que tinha sido assumida junto da própria entidade, era a disponibilidade para ajudar na construção da candidatura, porque sabiam que isso também era importante, para fazerem face às necessidades, não sabia se aquela questão seria depois colocada às que vinham a seguir, nesse sentido de poder clarificar, mas pelo menos responder àquela questão, sabiam que para aquelas entidades que tinham compromissos com os seus profissionais, quanto mais cedo aquele protocolo fosse assinado, mais depressa o dinheiro ficaria disponível, e mais depressa aquelas entidades podiam valer-se do montante para poder responder àquilo que eram as necessidades de trabalho.

**Sr. Vereador Fernando José** – Agradeceu e disse que tinha ficado esclarecido. Seriam os 12 meses do ano de 2023, sendo assinado em janeiro.

Utilizando as expressões do senhor Vereador Carlos Rabaçal, era feio. Estava a falar dos apoios da Câmara, e o senhor Vereador Pedro Pina tinha ido buscar uma questão de nível nacional, falando do governo e falta de apoios. Portanto, era feio desviar os assuntos e não falar apenas do mesmo assunto.

Disse que tinha outra dúvida e que tinha a ver com a alínea b). O apoio era de doze mil euros, e pago em duas tranches, sendo que essas duas tranches não eram referentes ao ano de 2023, portanto, estavam a aprovar um apoio, que parte desse apoio era referente ao orçamento de 2024.

Tinham essa dúvida, até na dotação a cabimentar era de dezoito mil euros, ou seja, doze mil da alínea a), mais seis mil da alínea b).

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que ia tentar explicar.

Tratando-se de um evento que só se ia realizar em 2024, ou seja, o Bambolinices era uma atividade que se realizava bianualmente. Tinha-se realizado em 2022, estava prevista e era nesse sentido que traziam aquele apoio em 2024. A verdade é que havia uma parte desse valor que precisava de ser antecipado. Sendo antecipado tinha de ser cumprido, em 2023. Era nesse sentido que, considerando o valor global, iam já considerar uma parte desse valor, e pagá-lo em 2023, embora a atividade fosse realizada em 2024.

**Sr. Vereador Fernando José** – Questionou se teriam de aprovar novamente uma proposta em reunião da Câmara, em 2024.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que em 2024 com outros apoios.

**Sr. Vereador Fernando José** – Questionou se teriam de aprovar aqueles seis mil euros, que ali estavam.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que esses já não seriam considerados nessa proposta.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que teriam de ser porque não havia dotação no orçamento de 2024.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que havia dotação.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que poderia estar a cometer um erro, mas achava que não estava. Estavam a aprovar, naquele dia, uma proposta de doze mil euros, e essa proposta de doze mil euros tinha seis mil euros previstos no orçamento daquele ano e seis mil que iam estar previstos no orçamento de 2024. Não podiam estar a fazer dotações sobre um orçamento que não existia, estava a falar da alínea b). Portanto, aquilo que estavam naquele dia a aprovar era um apoio de doze mil euros, mas só tinham cabimentação para seis mil, porque os outros seis mil seriam no orçamento de 2024. Portanto, em 2024 teriam que estar ali a aprovar uma proposta e teria que haver dotação no orçamento.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que percebia a questão e tinha toda a legitimidade, se tinha dúvidas perguntava, achava muito bem que perguntasse e tentaria responder. A ideia de trazerem aquela proposta composta daquela forma, tinha a ver com o facto de a entidade lhes pedir ajuda para antecipar o valor no que dizia respeito ao evento, que uma parcela do valor correspondente ao Bambolinices, que se realizava em 2024, fosse considerada em 2023. Ou seja, o que traziam ali era que o apoio ao Bambolinices, em 2024, era de doze mil euros.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que seis mil eram pagos agora, seis mil eram pagos depois.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que era exatamente isso. O Bambolinices seria apoiado, até porque a data do evento era em fevereiro e isso significava que em fevereiro se estivessem a apoiar a entidade tinha custos e precisava de antecipar despesas.

(Intervenção ininteligível)

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Com certeza. Até porque não sabiam e esperavam que em 2024 ter capacidade para fazer mais e melhor.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que a questão do Espelho Mágico, relativamente à candidatura que tinha sido feita à DGARTES, pensava que a principal questão que se colocava era porque o Espelho Mágico não tinha trabalhadores com contrato, só tinham prestadores de serviço e a verdade era que com o apoio que recebiam não conseguiam contratar pessoas a tempo inteiro.

Questionou, relativamente às instalações do Espelho Mágico, se o breve seria um mês, três ou seis meses.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que os serviços da Câmara Municipal estavam naquele momento a fazer o levantamento, no sentido de começar o mais rapidamente possível, não ia dizer que seria na semana seguinte, senão iria perguntar-lhe na semana seguinte se já tinha começado. Queriam o mais breve possível, até porque a própria entidade tinha-se disponibilizado para ser uma parte também envolvida no processo. Havia questões que implicavam necessariamente um esforço dos serviços municipais, inclusive a necessidade de terem uma intervenção mais musculada, mas depois haveria um momento em que já tendo o espaço capacitado para poder acolher a entidade isso podia dar bom andamento e, portanto, esperava que no primeiro trimestre tivessem boas novidades para poder dar bom andamento

àquilo que era o trabalho. Estava a ser o mais rigoroso possível. Estavam em final janeiro, esperava que naquele primeiro trimestre, tivessem condições para que o espaço pudesse, pelo menos estar ocupado. Não diria totalmente concluído, mas pelo menos estar ocupado pela GATEM – Espelho Mágico.

**Sr. Presidente** – Disse que tinha ficado clarificada aquela questão dos dezoito mil euros com compromisso mais seis mil euros em 2024.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **151. Deliberação n.º 241/2023 – Proposta n.º 05/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o TAS – Teatro Animação de Setúbal**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 195 e 196.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que era também um protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro de Animação de Setúbal.

Disse que percebia e não era também com agrado, até porque queria acreditar que, mesmo no quadro do Partido Socialista, havia matérias que não acolhiam a simpatia, mesmo tratando-se de um Governo suportado pelo Partido Socialista, pensava que havia determinadas matérias que, se calhar, os eleitos do Partido Socialista em Setúbal não podiam estar de acordo. E achava que aquela seria uma delas, e, portanto, estavam todos, não só os deputados do Partido Socialista e os eleitos do Partido Socialista naquela Câmara, como também, certamente, já ali demonstrado os próprios eleitos do Partido Social Democrata, tinha sido com tristeza, com angústia, que souberam daquela circunstância, do Teatro de Animação de Setúbal, embora com pontuação elegível nos apoios, por falta de verba não tinha sido considerado nos apoios bianuais, as razões já tinham sido explicadas. Já tinham tido uma conversa com o Teatro de Animação de Setúbal. Aquele era o valor que tinham proposto a apoiar, considerando a candidatura que estava feita e apresentada à DGARTES. Já se tinham disponibilizado para avaliar e considerar as necessidades do Teatro de Animação de Setúbal, porque perceberam que o impacto era muito grande na sua atividade, mas não quiseram também, e uma vez mais os mesmos argumentos, atrasar a proposta que tinham elaborada, e, portanto, o que tinha sido ali surpreendido tinha sido efetivamente o não apoio, o que certamente seria uma alavanca importante, estando também aquela entidade à beira de completar praticamente 50 anos.

Era um protocolo que, acima de tudo, visava a qualidade e a criação artística, que visava dar também sentido àquilo que era o trabalho que aquela instituição da nossa cidade fazia, e era nesse sentido que propunham um apoio de oitenta mil euros, naquele imediato para fazer face à proposta e à responsabilidade que a Câmara Municipal também tinha com aquela instituição, e à proposta que tinha sido apresentada no quadro do plano de atividades e ação.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que a DGARTES promovia um concurso, no qual existia um júri, o Governo, aquele ou outro qualquer, nada tinha a ver com as decisões que eram tomadas pelo júri. Existia um enquadramento e desse enquadramento resultava uma classificação. O setor, em negociação com a anterior Ministra da Cultura, tinha decidido a distribuição dos apoios da forma como tinham sido feitos, em termos de bianuais e quadrienais. Infelizmente, naquele momento e naquela situação, o TAS tendo classificação para ser apoiado, tendo sido esgotada a verba disponível estava naquele momento fora desses apoios.

Tem feito intervenções públicas, e não só, na defesa, obviamente desses apoios, tinham esse problema em Setúbal, mas existia esse problema noutros concelhos, que realmente viesse a ser possível reverter, não na classificação, mas no aumento de verba disponível.

Estava em curso um processo de recurso hierárquico que tinha sido interposto pelo TAS, iam aguardar por essa decisão.

Questionou se o apoio ao TAS em 2022 não tinha sido de cem mil euros.

Disse que o senhor Presidente estava a abanar com a cabeça que não e o senhor Vereador estava a dizer que sim, tinham que se entender os dois. Mas tinha quase a certeza que tinha sido de 100 mil euros, portanto, se tinha sido de cem mil euros, aquilo que verificavam e depois daquela retórica toda que tinha sido tida à volta do Governo e da decisão da DGARTES, era uma redução que certamente tinha explicação. Havia uma redução do valor de cem mil euros, para oitenta mil euros e não conseguiam perceber porquê. Solicitou que o senhor Vereador Pedro Pina explicasse o porquê dessa redução, de cem mil euros, para oitenta mil euros.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que ia tentar ser muito cuidadoso com os adjetivos e com todo o respeito, mas não podia deixar de dizer: “*é preciso ter muita lata*”. Era a única expressão que lhe ocorria dizer de uma forma muito simplista, pedia desculpa, não era uma palavra cuidadosa, a expressão não era cuidadosa, mas era preciso ter muita “*lata*”.

Era preciso querer encontrar os mais interessantes argumentos, quando uma entidade se candidatava, para praticamente cento e oitenta mil euros e o senhor Vereador ainda tinha conseguido dizer: “*bom, mas a DGARTES não tem nada a ver com o Governo*”. Porque quem nomeava o diretor da DGARTES ..., era preciso de facto “*ter lata*” para vir dizer o que estava a ser dito. Porque obviamente a Câmara Municipal, que atribuía milhares de euros, às entidades culturais, desportivas, mas naquele caso culturais, daquela cidade, tentava ser rigorosa e tentava objetivamente analisar as propostas que lhes eram apresentadas, e, portanto, tinha começado por dizer que o apoio também que estava garantido de oitenta mil euros considerava a proposta à DGARTES. Tinha dito que a proposta que estava ali considerada estava feita considerando o apoio, tinha sido construída com o TAS. Que ficasse claro, já tinham reunido com TAS e já tinham aberto disponibilidade para conversar durante a semana seguinte.

(vozes em fundo)

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que o senhor Vereador estava a dizer-lhe quinze mil euros, questionou se essa informação lhe tinha sido dada por alguém.

(vozes em fundo)

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Questionou porque lhe estava a dizer quinze mil euros.

Intervenção ininteligível

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que o senhor Vereador Fernando José tinha sempre informações ou tinha sempre uma nota interessante.

Aquilo que tinham dito ao TAS, que acima de tudo, a não ser que lhe dissesse outra coisa, que lamentavam profundamente em não ter sido considerado pela DGARTES, até porque como sabia, a par do apoio que estavam a considerar havia apoios indiretos que também beneficiavam as entidades culturais e no caso do TAS, como sabia, nomeadamente o espaço onde estava sediada era também um espaço cuja renda era paga pela Câmara Municipal.

(vozes em fundo)

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que já era, mas continuava a ser, e quem continuava a não apoiar aquelas entidades era o Estado suportado pelo Partido Socialista, não era a Câmara Municipal. O espaço do TAS não servia para habitação, tinha servido mesmo para teatro. Portanto, o apoio que tinham considerado e que tinham discutido com o TAS, na análise que



tinham feito, tinha sido que o apoio seria e considerando a candidatura bianual, porque como sabia o TAS não se tinha proposto a uma candidatura quadrienal, como uma outra que a seguir iriam aprovar, tinha sido uma candidatura bianual, o apoio que eles e os serviços tinham feito na avaliação - para a criação artística - tinha sido de oitenta mil euros, e, portanto, tinham chegado àquele ponto e querendo trazer aquelas propostas para que em janeiro daquele ano, fosse possível transferir verba para dar cumprimento, e no caso do TAS, sim, estavam a falar de salários dos trabalhadores, ainda na semana anterior, antes de apresentar aquela proposta, tinha sido numa reunião realizada com as pessoas do TAS, garantir que estavam disponíveis com eles para fazer uma discussão, porque aquilo que sabiam era o que tinham bem certo, não fosse a Câmara Municipal o TAS já tinha fechado portas. O TAS já tinha feito uma contestação e a DGARTES disse que não ia rever.

(vozes em fundo)

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que quem tinha mudado as regras do jogo a meio do processo tinha sido a DGARTES. Tinha sido a DGARTES que tinha decidido alocar às candidaturas quadriennais uma verba maior do que às candidaturas bianuais, isso tinha feito com que mesmo candidaturas como a do TAS, que tinha obtido a pontuação de 76.14, não terem sido consideradas. Era disso que estavam a falar. O senhor Vereador ia dizer: *“mas afinal este ano deram menos e não sei quanto e deram mais e não sei quanto”*. O valor que estava atribuído considerava um plano de trabalho e considerava uma candidatura. Já tinham afirmado e já se tinham disponibilizado e até face às preocupações já ali discutidas como sempre, nas dificuldades maiores, quando o TAS não teve apoio da DGARTES, não tinha sido com intervenções na Assembleia da República que o TAS tinha resolvido, tinha sido com aquela Câmara Municipal. E ia ser com a Câmara Municipal e com a capacidade dos atores e de todos aqueles que ao longo dos anos tinham estado ao lado do TAS, que objetivamente eles acreditavam, não iam deixar aquela instituição, que estava à beira de fazer 50 anos, deixá-la cair. E quem ia deixar cair uma instituição com 50 anos de trabalho era de facto o Governo do Partido Socialista. Era o Governo do Partido Socialista que não considerava aquelas instituições. Lamentava dizer, o senhor Vereador estava preocupado, mas não devia, já tinham dado provas no passado que não deixavam cair as nossas instituições. E, portanto, o que lhe dizia era que, quer o apoio que tinham apoiado anteriormente, quer aquele apoio, quer o apoio que a seguir iriam também trazer à discussão, todos aqueles valores tinham sido discutidos e conversados. Baseavam-se sobretudo naqueles dois que estavam a falar, não no que dizia respeito à GATEM, que tinha características diferentes face à candidatura que tinha realizado, quer o do Teatro de Animação de Setúbal, quer o do Teatro Estúdio Fontenova, estavam sustentados porque fazia sentido que assim fosse, num diálogo estreito com os Serviços da Divisão de Cultura, na construção das candidaturas. Era nesse sentido, que esses processos estavam elaborados. O que tinha sido surpreendente, o que tinha alterado de alguma forma aqueles pressupostos tinha sido a não ilegitimidade do TAS. E o que já tinham dito ao TAS, tinha sido: *“vocês sabem que podem contar connosco”*. E ali estariam, muito em breve, para também ver de que forma é que iriam, face às dificuldades e às necessidades, ver em que medida podiam encontrar soluções para resolver aquele problema. Esperava que a principal medida fosse, como ali lhes estava a dizer, que o senhor Ministro revisse rapidamente, porque não podia ser levar muito tempo aquela situação, e que considerasse nomeadamente as entidades com pontuação para serem considerados ilegíveis e que essa circunstância resolvesse toda aquela situação. Até ao momento, como bem sabiam, não havia novidades e o senhor Ministro, também era público, já o tinha dito por várias e diferentes vezes que não estava a pensar alterar aquilo que tinha sido a decisão tomada pela Direção Geral das Artes.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que ia voltar ao tema dos oitenta mil euros, a justificação estava dada pelo senhor Vereador Pedro Pina. Disse que a Câmara Municipal era constituída pelos senhores vereadores. Presentemente era o senhor Vereador Pedro Pina

que estava como Vereador da Cultura, no passado tinha sido a Maria das Dores Meira, a Paula Costa e, portanto, todos os vereadores da cultura tinham tido sempre um carinho especial pelo TAS, isso não vinha de agora, era uma situação que era da Câmara Municipal de sempre, o apoio às nossas instituições, e não deixar morrer as nossas instituições, as nossas tradições, isso tinha sido desde sempre, nem poderia ser de outra forma.

Existia, efetivamente, uma redução de cem mil euros para oitenta mil euros. Já tinham percebido o que tinha estado na base dessa redução de cem mil euros para oitenta mil euros. Da parte do Partido Socialista existiria todo o apoio a essa medida e acompanharia qualquer proposta que viesse nesse sentido. Questionou se àqueles oitenta mil, segundo tinha percebido das palavras do senhor Vereador, iriam seguir-se outros quinze, vinte, trinta mil, aquilo que fosse, de apoio extraordinário à companhia. Tinha sido isso que tinha percebido, e nesse sentido quanto ao apoio da Câmara Municipal de Setúbal podia o TAS e os setubalenses, ficarem descansados que não iriam ter uma redução do apoio por parte da Câmara Municipal, portanto, que esse apoio iria ser de cem mil euros ou superior a cem mil euros, com outra proposta que o senhor Vereador lhes iria trazer em breve. Tinha sido isso que tinha compreendido das palavras do senhor Vereador, mas gostaria de perceber melhor, se tinha sido isso mesmo que tinha dito.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que relativamente ao TAS, não valia a pena estarem a falar muito sobre ele porque, de facto, era um símbolo para a cidade. O PSD tinha reunido com o TAS, aquilo que tinha acontecido era surreal, porque de facto tinham todas as condições para serem apoiados, infelizmente, o Partido Socialista e o Governo daquela vez não tinham conseguido cumprir com os seus desígnios, mas, no entanto, estavam disponíveis para que a autarquia pudesse, com cabimentação, sem cabimentação era qualquer forma, era aquilo que fosse era aquilo que ia, o Partido Socialista estava disponível. Obviamente que o PSD estava disponível, para acompanhar uma proposta, até porque era aquilo que dizia o Vereador Pedro Pina, havia ali uma coisa muito séria que eram os postos de trabalho das pessoas e, portanto, não podiam ser insensíveis a isso. Não falando já naquilo que era a atividade do TAS, que toda a gente conhecia.

Portanto, o PSD estava, obviamente, disponível para acompanhar uma proposta que pudesse fazer face àquilo que era o orçamento do TAS, sendo que, provavelmente, teriam que ser feitas algumas escolhas, porque o valor da candidatura e o valor que vinha da DGARTES era um valor bastante elevado e, portanto, temia que para se fazer face ao valor que não vinha da DGARTES tivessem de deixar de apoiar, se calhar, todas as outras associações, teatros, não sabia.

Questionou se a Câmara Municipal de Setúbal tinha forma de acomodar o valor que não vinha da DGARTES na sua totalidade. Se tivesse, ótimo para a autarquia e ótimo para o TAS, mas parecia-lhe de facto que tinham de descer à realidade e tinham que ver até com o próprio TAS, o que é que eventualmente teria que ser abdicado em face da circunstância.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que como tinha dito a senhora Vereadora Sónia Martins, tinham estado com os responsáveis do TAS, que lhes tinham dado conta da situação. Na sequência disso, pediu a uma senhora Deputada da comissão da Cultura que fizesse a pergunta ao Ministro, numa audição que tinha havido, e ele *“fugiu a sete pés”* da resposta, dizendo *“en passant”*, que tudo tinha a ver com os resultados das candidaturas. Já tinham feito um requerimento no Parlamento, ao Ministro, explicando a situação do TAS e aguardavam resposta.

**Sr. Presidente** – Disse que achava que, naquela discussão, no essencial todos estariam de acordo em encontrar soluções para que o TAS continuasse a poder trabalhar em Setúbal e a fazer um trabalho de mérito reconhecido.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que queria pegar numa questão, a propósito da intervenção do senhor Vereador Fernando Negrão, que agradecia.

O senhor Vereador Fernando José, tinha acabado de lhes dizer que o júri era independente. O júri tinha aprovado a candidatura, a decisão era política. A decisão era política, não era técnica, porque tecnicamente o júri da DGARTES tinha pontuado muitíssimo bem a candidatura do TAS. Quem politicamente tinha decidido reafectar verbas de uma outra forma no meio do processo tinha sido o Ministério da Cultura e, portanto, era bom que também quando era para assumir que as coisas não tinham corrido bem assumi-las. Quem tinha assumido aquela responsabilidade tinha sido o Ministério, portanto, não valia a pena escudarem-se no júri, na DGARTES ou em quem quer que fosse. A decisão técnica tinha avaliado positivamente a candidatura do TAS. E, politicamente o governo tinha decidido que as candidaturas até “x número”, tinham de ser consideradas de outra maneira, portanto, não tinham sido consideradas.

Sobre aquela matéria poderiam dizer que o descontentamento era generalizado. Não valia a pena estar a invocar nomes de entidades, do norte ao sul país, que foram entidades que também tinham sido surpreendidas com aquele processo, e haveria razões, essa era a questão objetiva. Uma candidatura feita, tecnicamente validada e que politicamente o governo decide não atribuir apoio por falta de verba. Essa era a verdade. E, portanto, o TAS estava sem aquilo que era o orçamento que considerava para a sua planificação.

Em relação à questão da senhora Vereadora disse que achava que aquela Câmara era responsável, e, portanto, aquilo que tinham dito ao TAS era que estavam objetivamente, não perdendo o pé, dispostos a considerar, a avaliar, eles próprios também tinham que considerar, obviamente, o seu trabalho, estavam todos empenhados. Não deixariam cair aquela entidade. Lá estariam para fazer o caminho com eles, como sempre tinham estado.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que queria explicar, para que não restassem dúvidas, porque parecia que tinha havido uma decisão de prejudicar instituições.

Tinha havido uma negociação feita pela anterior Ministra da Cultura com o setor. Da negociação que tinha sido tida pela anterior Ministra da Cultura com o setor, aquilo que tinha ficado decidido tinha sido passar de – pensava - que de 80% de apoios para 100%. As candidaturas passaram a ser apoiadas a 100% e tinha havido um reforço das verbas, porque no total de apoios tinham tido mais um milhão de euros no apoio à cultura, tinha havido um reforço nas candidaturas quadrienais e esse reforço não se tinha verificado nas candidaturas bianuais. Tinha sido uma decisão tomada pela Ministra da Cultura, depois de uma negociação que tinha sido fechada em consenso com o setor. Aquilo que se verificou, naquele momento, era que face àquele reforço das candidaturas quadrienais e o facto de as candidaturas terem passado a ser apoiadas a 100%, quando o TAS que tinha ficado classificado - e bem classificado -, pelo júri que era independente, em nada tinha a ver com o Governo, existiam critérios, existia um enquadramento legal e, portanto, o júri decidiu e a decisão tinha sido favorável ao TAS. Tanto que se o TAS tivesse concorrido às candidaturas quadrienais poderia, eventualmente, ter sido apoiado.

Portanto, aquilo que tinham, naquele momento, era várias companhias, mas no caso do TAS uma companhia, que tinha ficado fora dos apoios porque a verba tinha esgotado. Tinha havido uma classificação, tinham ido aquela lista ordenada, os apoios foram sendo atribuídos, e quando chegou ao TAS esgotou. Presentemente o TAS fez um recurso hierárquico que estava naquele momento a correr para o senhor Ministro, iam aguardar.

Aquilo que dizia naquele dia, era aquilo que tinham afirmado no dia anterior. Entendiam que o TAS, como uma companhia a completar os 50 anos, e que o trabalho que tem feito ao longo dos anos era uma referência na Cultura, não só do nosso concelho, era uma referência nacional e, portanto, devia ser apoiada. Aquilo que diziam em termos da Câmara Municipal, era que estavam disponíveis para encontrar ali, também, no orçamento municipal o reforço àquele apoio que tinha ido ali naquele dia e que pelas razões que tinham sido explicadas e aceitavam, representava efetivamente uma redução de 100 mil euros, para 80 mil euros.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**152. Deliberação n.º 242/2023 – Proposta n.º 06/2023 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o TEF – Teatro Estúdio Fontenova**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 197 a 199.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que como, oportunamente, tinha referido, uma proposta discutida e aprofundada com a própria companhia de teatro, considerada e apoiada no âmbito das candidaturas quadrienais, voltou a dizer quem tinha alterado as regras do jogo tinha sido a DGARTES a meio do processo, porque se assim fosse o TAS tinha-se candidatado a uma candidatura quadrienal, não o tinha feito porque não conhecia aquelas regras e, portanto, não houve aquela questão de dizer que havia plafonamento, como o que o senhor Vereador tinha acabado de dizer e, portanto, era com regozijo também, que traziam aquela candidatura de valorização pelo trabalho de criação artística daquela instituição.

Nunca o executivo municipal daquela Câmara tinha apoiado tantas entidades teatrais, com verbas tão avultadas como naquele ano de 2023, num ano de crise económica, num ano de grande incerteza e, portanto, sem prejuízo daquilo que aquela autarquia ao longo da sua história do poder local democrático sempre o tinha feito, não era menos verdade que nunca tantas entidades se tinham candidatado aos apoios da Câmara Municipal e nunca tantas verbas tinham sido atribuídas para as companhias de teatro da nossa cidade, sem prejuízo no passado também o ter sido feito. Aquela era a realidade e os números eram também efetivos e, portanto, isso à questão que o senhor Vereador tinha colocado.

Era nesse sentido que eram a propor um apoio ao teatro Estúdio Fontenova no valor global de 90 mil euros, respetivamente no que dizia respeito à componente de criação artística de 45 mil euros e ao protocolo de colaboração a estabelecer, também, para a realização do Festival de Teatro internacional de Setúbal.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**153. Deliberação n.º 243/2023 – Proposta n.º 07/2023 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 4.º trimestre de 2022**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 200, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**154. Deliberação n.º 244/2023 – Proposta n.º 75/2023 – DURB/DAF/DICOMP/SECOMP – Anulação do ato administrativo de aprovação das peças do procedimento e de início do procedimento: Concurso Público n.º 1/2020 – Prestação de serviços de inspeção periódica, reinspeção e selagem de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 201, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação foi a proposta aprovada, por unanimidade e em minuta.

**155. Deliberação n.º 245/2023 – Proposta n.º 15/2023 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de constituição de propriedade ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada por a Lei n.º 70/2015, de 16 de julho - Processo n.º 1056/22**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 202 e 203.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que no que dizia respeito às propostas a começar no ponto 155 da ordem de trabalhos e a terminar no ponto 209, votariam da mesma forma. Pelo que lhes dizia respeito, solicitavam a votação em conjunto.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que não tinha nada a opor.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que acompanhavam a proposta da bancada.

Submetidas a votação foram as propostas de deliberação 245/2023 à proposta de deliberação 299/2023 aprovadas, por unanimidade e em minuta.

**156. Deliberação n.º 246/2023 – Proposta n.º 16/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de alterações em moradia e muro de vedação - Processo n.º 149/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 204 (ver ponto 155).

**157. Deliberação n.º 247/2023 – Proposta n.º 17/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de alterações executadas em obra, a moradia unifamiliar - Processo n.º 310/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 205 (ver ponto 155).

**158. Deliberação n.º 248/2023 – Proposta n.º 18/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura: legalização de obras de edificação - Processo n.º 55/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 206 (ver ponto 155).

**159. Deliberação n.º 249/2023 – Proposta n.º 19/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura em área não abrangida por operação de loteamento - Processo n.º 139/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 207 (ver ponto 155).

**160. Deliberação n.º 250/2023 – Proposta n.º 20/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para construção de edifício de habitação unifamiliar, garagem e anexo - Processo n.º 140/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 208 (ver ponto 155).

**161. Deliberação n.º 251/2023 – Proposta n.º 21/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e concessão da licença de construção de moradia unifamiliar, com 2 pisos, abrigo automóvel e muro de vedação - Processo n.º 237/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 209 (ver ponto 155).

**162. Deliberação n.º 252/2023 – Proposta n.º 22/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para construção de moradia unifamiliar, piscina e muro de vedação - Processo n.º 305/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 210 (ver ponto 155).

**163. Deliberação n.º 253/2023 – Proposta n.º 23/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para construção de moradia bifamiliar - Processo n.º 321/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 211 (ver ponto 155).

**164. Deliberação n.º 254/2023 – Proposta n.º 24/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 338/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 212 (ver ponto 155).

**165. Deliberação n.º 255/2023 – Proposta n.º 25/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 340/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 213 (ver ponto 155).

**166. Deliberação n.º 256/2023 – Proposta n.º 26/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de alteração de moradia e de muro de vedação - Processo n.º 385/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 214 (ver ponto 155).

**167. Deliberação n.º 257/2023 – Proposta n.º 27/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem e muro de vedação - Processo n.º 418/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 215 (ver ponto 155).

**168. Deliberação n.º 258/2023 – Proposta n.º 28/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção para moradia unifamiliar, com 2 pisos, estacionamento e muro de vedação - Processo n.º 765/18**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 216 (ver ponto 155).

**169. Deliberação n.º 259/2023 – Proposta n.º 29/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia, garagem e muro de vedação - Processo n.º 438/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 217 (ver ponto 155).

**170. Deliberação n.º 260/2023 – Proposta n.º 30/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia, abrigo automóvel e muro de vedação - Processo n.º 535/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 218 (ver ponto 155).

**171. Deliberação n.º 261/2023 – Proposta n.º 31/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia bifamiliar térrea, 2 garagens, 2 piscinas e muro de vedação - Processo n.º 3/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 219 (ver ponto 155).

**172. Deliberação n.º 262/2023 – Proposta n.º 32/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar, com 1 piso, garagem e muro de vedação - Processo n.º 290/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 220 (ver ponto 155).

**173. Deliberação n.º 263/2023 – Proposta n.º 33/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição e emissão do respetivo alvará de demolição - Processo n.º 375/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 221 (ver ponto 155).

**174. Deliberação n.º 264/2023 – Proposta n.º 34/2023 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Processo n.º 288/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 222 (ver ponto 155).

**175. Deliberação n.º 265/2023 – Proposta n.º 35/2023 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 260/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 223 (ver ponto 155).

**176. Deliberação n.º 266/2023 – Proposta n.º 36/2023 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 432/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 224 (ver ponto 155).

**177. Deliberação n.º 267/2023 – Proposta n.º 37/2023 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 27/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 225 (ver ponto 155).

**178. Deliberação n.º 268/2023 – Proposta n.º 38/2023 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 444/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 226 (ver ponto 155).

**179. Deliberação n.º 269/2023 – Proposta n.º 39/2023 – DURB/DIGU – Aprovação das alterações à planta de síntese do alvará de loteamento nº 01/2017 - Processo n.º 952/99**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 227 (ver ponto 155).

**180. Deliberação n.º 270/2023 – Proposta n.º 40/2023 – DURB/DIGU – Aprovação às alterações ao alvará de loteamento n.º 2/84 - Processo n.º 37/72**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 228 (ver ponto 155).

**181. Deliberação n.º 271/2023 – Proposta n.º 41/2023 – DURB/DIGU – Informação prévia favorável relativa à instalação de central fotovoltaica - Processo n.º 14/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 229 (ver ponto 155).

**182. Deliberação n.º 272/2023 – Proposta n.º 42/2023 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 63/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 230 e 231 (ver ponto 155).

**183. Deliberação n.º 273/2023 – Proposta n.º 43/2023 – DURB/GAPRU –  
Aprovação do projeto de arquitetura - Processo n.º 121/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 232 (ver ponto 155).

**184. Deliberação n.º 274/2023 – Proposta n.º 44/2023 – DURB/GAPRU –  
Aprovação de projeto de arquitetura - Processo n.º 415/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 233 (ver ponto 155).

**185. Deliberação n.º 275/2023 – Proposta n.º 45/2023 – DURB/GAPRU –  
Aprovação de projeto de arquitetura – obras de alteração e ampliação de  
edifício - Processo n.º 513/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 234 (ver ponto 155).

**186. Deliberação n.º 276/2023 – Proposta n.º 46/2023 – DURB/GAPRU –  
Aprovação de projeto de arquitetura de alterações introduzidas no decorrer  
da obra - Processo n.º 136/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 235 (ver ponto 155).

**187. Deliberação n.º 277/2023 – Proposta n.º 47/2023 – DURB/GAPRU –  
Concessão da licença de construção de alteração de edifício habitacional -  
Processo n.º 531/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 236 (ver ponto 155).

**188. Deliberação n.º 278/2023 – Proposta n.º 48/2023 – DURB/GAPRU – Pedido  
de informação prévia sobre viabilidade de alteração de uso - Processo n.º  
42/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 237 (ver ponto 155).

**189. Deliberação n.º 279/2023 – Proposta n.º 49/2023 – DURB/GAPRU –  
Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 181/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 238 e 239 (ver ponto 155).

**190. Deliberação n.º 280/2023 – Proposta n.º 50/2023 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 200/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 240 e 241 (ver ponto 155).

**191. Deliberação n.º 281/2023 – Proposta n.º 51/2023 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 201/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 242 e 243 (ver ponto 155).

**192. Deliberação n.º 282/2023 – Proposta n.º 52/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 12m2 - Processo n.º 675/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 244 a 246 (ver ponto 155).

**193. Deliberação n.º 283/2023 – Proposta n.º 53/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 45m2 – Monoposte - Processo n.º 676/16**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 247 a 249 (ver ponto 155).

**194. Deliberação n.º 284/2023 – Proposta n.º 54/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário rotativo c/ 24m2 - Processo n.º 111/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 250 a 252 (ver ponto 155).

**195. Deliberação n.º 285/2023 – Proposta n.º 55/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário rotativo c/ 24m2 - Processo n.º 112/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 253 a 255 (ver ponto 155).

**196. Deliberação n.º 286/2023 – Proposta n.º 56/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário rotativo c/ 24m2 - Processo n.º 113/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 256 a 258 (ver ponto 155).

**197. Deliberação n.º 287/2023 – Proposta n.º 57/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário rotativo c/ 24m2 - Processo n.º 114/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 259 a 261 (ver ponto 155).

**198. Deliberação n.º 288/2023 – Proposta n.º 58/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 115/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 262 a 264 (ver ponto 155).

**199. Deliberação n.º 289/2023 – Proposta n.º 59/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 116/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 265 a 267 (ver ponto 155).

**200. Deliberação n.º 290/2023 – Proposta n.º 60/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 117/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 268 a 270 (ver ponto 155).

**201. Deliberação n.º 291/2023 – Proposta n.º 61/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 118/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 271 a 273 (ver ponto 155).

**202. Deliberação n.º 292/2023 – Proposta n.º 62/2023 – DURB/GARIU – 3 Painéis publicitários c/ 24m2 cada - Processo n.º 119/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 274 a 276 (ver ponto 155).

**203. Deliberação n.º 293/2023 – Proposta n.º 63/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 120/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 277 a 279 (ver ponto 155).



**204. Deliberação n.º 294/2023 – Proposta n.º 64/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 121/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 280 a 282 (ver ponto 155).

**205. Deliberação n.º 295/2023 – Proposta n.º 65/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 11/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 283 a 285 (ver ponto 155).

**206. Deliberação n.º 296/2023 – Proposta n.º 66/2023 – DURB/GARIU – Campanha publicitária com 2 promotoras para ação da marca “betano” para o dia 06/02/2023 - Processo n.º 1/23**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 286 a 288 (ver ponto 155).

**207. Deliberação n.º 297/2023 – Proposta n.º 67/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 3/23**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 289 a 291 (ver ponto 155).

**208. Deliberação n.º 298/2023 – Proposta n.º 68/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 4/23**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 292 a 294 (ver ponto 155).

**209. Deliberação n.º 299/2023 – Proposta n.º 69/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública para exposição de 6 viaturas - de 27 a 29 de janeiro de 2023 - Av. José Mourinho (entre o “Rockalot” e “Martróia”) - Processo n.º 6/23**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 295 a 297 (ver ponto 155).

**210. Deliberação n.º 300/2023 – Proposta n.º 01/2023 – GAVPS – Moção Setúbal solidária com os profissionais de educação**

O Sr. Vereador Vítor Ferreira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 298, não tendo havido discussão sobre a mesma.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que eles tinham apresentado uma moção. E, nessa moção estava definida a posição que tinham relativamente à luta dos professores pelos seus direitos e, principalmente pelo respeito, que era o que não tinha acontecido nos últimos muitos anos. Não era nos últimos 7 anos, era mais do que 7 anos, tinham a perfeita noção disso.

Concordavam também com a moção apresentada pela CDU e o seu conteúdo. Concordavam também com a proposta apresentada, naquele momento, pelo senhor Vereador Vítor Ferreira do PS, mas tinham um problema. Consideravam que a intervenção do senhor Vereador Fernando José, tinha sido uma intervenção que tinha desvirtuado a posição definida pelo senhor Vereador Vítor Ferreira. O número um e cabeça de lista do PS, que ali estava presente, tinha feito uma intervenção que tinha desvirtuado o conteúdo da proposta apresentada naquele momento. Consideravam que tinha desvirtuado. Consideravam que tinha feito assentar a proposta em questões iminentemente políticas, não queria repetir o que já tinha dito, e a políticas que não correspondiam aquilo que achavam que tinha acontecido de facto.

Não iam votar contra, porque concordavam com o conteúdo da mesma, mas considerando a intervenção do senhor Vereador Fernando José, iam-se abster.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que nem sequer ia intervir, mas ia ter de intervir. E ia ter de intervir para esclarecer uma dúvida ao senhor Vereador Fernando Negrão.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que não tinha dúvida.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que tinha.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que não tinha não.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que não sabia, mas tinha.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que não tinha, e ele é que sabia se tinha.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que tinham estado antes da ordem do dia a discutir duas moções, e tinha sido isso que tinham estado a discutir.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que uma era moção, outra era saudação.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que dizia moção e tinha sido isso que tinham estado a discutir. E a sua intervenção tinha sido por não aceitar, em nome dos vereadores do Partido Socialista e em nome do Partido Socialista, aquilo que o PSD tinha na sua moção. Concordando com tudo o que lá estava, exceto no facto que, naquele momento, tinha sido reconhecido pelo senhor Vereador Fernando Negrão, que afinal aqueles problemas não se arrastavam apenas nos últimos 7 anos.

(Intervenção ininteligível)

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que não tinham feito outra coisa. Aquela moção e uma intervenção feita antes, não tinham feito outra coisa.

Não podiam era esconder porque isso era feio, o bom trabalho que tem sido desempenhado, e o caminho que tem sido trilhado, havia um caminho que tinha sido trilhado, podiam dizer que era pouco, mas havia um caminho que tinha sido trilhado. Não tinha estado em discussão, no período antes da ordem do dia a moção do Partido Socialista. Tinha sido lida, naquele momento pelo Vereador Vítor Ferreira e nem sequer ia fazer intervenção sobre a moção.



**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que tinha uma dúvida quanto à forma, o resto o senhor Vereador Fernando Negrão já tinha dito, não conseguia perceber na moção qual era a parte deliberativa.

(Intervenção ininteligível)

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que isso não estava claro na moção.

(Intervenção ininteligível)

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que: “*É por isso que a Câmara Municipal de Setúbal, reunida em 25 de janeiro de 2023, solidária com a luta dos profissionais de educação, considera absolutamente relevante*”, portanto a indicação que davam é que era absolutamente relevante que a negociação fosse consequente.

Fez um apelo, se aquilo fosse votado deixava de ser a moção do Partido Socialista e passava a ser aquilo que era a posição daquela Câmara. E esse era o apelo que fazia.

Todos conseguiam identificar coisas boas feitas por diferentes governos, por diferentes autarquias, fossem “*deste ou daquele partido*”. Por exemplo podia dizer, fazendo a devida homenagem ao Ministro Roberto Carneiro, que tinha sido um homem que tinha aberto uma porta, em determinado momento, para uma educação diferente, para uma evolução naquilo que era também a resposta que a escola pública construía. Claro que a camisola que vestia era do Ministro Marçalo Grilo, e podia ver quem tinha avançado mais ou menos, mas o que era certo era que os avanços da escola pública tinham sido conseguidos por muitas e muitas pessoas, quer do poder local, quer do poder nacional. Também os retrocessos, infelizmente, podiam encontrar alguns que eram de um partido ou que eram de outro, mas o mais importante e o apelo que fazia era que percebendo os constrangimentos e a maior sensibilidade em relação a “*isto ou aquilo*”, outras Câmaras estavam a aprovar, citou a Câmara Municipal de Loures, mediante uma apresentação de uma moção da CDU, tinha tido uma aprovação unanime e a do Barreiro, onde tinha acontecido o mesmo. Citou só duas, uma mais perto deles, outra um bocadinho mais longe. Fazia aquele apelo, havia naquele momento um conjunto de trabalhadores que estavam em luta, mas que estavam também na defesa daquilo que todos concordavam ser um bem maior, que era o da escola pública. O seu apelo era para que pensassem, naquele dia, naquilo que era mais forte e que os podia unir e não tanto naquilo que os desunia, que de certa forma era também a vida democrática.

Era esse o apelo que fazia, naturalmente estaria conformado com o funcionamento da democracia, mas não deixava de fazer o apelo.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que reconhecia nas palavras do Vereador Vítor Ferreira, que em vários momentos também tinha aquela condição, mas que lhe permitisse utilizar uma expressão popular “*quem não quer ser lobo não lhe vista a pele*”. Como compreenderia e percebendo de uma forma sincera e genuína lhe tinha trazido as suas preocupações, não deixava de ser evidente que não era fácil, não nas palavras do Vereador Vítor Ferreira, mas não era fácil transferir as suas palavras para aquilo que tinha sido a postura do Governo do Partido Socialista. E, mais do que isso, percebendo as suas palavras e a forma genuína como lhes trazia aquilo, até pelo facto de também ser professor e bem sabiam que era uma pessoa que quando sentia que estavam em causa os direitos dos seus pares não abdicava. Tinha assistido inclusive ali, em alguns momentos, tinha estado solidário com os diferentes sindicatos, ali à porta, olhando para aquela casa como a casa da democracia, como um espaço também onde queriam procurar aquela solidariedade. Mas não era fácil, inclusive face à postura que muitas vezes a bancada do Partido Socialista também ali assumia por muitos e diferentes assuntos. Não era fácil. Portanto conseguiam compreender e pensava que a proposta e a saudação trazida por parte da bancada da CDU, era clara e inequívoca no que dizia respeito à defesa intransigente da escola pública e de todos os profissionais, professores, assistentes operacionais e todos os demais que concorriam para o bom

funcionamento da escola pública. Aquela seria sempre a razão que os movia e que os levaria de uma forma intransigente àquilo que eram as nossas competências e as nossas responsabilidades, mas que não deixavam de abdicar e também nos momentos certos de colocar as questões. Portanto, percebiam quem as transmitia, de quem as afirmava, mas havia de facto um historial. E, de facto, as coisas tinham assumido proporções muito complicadas, *“a ver vamos, se esse dito diálogo levará a bom porto”*, e que os professores, tal como a intervenção da senhora Vereadora Carla Guerreiro ali lhes tinha transmitido viam revistas muitas das questões que ao longo dos anos tinham sido postas em cima da mesa, e que não tinham de facto sido solucionadas pelos diferentes governos.

**Sr. Vereadora Sónia Martins** – Disse que lançava um repto ao Partido Socialista e aos deputados do Partido Socialista, para apresentarem a mesma moção na Assembleia da República, achava que caia que nem uma luva no Distrito, tendo em conta aquilo que tinham apresentado ali, lançava esse desafio, provavelmente teria um impacto perante o senhor Ministro da Educação, que provavelmente seria acolhido.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que tinha pedido a palavra só para cumprimentar calorosamente o senhor Vereador Vítor Ferreira, saudá-lo e felicitá-lo pelo esforço de moderação que tinha feito. Era importante, aquele dia tinha sido um dia particularmente azedo, em alguns momentos desagradável e alguém tinha tido uma posição de moderação importante.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que lhe parecia que aquela moção traduzia uma contradição insanável que era a defesa do Governo, que estava ostensivamente a agredir os professores e a ter um comportamento muito desadequado em relação às questões da educação, era uma condição do próprio Partido Socialista, e, por outro lado, era uma ideia de que era preciso proteger os professores contra aquele Governo, contra aquela maleita, contra aquela forma de intervir do Governo. Achava interessante, porque no fundo iam ler as coisas e era isso que encontravam, portanto, encontravam naquela mesa aquela contradição, era uma contradição do Partido Socialista, não era da CDU e pelos vistos também não era do PSD, era do Partido Socialista, que por um lado defendia o Governo até ao limite das possibilidades, era essa a intervenção do Vereador Fernando José, no primeiro debate sobre as moções, tinha feito a despesa da defesa do Governo ali, para aqui haver uma despesa da solidariedade com os professores. Portanto, achava que isso era uma contradição insanável que tinham de resolver, mas que não podia servir de biombo para esconder a forma agressiva do ponto de vista de comportamento político que o Governo do PS estava a ter em relação aos professores, apesar das medidas que de vez em quando iam sendo anunciadas e que iam resolver, mas que a intervenção da Vereadora Carla Guerreiro explicou com toda a clareza, o que isso queria dizer. Achava que isso era normal na bancada do PS. A bancada do PS tinha de facto essa contradição, era o que tinham, era a vida, mas tinham que se aguentar com ela.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que agradecia as palavras que lhe tinham sido dirigidas, mas tinha de fazer também uma declaração.

Era militante do Partido Socialista e toda a gente que o conhecia, mesmo aqueles que encontrava nas manifestações, onde estavam diferentes sindicatos e diferentes ideologias sabiam, era militante do Partido Socialista. E, por ser militante do Partido Socialista que era um partido livre de mulheres e homens livres, podiam exercer a democracia daquela forma, não havia uma contradição. Não estava sempre de acordo com os líderes do seu partido, e eles também não estavam sempre de acordo consigo, enquanto base do partido. Quando estavam em desacordo, tentavam negociar e encontrar caminhos, às vezes esses caminhos passavam por estarem mais perto daqueles que os acompanham naquilo que era a sua profissão. Isso era uma característica do Partido Socialista. No dia em que o Partido



Socialista deixasse de permitir o exercício democrático daquela forma, teria de deixar de ser do Partido Socialista, nesse dia.

(Intervenção ininteligível)

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Pediu que respeitassem aquilo que era uma declaração de uma pessoa que tinha uma vivência de décadas e que em determinados momentos já tinha defendido a democracia.

Nem sempre estava de acordo com o líder daquela bancada, o Vereador Fernando José, não estava sempre de acordo com ele, até nos próprios clubes não estavam de acordo. Fosse como fosse estava com ele muitas vezes, que era quando convergiam, isso também era democracia. Quando divergiam discutiam, negociavam e chegavam a um entendimento. Mas naquele caso particular, os quatro vereadores do Partido Socialista e mesmo outros que estavam com eles, e que naquele dia não estavam ali como efetivos, tinham concordado e estariam disponíveis para subscrever aquela moção.

Portanto, naquilo estavam juntos, e aquilo que gostaria era que também aquela Câmara estivesse junto naquilo. No entanto, naquele dia votariam aquela moção, uns votariam de uma maneira, outros de outra, mas também era verdade que naquele dia, ali, todas as forças políticas tinham mostrado solidariedade para com a luta, se quisessem, isso tinha sido o mais importante.

**Sr. Presidente** – Disse que a CDU e o PSD tinham apresentado moções de solidariedade salientando aspetos que consideravam mais importantes naquele processo que estavam a viver. O Partido Socialista entendeu transformar uma moção numa proposta. Era legítimo e normal, mas não era a mesma coisa. Portanto, enquanto uma moção, uma saudação, num período antes da ordem do dia era uma posição de uma força política, que era acompanhada, mais ou menos, pelas outras forças políticas, o Partido Socialista entendeu, não ir por esse caminho e dar maior força, querer tirar maior força daquela sua iniciativa, que era completamente legítimo. Não era isso que estava em causa, mas eram coisas diferentes. Era uma postura, era um entendimento diferente e, portanto, trouxe ali a moção para ser votada. Olhava para aquele documento que estava ali, aquela moção, isso não tinha nada a ver com o senhor Vereador Vítor Ferreira, porque até se tinham encontrado em manifestações dos professores, portanto, também a sua postura, a sua carreira como professor, não tinha nada a ver com aquilo que estava ali. Aquela diferença de apresentar uma iniciativa política no período antes da ordem do dia, ou querer ir mais além e incluí-la na ordem de trabalhos para ser votada, tinha um significado e achava que esse significado era muito importante. Subscrevia tudo o que ali estava, achava que qualquer um deles dizia: *"viva a escola pública"*, aliás, tinha sido afirmado, logo no início da reunião, quando falaram das moções que foram apresentadas, *"Setúbal solidário com a luta dos profissionais da Educação"*, no final terminava *"viva a escola pública, viva Setúbal"*, naturalmente que não tinha outra forma de analisar aquilo e dizer que estava de acordo com aquilo, mas aquilo era um documento que tinha um propósito, mas no seu entendimento dizia pouco relativamente à luta que estava aí, milhares e milhares de trabalhadores da área da educação, professores e outros que ao longo daquele mês não tinham feito outra coisa senão estar na rua a reivindicar direitos, a exigir que olhassem para eles e que os considerassem como profissionais, como trabalhadores com direitos. E, parecia, pelo menos no seu entender, que o Governo do Partido Socialista ia deixando andar. E o senhor Ministro fartava-se de fazer apelos para acabar com as greves, mas continuava em negociações que não tinham fim à vista. Achava que só a luta dos professores na rua, como eles estavam a fazer, com o significado que isso tinha para eles e para as suas famílias, só com isso é que o Governo do Partido Socialista e o senhor Ministro fariam umas negociações, que se não chegarem ao final a dar razão em toda a linha àquilo que eram reivindicações dos professores, pelo menos haviam de dar uma grande parte da razão. Considerava que a sociedade portuguesa tinha percebido aquela luta, aliás, até viam os pais das crianças que estavam a ser penalizadas por aquela situação de solidariedade

com os professores, portanto, era uma luta dura para todos, em particular para aqueles que a faziam, com as consequências que todos sabiam que tinham.

Trazer ali um documento daqueles, era caso quase para dizer: *“o papel era branco aceita toda a tinta preta que lhe queiram cá pôr ou azul”*, mas não era disso que estavam a falar naquele dia. Quando os senhores vereadores do Partido Socialista decidiram não apresentar uma simples moção ou uma simples saudação, mas trazer uma proposta para ser votada, com o peso significativo que isso tinha, naturalmente que assumiram a responsabilidade.

Subscreviam aquele texto, mas o que estava ali em causa não era aquele texto, era a luta dos professores, a solidariedade com os professores, e isso não estava ali, não estava. Aquilo era uma forma de fazer um relatório de preocupações, com objetivos de alcançar alguns resultados. Do ponto de vista deles era insuficiente para aquilo que estava presentemente em causa, a luta dos professores, que todos os dias estavam na rua, com as consequências que isso tinha para as famílias e que a população portuguesa era altamente solidária com aquela luta mesmo, também, sofrendo as consequências dessa luta, porque as crianças não iam à escola.

Tinham muita pena, mas não podiam acompanhar, com um voto favorável aquela proposta, aquele texto que ali estava. Como tinha dito, subscreviam o texto na íntegra, não tinham nada contra, mas o que estava em causa era muito superior àquilo, e era por isso que a sua proposta era de abstenção relativamente àquele documento que ali estava.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que só queria dizer ao senhor Presidente como era diferente a posição que tinha sido tida pelo Presidente e pelos vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal do Barreiro com a oposição que ali estava a ser tida. A CDU apresentou para ser incluída na ordem de trabalhos e ser votada uma moção, que defendia a valorização da escola pública e o diálogo na negociação que estava em curso. Tinha sido isso que os vereadores do Partido Socialista ali tinham feito. No Barreiro, o Presidente da Câmara Municipal, por acaso não estava, por um motivo que não interessava ali, os vereadores do Partido Socialista conseguiram encontrar os necessários consensos com a CDU e a moção tinha sido aprovada por unanimidade.

Essa moção passou a ser uma moção da Câmara Municipal do Barreiro, ali era o que se via, que fossem à votação.


**Sr. Presidente** – Disse que não tinha lido essa moção, o senhor Vereador Vítor Ferreira falou da Câmara de Loures, não tinha lido os documentos, não podia fazer essas comparações. A que se referia era ao documento que tinha ali e como já tinha dito, era um documento que, naturalmente, subscreviam. O que estava em causa nos dias que corriam, era a luta de trabalhadores que sofriam na pele as consequências do facto de fazerem *“não sei quantos”* dias de greve, durante o mês de janeiro. Era isso que estava em causa e aquilo não traduzia essa realidade. E era por isso que se iam abster relativamente àquela proposta.

(Vozes de fundo)

Submetida a votação foi a proposta aprovada por maioria, com 4 votos a favor, do PS, e 7 abstenções, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD.

A senhora Vice-Presidente fez a seguinte declaração de voto:

*“Querida dizer que me abstive nesta proposta, porque eu acho que o Partido Socialista não devia ter apenas se limitado a propor que o diálogo fosse efetivado. O Partido Socialista devia ter exigido do seu Governo que cumprisse aquilo que são os compromissos de há muito, relativamente a esta classe e que se comprometesse com um melhoramento das condições para estes profissionais, e não o faz. Fá-lo de uma maneira que não se compromete, apelando apenas a que deve haver um entendimento, e não a uma determinação relativamente àquilo que são as condições que hoje estão em luta e, por isso, eu não pude acompanhar esta proposta”.*

 110 / 111

### C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 7 de junho de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 111 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:  
Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:  
Ana Paula Lico

Revista por:  
Paulo Hortênsio